UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA – MST:

o estudo da Brigada Camilo Torres

ANTONIO MAURILIO ALENCAR FEITOSA

UBERLÂNDIA - MG

2008

Antonio Maurílio Alencar Feitosa

A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA – MST: o estudo da Brigada Camilo Torres

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior

Uberlândia - MG

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F311L Feitosa, Antonio Maurílio Alencar, 1957-
A luta pela terra no norte de Minas e o processo de territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST : o estudo da Brigada Camilo Torres / Antonio Maurílio Alencar Feitosa. - 2008
141 f . : il.

Orientador: João Cleps Júnior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia rural - Teses. 2. Movimentos sociais rurais - Minas Gerais - Teses. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - Minas Gerais - Teses. 4. Assentamentos rurais - Teses. I. Cleps Júnior, João, 1962- I. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.373

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ANTÔNIO MAURÍLIO ALENCAR FEITOSA

A Luta pela terra no Norte de Minas e o Processo de Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST: o estudo da Brigada Camilo Torres

Prof(a). Dr(a). João Cleps Júnior (Orientador) - UFU

Prof(a) Dr(a). Rômulo Soares Barbosa - Unimontes

Prof(a). Dr(a). Vera Lúcia Salazar Pessôa - UFU

Data: 17 / 12 de 2008

Resultado: Aprovado

Ao mestre Swame Shathia Sai Baba, do qual sou devoto, e inspirado na sua filosofia de vida encontrei forças para superar as dificuldades para realização desta pesquisa. Sem o seu apoio, este trabalho jamais seria realizado.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a relação de participação, incentivo e apoio, em suas múltiplas escalas, dos amigos e colaboradores que em determinado contexto da nossa vida, estiveram, de alguma forma, presentes.

A todo ser humano é dada a prerrogativa de procurar o apoio espiritual nas horas de infortúnio no cotidiano. Foi na procura por esse apoio que encontrei Deus. Primeiro agradeço a Deus pelo dom da vida nesta encarnação.

Torna-se necessário ressaltar, também, o nome daqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Francisco de Assis Feitosa de Araujo (*in memoriam*) e Maria Cotta Alencar Feitosa, que me ensinaram os primeiros passos da vida.

Agradeço a minha querida esposa, Regina Suze Barbosa de Alencar Feitosa, e aos meus filhos, Barbara Kelly e Diego Gabriel, pelo apoio e incentivo no processo de realização deste trabalho de Dissertação de Mestrado e pela compreensão para suportar os momentos de minha ausência, nos períodos em que tive de me dedicar à pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. João Cleps Júnior, pelas suas grandes contribuições. Com paciência e sabedoria, soube conduzir-me durante esta trajetória do Mestrado.

Meus eternos agradecimentos ao Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, pelo seu incentivo e seu exemplo de vida de educador.

Agradeço aos professores participantes da banca de defesa do projeto − Prof. Dr. Rosselvelt José Santos, Profª. Drª. Vera Lúcia Salazar Pessôa − pelas críticas, orientações e contribuições fundamentais para a construção deste trabalho.

Agradeço aos professores participantes da banca de − Profª Drª Vera Lucia Salazar Pessôa e Prof.Dr. Rômulo Soares Barbosa − pelas valiosas colaborações para a conclusão deste trabalho.

Agradeço a todos os integrantes do Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA, pelo apoio logístico.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos da UNIMONTES pela bolsa de estudos, no período de julho de 2007 a janeiro de 2008.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Agradeço à Comissão Pastoral da Terra - CPT, nas pessoas de Paulo Roberto Faschion e Avilmar Ribeiro dos Santos, que tanto contribuíram com informações precisas para este trabalho.

Agradeço aos homens e mulheres que lutaram pela posse da terra da Fazenda Sanharó, “a turma da beira da estrada”.

Agradeço aos coordenadores da Regional do Norte de Minas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pelo apoio e informações fornecidas, que muito contribuíram para conclusão do nosso trabalho.

Agradeço aos professores e também aos demais servidores da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES pela compreensão e pelo apoio nessa caminhada.

Agradeço à Direção, aos professores e funcionários do Instituto Superior de Educação Ibituruna - ISEIB, pelo apoio recebido.

Agradeço à Pró-Reitora de Ensino, Maria Ivete Soares de Almeida, pela amizade e apoio.

Agradeço aos meus colegas da Pós-Graduação/Mestrado: Janete Aparecida Gomes Zuba, Marcos Esdras Leite, Iara Soares de França, Rodrigo Herles dos Santos, Andréia Maria Narciso Rocha de Paula, Priscilla Caíres Santana Afonso, Fernanda Borges Neto, pelas suas agradáveis companhias, durante o curso de mestrado.

Agradeço a Rosalva de Freitas e ao Prof. Dr. Hernando Baggio, pela amizade e apoio.

Agradeço ao meu amigo e compadre, Prof. Dr. Márcio Antônio Silva, que com a sua valorosa colaboração contribuiu, imensamente, para este trabalho de dissertação.

Agradeço ao meu amigo e compadre, Francisco Marto Pereira Lopes, pelo apoio.

Agradeço a Arthur Jairo de Almeida e Antônia de Almeida Leão, pelo apoio e amizade.

Agradeço a minha colega e amiga, Profª. Drª. Anete Marília Pereira, pelo apoio e compreensão nos momentos difíceis do curso de mestrado.

Agradeço a minha querida Profª. Elza Neves Guimarães (Elzinha), pela oportunidade e apoio no início da minha carreira acadêmica na Unimontes.

Agradeço à Profª. Marina Brandão Carneiro pelo companheirismo e amizade.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

[...] a todos aqueles que lutam por uma humanidade solidária e justa, na busca da construção do conhecimento; no intuito de erradicar a ignorância e as desigualdades sociais. Aos que são despossuídos de tudo; e mesmo no labor do dia-a-dia escrevem sua história, contribuindo para o progresso humano, usando como instrumento de luta a perseverança, o amor e a esperança no resgate da dignidade humana [...] (Antonio Maurílio Alencar Feitosa).

RESUMO

Essa Dissertação tem como objeto de estudo a Brigada Camilo Torres.
O Objetivo do nosso trabalho foi analisar a organização de luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra ,a partir da Brigada Camilo Torres no Norte de Minas Gerais. O referencial fundamenta-se nos autores que discutem a questão agrária no Brasil e os conflitos entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e latifundiários proporcionando maior aprofundamento sobre o assunto abordado. Utilizou-se uma metodologia de natureza qualitativa-quantitativa pautada em entrevistas semiestruturadas com os acampados/assentados da Fazenda Sanharó, com os coordenadores do MST e com o agente da Comissão de Pastoral da Terra. Utilizaram-se também documentos cartográficos, jornais e fotografias. Os resultados da pesquisa sinalizam que a luta pela posse de terra no Norte de Minas na Brigada Camilo Torres é uma conquista do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Os resultados indicam também que a brigada é uma nova estratégia de luta pela espacialização e territorialização. Concluiu-se que o MST no Norte de Minas desempenhou papel fundamental na luta pela terra e resgate da cidadania dos excluídos do processo de modernização capitalista da agricultura. O uso social da terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Norte de Minas, na fazenda Sanharó, é referência para outros assentamentos da Brigada Camilo Torres no Norte de Minas Gerais.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Luta pela Terra. Assentamentos Rurais. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra – MST. Brigada Camilo Torres do MST no Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT

This dissertation has as object of study the Camilo Torres Brigade. The Objective of our work was to analyze the organization of the Landless Rural Laborers' fight beginning from the Camilo Torres Brigade in the North of Minas Gerais State. The work has as reference the authors who discuss the Agrarian issue in Brazil and the conflicts between Brazil's Landless Rural Laborers' Movement (MST) and large estate owners, which provides a deep study on the subject here presented. A qualitative-quantitative methodology was used guided by half-structured interviews with the settlers/campers of the Sanharó Farm, the general coordinator of the Landless Rural Laborers' Movement (MST) and the agent of the Pastoral Land Commission (Catholic Church). Cartographic material, newspapers and photographs were also used. The research result shows that the fight for the land property in the North of Minas Gerais, considered from the Camilo Torres Brigade on, is a conquest of the Landless Rural Workers' Movement. The results also indicate that the Brigade is a new strategy of fight for the spatialization ant territoriality of land in the North of Minas Gerais.

It can be concluded that the Landless Workers' Movement – MST in the North of Minas Gerais, has played a major role on the fight for land and the recovery of citizenship of the excluded workers of the capitalist agriculture modernization process. The social use of land by the Landless Rural Workers' Movement in the Sanharó Farm is reference for other settlements of the Camilo Torres Brigade in the North of Minas Gerais.

Key words: agrarian reform, Fight for land, Rural settlement, the Landless Rural Workers' Movement, Camilo Torres Brigade, North of Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – MINAS GERAIS - MICRORREGIÕES COM MAIOR NÚMERO DE OCUPAÇÕES ENTRE 1990 - 2006 48
QUADRO 1 – Estrutura Organizativa do MST Nacional 34
QUADRO 2 – Adaptação da nova estrutura organizativa do MST nacional 37
FOTO 1 – Barracas de lona nas margens da Estrada da Produção, no município de Montes Claros, em 2003 56
FOTO 2 – Situação das barracas de lona na Estrada da Produção, no município de Montes Claros, após o incêndio ocorrido em 2003 57
FOTO 3 – Entrada da sede da fazenda Sanharó, antes da ocupação pelo MST, em 2003 58
FOTO 4 – Grupo de famílias ocupando a Fazenda Sanharó e a Polícia Militar na entrada da sede da propriedade, em 2003 59
FOTO 5 – Marcha dos trabalhadores Sem-Terra a Montes Claros, em 2003 60
FOTO 6 – Audiência pública dos trabalhadores Sem-Terra com a Polícia Militar, deputados e vereadores, no plenário da Câmara Municipal de Montes Claros, em 2003 61
ORGANOGRAMA 1 – Regionais e brigadas organizadas pelo MST, no Estado de Minas Gerais 67
GRÁFICO 1 – Evolução do número de acampamentos organizados pelo MST na região Norte do Estado de Minas Gerais, no período de 2002 a 2008 79
FOTO 7 – Sem-terra cortando lenha para consumo 87
FOTO 8 – Fogão de lenha improvisado pelos Sem-Terras 88
FOTO 9 – Plantio de cultura de sobrevivência: feijão e milho 90
FOTO 10 – Reunião na sede do acampamento Estrela do Norte 92

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Mesorregião Geográfica do Norte de Minas Gerais 43
MAPA 2 - Localização e Identificação dos Municípios da Mesorregião do Norte de Minas Gerais 44
MAPA 3 – Localização dos municípios que compreendem a Brigada Camilo Torres, nas Mesorregiões Geográficas do Estado de Minas Gerais 65
MAPA 4 – Principais áreas de conflito pela terra, na região compreendida pelas Brigadas Camilo Torres, Dandara e Milton Santos, no Norte de Minas e Alto Paranaíba, em 2008 70
MAPA 5 – Área compreendida pela Brigada Camilo Torres, Norte de Minas, 2008 77

LISTA DE SIGLAS

ALEMG	– Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
BNB	– Banco do Nordeste Brasileiro
CEBS	– Comunidade Eclesiais de Base
CETEC	− Centro Tecnológico de Minas Gerais (UFMG)
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
FETAENG	– Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
FINOR	– Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FISET	– Fundo de Investimentos Setoriais
FUNM	– Fundação Norte Mineira de Ensino Superior
GEA	– Grupo de Estudos Agrários
GEOMINAS	− Geoprocessamento em Minas Gerais
IGA	− Instituto de Geociências Aplicadas (UFMG)
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	– Organização Não Governamental
PCI	– Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
POLOCENTRO	– Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PRODECER	– Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	– Partido dos Trabalhadores
RURALMINAS	– Fundação Rural Mineira
SUDENE	– Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR	– União Democrática Ruralista
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 - A LUTA PELA TERRA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - MST NO BRASIL 23

1.1 - A Luta pela terra no Brasil 23

1.2 - O surgimento e evolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST 28

1.3 - A organização social e política do MST 37

2 – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA EM MINAS GERAIS: caminhos e descaminhos 47

2.1 – Histórico de luta pela terra no Norte de Minas 47

2.2 - O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Norte de Minas: "a turma da beira da estrada" 53

2.3 - Os conflitos e tensões entre o MST e o Estado 61

2.4 - As Brigadas: uma estratégia de luta e espacialização das ações do MST no Norte de Minas Gerais 63

2.5 - A brigada: discutindo seus significados 72

3 - A BRIGADA CAMILO TORRES: uma análise sobre sua constituição 77

3.1 - As conquistas do MST no Norte de Minas 77

3.2 - O Acampamento Estrela do Norte: um marco de luta pela terra no Norte de Minas 83

CONSIDERAÇÕES FINAIS 94

REFERÊNCIAS 97

ANEXOS 107

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA 108

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 112

ANEXO C – DOCUMENTOS SOBRE A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS GERAIS 114

ANEXO D – REPORTAGENS DA IMPRENSA DO NORTE DE MINAS SOBRE A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST 134

INTRODUÇÃO

A ocupação de terras, como forma de luta pela terra no Brasil não é uma estratégia nova. Os vários movimentos sociais ligados à Reforma Agrária há muito tempo têm optado pela ocupação, como forma de espacialização e de territorialização.

Ao analisarmos a luta pela terra no Brasil, devemos levar em conta a necessidade de condições de sobrevivência dos excluídos e marginalizados da posse da terra, nos referidos agrupamentos ou organização de pessoas; na vivência da disputa pela terra, que, consequentemente, pode ser considerada como luta pela reorganização do espaço territorial.

Há a presença de uma forte e recente tendência camponesa, formada por homens denominados trabalhadores rurais sem-terra, que se compõem de sujeitos expulsos do processo capitalista produtivo, representantes de vários segmentos da sociedade (pedreiros, carpinteiros, domésticas, frentistas, etc.). São homens e mulheres arregimentados pelo MST em torno de uma causa comum: a luta pela posse da terra, tendo em vista a melhoria das suas condições de vida.

Podemos afirmar que, no atual contexto da conquista de cada espaço, considerado como acampamento ou assentamento, em um determinado espaço físico, vivenciam-se novas formas de organização do espaço territorial, a partir de um conjunto de relações políticas, econômicas e sociais bastantes antagônicas. Estas relações desenvolvem-se de formas diferentes, pois a realidade de cada acampamento espalhado pelo imenso chão de nosso país varia de região para região.

Nesse sentido, está em curso, na região do Norte de Minas[1], uma nova dinâmica da luta pela terra, provocando alterações significativas na espacialidade e territorialidade regional, representada, por exemplo, pelo Acampamento Estrela do Norte, que pertence à Brigada Camilo Torres, local onde ocorreram as manifestações de luta pela terra, que têm provocado mudanças significativas na espacialidade e territorialidade regionais.

[1] Estamos utilizando a expressão Norte de Minas quando nos referimos a mesorregião geográfica.

São essas alterações que, a partir do ano de 2002, com a ocupação de terras no Norte de Minas Gerais, intensificam-se impulsionadas pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O processo de luta predominante na região avançou, em relação ao processo anterior de resistência de posseiros, frente às expulsões promovidas pela modernização da agricultura. De um lado, os trabalhadores sofrem com a presença de fazendas produtoras de eucalipto, para produção de carvão e abastecimento das siderúrgicas da região do quadrilátero ferrífero e, do outro, com os fazendeiros de gado expandindo a atividade pecuária ,incentivada pelo Estado por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, com recursos do Fundo de Investimentos Setoriais, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e outras Instituições pertencentes ao Governo Federal, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

Entretanto, dessa forma de ocupação da terra no Norte de Minas utilizada pelo Governo e/ou fazendeiros surgiram alguns movimentos de resistência, capitaneados por segmentos de instituições religiosas, pela sociedade civil, apoiados pela chamada ala progressista da Igreja Católica, representada pela Comunidades Eclesiais de Base e pela Comissão Pastoral da Terra. Amparando-se numa nova nomenclatura, como manifestação da luta, em forma de “Brigadas” [2], o MST, com suas conquistas, expandiu-se no sertão Norte mineiro, por meio das ocupações de terras, espacializando e territorializando ações sustentadas numa estratégia organizada e dinâmica de ocupação de terras improdutivas. Com essas ocupações, o MST reorganizou e reterritorializou o espaço de ocupação de terra, redefinindo as tradicionais nomenclaturas e conceitos oficiais de regionalização, constituídos e implantados pelo Estado.

Contrapondo-se à ordenação jurídica do Estado, os integrantes do MST articularam-se com ações políticas simultâneas, promovendo e efetivando ocupações em diversos órgãos oficiais do Governo, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Banco do Brasil, Prefeituras, além de realizarem obstruções de rodovias e passeatas, no intuito de pressionar e acelerar o processo de desapropriação de terras improdutivas pelo Governo.

Considerando que essas ações do MST possibilitaram uma tomada de consciência de seus integrantes, em níveis nacional, estadual e regional, o

[2] Termo que será explicado mais adiante, neste trabalho.

movimento reorganiza o espaço de luta pela terra, redefinindo o próprio conceito de espaço, ou seja, criando o conceito de brigadas. Recorrendo ao conceito de Brigada no dicionário Aurélio (1988, p.105), identificamos que a expressão quer dizer: 1) Corpo militar, ordinariamente composto de dois regimentos; 2) conjunto de duas ou três baterias de campanha. Diferente do dicionário Aurélio, na cartilha do Setor de Formação do MST, este conceito foi ampliado sob outra perspectiva: "Brigada" quer dizer a soma de partes de uma organização, para desenvolver atividades diferentes com o mesmo objetivo. Se tomarmos como referência, a organização de uma festa de aniversário no assentamento, cada equipe fica responsável por uma parte (mística da festa, ornamentação do ambiente, animação, alimentação, jogos, diversão e encerramento).

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, a Brigada é a soma das partes de uma organização. No Norte de Minas, o MST criou três Brigadas: Brigada Camilo Torres[3], Brigada Milton Santos[4] e Brigada Dandara [5]. Essas brigadas são constituídas de acampamentos e assentamentos que, em suas territorializações, transgridem os limites geográficos especificados pelos conceitos tradicionais de espacialização e territorialização oficiais, criados pelo Estado e pelas categorias geográficas.

Em nosso trabalho de pesquisa, investigamos a constituição das Brigadas como uma nova estratégia de luta, tomando como recorte deste estudo o acampamento Estrela do Norte, pois foi ali que se iniciou a luta pela ocupação e posse da terra pelo MST no Norte de Minas, no ano de 2003. Portanto, é a partir do conceito de "Brigada" que se centra nossa pesquisa, tendo como objetivo geral compreender o processo de mudança na forma de espacialização/territórialização pelo MST, com a criação das brigadas no norte de Minas.

Com relação aos objetivos específicos da pesquisa, buscamos:

1) Mostrar a evolução histórica do MST, no contexto de luta dos Movimentos Sociais no Brasil;

2) Analisar a gênese do MST e a sua dinâmica, no processo de luta pela terra, no Norte de Minas;

[3] Nome dado para homenagear o padre católico e guerrilheiro colombiano Camilo Torres.
[4] Essa denominação da Brigada é uma homenagem ao Geógrafo Milton Santos.
[5] Nome dado para homenagear a escrava mãe de Zumbi dos Palmares.

3) Identificar a estratégia de luta e a organização do MST no Norte de Minas a partir da Brigada Camilo Torres.

Por outro lado, é necessária uma maior discussão sobre as mudanças ocorridas pela existência de um fenômeno de relevante dimensão política, econômica e social, engendrado pelos trabalhadores sem-terra na região do Norte de Minas, e caracterizado pela disputa de terra, a partir do ano de 2002.

Neste sentido, esta pesquisa justifica a relevância do tema, na medida em que resgata a importância da luta pela terra e do seu uso social no contexto histórico-político e social, tentando desvelar as formas, modelos ou tipos de espaços e territórios que vêm sendo ressignificados pela disputa da terra.

Tomaremos, como ponto de partida, a busca do entendimento de algumas questões, tais como:

1) Que fatores vêm provocando o processo de mudança na estratégia de luta do MST no Brasil em forma de brigadas, e quais são suas repercussões na constituição da Brigada Camilo Torres no Norte de Minas Gerais?
2) Quais elementos contribuíram/contribuem para a reorganização do espaço e territorialização do MST, no Norte de Minas Gerais?
3) Qual o significado simbólico ou prático da luta pela terra empreendida pelo MST na fazenda Sanharó, para a questão agrária no Norte de Minas?

Essas questões, que norteiam este estudo, originaram-se, inicialmente, de experiências, discussões e debates em torno da luta dos trabalhadores sem-terra. Como membro do diretório acadêmico do curso de Geografia da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior e, posteriormente, atuando como professor universitário da UNIMONTES, desenvolvemos pesquisas sobre o MST no Norte de Minas, nas quais procuramos analisar a forma de organização do MST na região, cujo resultado culminou na edificação de um conjunto de trabalhos sobre a questão agrária, intitulado “Debaixo da Lona”, que tenta retratar a luta dos trabalhadores do Norte de Minas pela terra. Foi neste período que constatamos uma nova organização do espaço em forma de ocupação da terra em brigadas. Estas precisam ser problematizadas e analisadas em pesquisas acadêmicas.

Sendo assim, o pressuposto desta pesquisa baseia-se na possibilidade de que a Brigada apresente indícios de constituir-se uma nova estratégia de luta e organização do MST, na conquista da espacialização e territorialização da terra no Norte de Minas.

Para melhor compreensão deste estudo, organizamos nosso trabalho em três capítulos, apresentados a seguir.

No primeiro capítulo, mostramos a evolução do MST no contexto de luta dos movimentos sociais no Brasil. Nessa trajetória, analisamos sua expansão, organização e suas estratégias de luta, tendo em vista a reorganização da espacialização, territorialização e sua ação política, na luta pela posse de terra, no Estado de Minas Gerais.

No segundo capítulo, a discussão está centrada na origem da luta pela terra, no Norte de Minas, e sua repercussão na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Analisamos, também, as mudanças ocorridas no direcionamento do MST, na sua forma de organização das grandes regionais para o conceito de Brigadas. Como pano de fundo, tentamos desvelar as contradições e antagonismos entre o Estado e o MST em relação ao uso e à posse da terra.

No terceiro capítulo, identificamos a Brigada Camilo Torres, sua formação e organização como ponto de partida de luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Norte de Minas. Apresentamos a experiência do Acampamento Estrela do Norte como referência de luta promovida pelo MST. Analisamos, também, as contribuições de alguns teóricos que aprofundaram discussões a respeito da questão agrária e de outros movimentos do MST. Neste sentido, optamos por alguns autores especializados na problemática, tais como: José de Souza Martins (2003, 2004), José Graziano da Silva (1996), Bernardo Mançano Fernandes (2000, 2001), Marco Antonio Mitidiero Junior (2002), Norberto Bobbio (2004), entre outros. O objetivo é conhecer a análise de cada autor sobre a questão agrária, território e territorialização, bem como as suas principais concepções, tendências e possíveis divergências relacionadas aos temas luta pela terra, movimentos de luta e reforma agrária no Brasil. A questão metodológica é uma determinação central, nesta pesquisa. Partindo do pressuposto de que há uma clara articulação e interrelação entre os campos econômicos, políticos, filosóficos e sociais. No nosso modo de ver, a realidade pressupõe que todos os fenômenos sejam históricos e estejam em constante movimento, e que esse movimento seja

provocado pelas contradições, postas nas condições objetivas da realidade, na luta dos trabalhadores sem-terra, neste país.

O trabalho de investigação que realizamos pode ser considerado como predominantemente qualitativo. Isso não significa que deixaremos de lado os aspectos quantitativos. É preciso esclarecer que a metodologia em questão leva em conta ambos os aspectos, agregando o dualismo quantidade/qualidade.

Pautados neste princípio, utilizamos como técnicas de pesquisa a observação participante, a entrevista semiestruturada, a análise documental e a análise bibliográfica.

Neste sentido, as primeiras pesquisas e observações de campo foram ocorrendo, sistematicamente, desde o ano de 2003, fase inicial de ocupação pelo MST da Fazenda Sanharó, localizada no quilômetro 14, na Estrada da Produção, no município de Montes Claros, Norte de Minas.

Desenvolvemos um enfoque sobre a ação política do MST, sua forma de transgressão à ordem jurídica do Estado. Aprofundamos, também, o debate em torno da análise da Brigada Camilo Torres, especificamente, do Acampamento Estrela do Norte em Montes Claros.

Ao longo da pesquisa, participamos, também, das reuniões das lideranças do MST, dos encontros locais, regionais e, nas visitas *in loco,* das comemorações (casamentos, batizados etc.) ocorridas no Acampamento Estrela do Norte. Isso nos permitiu captar as formas de comunicação entre os sem-terra, as suas representações e formas de organização.

De acordo com Turra,

> A observação é um mergulho profundo na vida de um grupo com o intuito de desvendar os reais significados produzidos e comunicados nas relações interpessoais. Há segredos do grupo, fórmulas, padrões de conduta, silêncios e códigos que podem ser desvelados. (TURRA, 2003, p.189).

Como atividade de campo, utilizamos a experiência do convívio, nas discussões no acampamento da grande regional do Norte de Minas, entre as lideranças do MST, que contavam com a presença dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa. Essa inserção no campo ocorreu de 2002 até 2005, em 18 acampamentos, quando a presença e convivência nos cotidianos dos assentados da grande Regional do Norte de Minas permitiram-nos levantar alguns questionamentos sobre as condições de luta dos trabalhadores sem-terra. Esse contato com os coordenadores da CPT, e a

convivência *in loco* nos assentamentos, permitiu-nos colher dados exploratórios para a pesquisa.

O diário de campo permitiu-nos o registro de conversas informais, relatos de experiências e depoimentos dos trabalhadores sem-terra do acampamento Estrela do Norte. Ainda nessa direção, Bogdam, Biklen nos esclarecem que:

> o trabalho de campo refere-se a estar dentro do mundo do sujeito [...] não como alguém que faz uma pequena paragem ao passar, mas como uma pessoa que não sabe tudo, mas alguém que quer aprender, não como uma pessoa que quer ser como o sujeito, mas como alguém que procura saber o que é ser como ele. (BOGDAM; BIKLEN, 1994, p. 11).

O cotejo entre as pesquisas de ordem bibliográfica e o levantamento da literatura crítica sobre o tema dos trabalhadores sem-terra e suas contradições permitiram um aporte crítico e, possivelmente, condições para que este estudo possa apresentar, ao seu termo, um novo olhar e perspectiva no que se refere à luta dos trabalhadores sem-terra no Norte de Minas.

Além da observação participante, utilizamos entrevista semiestruturada com dez famílias do Acampamento Estrela do Norte. No universo de 23 famílias acampadas, utilizamos, como critério de seleção, entrevistas com 10 famílias que residiam no acampamento desde o início da ocupação da terra, no ano de 2003. Outro critério, também, está relacionado com o fato de serem homens e mulheres que estavam na vanguarda da “turma da beira da estrada” e que, portanto, vivenciaram todo o processo de luta e resistência pela terra, até a ocupação da Fazenda Sanharó. O objetivo das entrevistas foi contemplar dados pessoais dos acampados, como nível de escolaridade, número de filhos, tempo no acampamento, motivos pelos quais integram o movimento social, função que cada um desempenha dentro do movimento, tipos de produção, alternativa de renda e relacionamento entre os acampados. Esses dados foram relevantes, pois nos permitiu caracterizar quem são esses sujeitos, o que pensam e o que sentem em relação à vida no acampamento e sua participação no MST. Procuramos, também, colher informações sobre a história de vida dos entrevistados, antes e depois da ocupação na Fazenda Sanharó.

Essas entrevistas nos permitiram compreender a realidade social vivenciada pelos acampados, possibilitando uma maior consistência e análise quanto à concepção da luta dos trabalhadores sem-terra na região.

Nesta direção, a primeira entrevista com os coordenadores do MST ocorreu no mês de janeiro de 2008. As entrevistas com as 10 famílias no Assentamento Estrela do Norte, ocorreram nos meses de janeiro e fevereiro de 2008.

Fomos recebidos na porteira da fazenda por dois assentados do nosso conhecimento, que se dispuseram, prontamente, a orientar-nos sobre quais famílias eram mais antigas no acampamento e por qual família deveríamos começar. Em princípio ficou estabelecido que, após o término da primeira entrevista, o próprio entrevistado nos conduziria à segunda família e assim sucessivamente, até que atingíssemos os objetivos de entrevistar as 10 famílias. Assim transcorreram as entrevistas nas casas do primeiro e do segundo entrevistado, com duração média de 35 a 40 minutos.

Daí por diante, a condução metodológica da entrevista tomou outra direção, sem comprometer a qualidade do conteúdo. Fomos conduzidos até a sala de reunião, onde já se encontravam, à nossa espera, os sujeitos da nossa pesquisa. No primeiro momento, procuramos esclarecer os objetivos da pesquisa, ressaltando a relevância social dessa investigação. Esclarecemos, também, que, pelo fato de estarmos de posse de apenas um gravador, o tempo necessário para gravar todas as entrevistas se estenderia muito. Solicitamos ao nosso companheiro, professor da UNIMONTES, que até então se restringira à observação das entrevistas, que nos ajudasse a realizá-las, pautado no roteiro de pesquisa.

Entretanto, ficaram em torno de seis assentados sem serem entrevistados, mas que aguardaram até o final. Foi necessário esclarecê-los de que, em outra oportunidade, retornaríamos dada a sua boa vontade e disponibilidade em contribuir com a pesquisa. Assim, foram entrevistadas as 10 famílias, além de um dos coordenadores da Brigada Camilo Torres (C^1). Entrevistamos também o agente da CPT identificado no texto, como (A^1)

A esse respeito, Bogdam e Biklen (1994, p. 13) afirmam que a “entrevista semiestruturada nos auxilia no sentido de tentar obter alguns dados referentes ao estudo e compará-los entre os vários sujeitos”. Para melhor compreensão, utilizamos o símbolo (S) para caracterizar os sujeitos entrevistados e a numeração cardinal para organizar a sequência dos entrevistados. Procuramos analisar as questões pela sequência do Roteiro de Entrevista, ou seja, a questão nº 1 do roteiro foi analisada levando-se em conta todos os entrevistados, e assim, sucessivamente, todas as outras questões do roteiro.

No que se refere à análise documental, recorremos aos dados produzidos pelos coordenadores do MST no Norte de Minas, tais como número de acampamentos, número de integrantes do MST na respectiva Brigada, quantidade de jovens e adultos sem estudar, tendo em vista a relevância dos dados quantitativos. Recorremos a documentos do movimento e decisões judiciais - materiais relevantes como fonte de informação para este estudo, fornecidos pela CPT do Norte de Minas - e publicações coletadas nos jornais de Montes Claros.

Ressaltamos que, no processo de coleta de dados, procuramos tomar alguns cuidados com relação aos aspectos éticos desta pesquisa. Todos os sujeitos foram esclarecidos quanto aos objetivos do trabalho e concordaram em participar das entrevistas, respondendo aos questionários, disponibilizando correspondências pessoais sobre o MST, desde que suas identidades fossem preservadas. Com relação às entrevistas realizadas com os acampados, estes autorizaram sua divulgação neste trabalho (ANEXO B).

1 – A LUTA PELA TERRA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA - MST NO BRASIL

Malditas sejam todas as cercas!
Malditas todas as propriedades privadas
que nos privam de viver e amar!
Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por umas poucas mãos
para ampararem cercas e bois e fazer
a Terra escrava e escravos os homens!
(Dom Pedro Casaldáliga) [6]

1.1. A Luta pela Terra no Brasil

A questão agrária no Brasil tem sido discutida há vários séculos. A distribuição desigual da terra no país tem razões históricas, que envolvem aspectos econômicos, políticos e sociais.

A discussão remonta ao período colonial brasileiro, quando a Coroa Portuguesa detinha o monopólio sobre as terras "descobertas". O Brasil, como colônia de exploração, teve a sua organização territorial imposta pelo modelo mercantil português, para atender às demandas e aos interesses econômicos europeus. A estrutura fundiária brasileira "desenvolveu-se", primeiramente, com a concessão de uso do solo, com direito à herança, por meio dos sistemas de Sesmarias e Capitanias Hereditárias, ocasionando uma grande concentração de terra.

Com a Proclamação da Republica do Brasil (1882), a estrutura fundiária permaneceu a mesma, porém foi reconhecido o direito de posse para os que cultivavam a terra.

Conforme afirma Garcia (1996, 81p.), "a posse se tornou a única forma de aquisição e de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que, na história da apropriação territorial, esse período ficou conhecido como a fase áurea do posseiro".

Antagonizando o direito de posse, segundo Stédile (2005, 23p.): "A Lei nº. 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil".

[6] Dom Pedro Casaldáliga nasceu em Catalunha, na Espanha. É bispo da Igreja Católica tendo iniciado o seu bispado em Mato Grosso, em 1970. É grande defensor da Reforma Agrária e dos direitos dos índios.

De acordo com as relações sociais, reafirma Martins:

> [...] por essa razão, no mesmo ano de 1850, a chamada Lei de Terra (Lei nº. 601) definiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado, cuja ocupação se sujeitaria à compra e venda. Exceção feita àqueles que por ocupação efetiva e cultura habitual, título de sesmaria ou qualquer outro título tivessem a posse efetiva da terra, o único caminho para que alguém se tornasse proprietário territorial a partir de então seria a compra ao Estado. Após setembro de 1850, os que estivessem na posse de terras não legitimada antes da lei, ou que não viessem a ser compradas ao governo corriam o risco de expulsão mediante ação dos "verdadeiros" proprietários, isto é, os possuidores do título de compra. A terra tornou-se acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Generalizou-se, assim, o capital como o mediador na aquisição da propriedade territorial. (MARTINS, 1986, p. 122).

Essa lei regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.

O Brasil passou por três períodos históricos − Colonial, Imperial e Republicano − sem resolver o problema da reforma agrária. As políticas públicas que norteiam a reforma agrária, no Brasil, demonstram-se ineficientes, priorizam a lógica do capitalismo, do lucro e a reprodução do capital, em detrimento do verdadeiro anseio dos trabalhadores rurais.

A dialética histórica nos mostra que, no Brasil, a Lei nº. 601, de 1850, consolidou a supremacia da elite dominante da época (Barões do Café) que, sustentada por essa legislação, conseguiu uma supervalorização de suas terras e principalmente, das terras públicas. Por intermédio dos altos impostos, essa elite impossibilitava o acesso democrático ás terras, privilegiando a oligarquia latifundiária brasileira. Com o difícil acesso à terra, os trabalhadores rurais sujeitavam-se a migrar para os centros urbanos. Apesar de a Revolução de 1930 contribuir para a derrota das oligarquias dominantes, a estrutura fundiária brasileira permaneceu inalterável.

A Constituição brasileira, promulgada em 1934, manteve a República Federativa, o presidencialismo, o regime representativo; instituiu o voto secreto e ampliou os poderes do Estado, que passou a ter autonomia para estabelecer monopólios e promover estatizações. Instalou-se o governo de Getulio Vargas, que criou uma Comissão Nacional de Política Agrária, que não se materializara.

Em setembro de 1946, foi promulgada a quinta Constituição, que determinava manutenção da República Federativa presidencialista; voto secreto e universal; divisão do Estado em três poderes; e preservação da estrutura de propriedade de

terra, não se tocando nos latifúndios**.**

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, o Brasil vivia uma nova fase, com o início da industrialização. A indústria passa a ser prioridade nacional e a questão da estrutura fundiária nacional foi relegada a um plano secundário. Naquele período, muitos movimentos sociais se destacaram em favor da reforma agrária. Em Pernambuco, surgiu uma organização dos trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas do Movimento dos Agricultores Sem-Terra, que tinham como objetivo a luta pela terra e a Reforma Agrária.

A modernização da agricultura brasileira, a partir dos anos 1960, intensificou-se com o uso de máquinas e insumos, associado à industrialização dos meios de produção para a agricultura, modificando as relações de trabalho antes existentes e promovendo novas categorias no mundo rural brasileiro, como bóias-frias, diaristas, trabalhadores temporários, entre outros.

Em 1963, no governo João Goulart, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que levava ao campo a legislação trabalhista; criou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que deu origem ao movimento sindical rural.

As instituições rurais em favor da Reforma Agrária passaram a pressionar o governo João Goulart que, em um comício na Central do Brasil, sobre os aplausos dos trabalhadores, anunciou o Programa de Reformas de Bases[7], assinando um decreto de desapropriação de faixas de terras ao longo das rodovias. Poucos dias após ter assinado o decreto, foi deposto pelo golpe militar de 1° de Abril de 1964.

A Superintendência de Políticas Agrárias – SUPRA, criada no governo Goulart, foi, posteriormente, extinta pelos militares, sendo criado O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária IBRA.

O primeiro Governo Militar (1964-1967), para dar respostas à insatisfação dos trabalhadores rurais, no dia 30 de novembro de 1964, criou o Estatuto da Terra (lei nº. 4.504), com o “objetivo primordial” de promover a Reforma Agrária e estimular o desenvolvimento da agricultura, o que de fato não ocorreu. De 1964 a 1969, os avanços em prol da Reforma Agrária foram insignificantes. Em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INCRA, para substituir o IBRA.

[7] Programa de Reformas de Base que previa a reforma agrária (divisão de latifúndios); a reforma eleitoral (voto aos analfabetos, dentre outras medidas) e a reforma universitária (ampliando as vagas nas universidades públicas e facilitando seu acesso)

Os governos da ditadura militar foram marcados por políticas internas de repressão, intervenções, leis, decretos e atos institucionais punitivos. Os sindicatos, as Ligas Camponesas, as associações dos trabalhadores rurais e os partidos políticos que apoiavam a Reforma Agrária foram duramente reprimidos, seus representantes presos tendo sido, muitos deles deportados do Brasil.

O Governo do Gal. Costa e Silva criou o primeiro Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que, por meio de intervenção estatal, segundo Aguiar (1986), estimulou a modernização desigual da agricultura brasileira.

A partir dos anos 1970, com a implantação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento (PED I e II), os governos militares passaram a defender a incorporação de políticas e tecnologias vinculadas ao capital estrangeiro. Este foi o modelo de "desenvolvimento econômico" adotado para o rural brasileiro, cujas políticas públicas estavam voltadas para a exportação, implantação do agro-negócio[8] e abertura ao capital internacional. A concentração fundiária, no entanto, continuava alta; e os sindicatos rurais, embora controlados pelo regime militar, seguiram sua luta, agora apoiados pela Igreja Católica Progressista, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975.

A política econômica ditatorial que se instalou no Brasil de 1964 a 1984, incluiu, em seus planos de metas e desenvolvimento econômico, a Reforma Agrária, mas, a história mostrou uma realidade diferente.

A idéia principal desses governos era uma modernização da agricultura brasileira, direcionada para a exportação. Essas políticas agrícolas e agrárias, além de não promoverem a Reforma Agrária, criaram intermináveis problemas para a questão agrária brasileira.

Assim, concordamos com Fernandes (2001), quando afirma que:

> Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, consequentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra: violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. (FERNANDES, 2001 p.23)

[8] Agro-negócio é toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. No Brasil, o termo agropecuária é usado para definir o uso econômico do solo para o cultivo da terra, associado com a criação de animais.

As imposições dos governos militares com novas políticas agrárias e agrícolas de “modernização”, créditos vultosos facilitados e direcionados para a agroexportação internacional, integraram as pequenas e médias propriedades com os grandes latifúndios, que comungavam com a especulação do capital internacional, aumentando mais a concentração de terras no Brasil.

As políticas agrárias e agrícolas nacionais, desenvolvidas para o pequeno produtor rural e para os postulantes da Reforma Agrária dos anos de 1980 ficaram relegadas ao segundo plano, diante do grande incentivo governamental para os capitais, financeiros, industriais e vultosos investimentos no agronegócio. Para combater a Reforma Agrária, surgiu a União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, na cidade de Presidente Prudente-SP – e posteriormente, instalou-se, em nível nacional, na cidade de Brasília-DF.

Vários aparatos legais, textos constitucionais, decretos leis anunciaram a Reforma Agrária e a desapropriação do imóvel que não cumprisse a sua função social, para fins de Reforma Agrária (Decreto da Constituição Federal de 1988).

Nos anos 1990, no governo Fernando Collor de Mello, a Reforma Agrária sofreu um duro golpe, quando a responsabilidade sobre ela passou a ser do Ministério da Agricultura e do INCRA, criado pelo Congresso Nacional. Estes dois órgãos, no entanto, ficaram indiferentes ao processo de Reforma Agrária. Naquela época, a grande e influente bancada ruralista, composta por latifundiários, passou a pressionar o governo contra a efetivação do processo de Reforma Agrária.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram desenvolvidas políticas neoliberais direcionadas às políticas agrárias e agrícolas, para atender às demandas internacionais, privilegiando a agroexportação. O governo criou um Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias, que se incorporou ao INCRA.

Por outro lado, ocorreram episódios infelizes com relação ao problema agrário, como em 17/4/1996, quando trabalhadores rurais sem-terra foram massacrados na Fazenda Macaxeira, ao longo da Rodovia PA-150 (que liga Belém ao Sul do Pará), 19 pessoas morreram e outras 60 ficaram feridas, em confronto com a Polícia Militar do Pará (Massacre de Eldorado dos Carajás).

Apesar dos conflitos, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) desenvolveu uma política tímida de assentamentos, atuando mais em resposta aos movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem-terra, que vinham fazendo ocupações.

O governo de Fernando Henrique pautou-se em uma política neoliberal recessiva, promovendo um grande êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos, em busca de trabalhos e "melhores condições" de vida. O Brasil, em pleno século XXI, continua com o grave problema da Reforma Agrária. Nesse governo, chegou-se a criar um sistema de cadastramento pelo Correio, que teve como *slogan* publicitário "Por que pular a cerca, se a porteira está aberta?".

Com o intuito de amenizar o problema das ocupações, em meados dos anos 1990, o Governo Federal tentou, desesperadamente, escamotear a ausência de democratização do direito à terra, porque os milhões de inscritos para serem assentados até hoje engrossam a fila dos movimentos sociais de ocupação das terras.

No atual (2006) governo de Luis Inácio Lula da Silva, questões como estrutura fundiária brasileira, grandes latifúndios e a democratização do acesso à terra, merecem ser refletidos e analisadas em todos os seus aspectos, no contexto histórico nacional. Se existisse de fato uma Reforma Agrária no Brasil, não ocorreriam tantas ocupações como hoje, em um curto espaço de tempo. Esse pequeno histórico da realidade brasileira, em relação à sociabilização da posse da terra e à Reforma Agrária, remete-nos a uma nova discussão.

Essas áreas ocupadas pelos agricultores, orientados e coordenados por diversos movimentos sociais (entre eles o MST), expressam o vigor da luta pela terra na região e constituem espaços geradores de novos ordenamentos territoriais, produzindo efeitos políticos e socioeconômicos fundamentais para a dinâmica agrária do norte do estado de Minas Gerais.

1.2 – O surgimento e evolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST

O objetivo deste item de estudo é analisar a evolução do MST, por ser o movimento social que mais se fortaleceu e ampliou os seus espaços de luta pela posse de terras, no Brasil. Nesse sentido, procuramos definir o MST como um movimento social de categoria geográfica que organiza as ações na direção da luta pela posse de terra, neste país. Sendo assim, reportamo-nos a Fernandes, para esclarecer que:

> o movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um exemplo de movimento socioterritorial é o MST. (FERNANDES, 2001, p.64)

É nesta perspectiva que procuramos investigar o processo de constituição do MST, como movimento social. Sendo assim, para pesquisar um movimento social, torna-se necessário analisar as condições sociais, políticas e econômicas do período em que o referido movimento foi gestado, para compreendermos as verdadeiras causas da sua gênese. É baseado nessa premissa e nesse contexto histórico, social, econômico e político que pesquisamos a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, sua gênese e sua evolução até os dias atuais.

O Brasil tem um histórico de luta pela terra ao longo dos seus cinco séculos de existência. Damos destaque para as Ligas Camponesas no Nordeste, criadas em 1945[9] e enfraquecidas, definitivamente, com o Golpe Militar de 1964. As Ligas Camponesas tinham, como um de seus objetivos principais, a luta pela Reforma Agrária. Com o Golpe de 1964 e posterior implantação da Ditadura Militar, os movimentos sociais de luta pela terra foram combatidos, reprimidos e anulados, no Brasil.

Porém, no início da década de 1960, anteriormente ao Golpe de 1964, a Igreja Católica criou as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBS). Nesse período ditatorial, a Igreja Católica encontrava-se dividida em duas alas: uma pequena ala, denominada “progressista”, apoiada pelas CEBS, e a outra ala, conservadora, que apoiou o Golpe Militar, sob o pretexto de combater o “comunismo”. Como afirma Fernandes (2000, p.50), “[...] As comunidades eclesiásiais de base foram os espaços de socialização política que permitiam a recriação da organização camponesa.”

De acordo com Mogrovejo:

> [...] é nesse período que surgem as Comunidades Eclesiais de Base por todo o país. À luz das idéias da Teologia da Libertação, as comunidades tornam-se espaços privilegiados de socialização política, onde os trabalhadores, do campo e da cidade, se organizam para lutar contra as injustiças e por seus direitos. (MOGROVEJO, 2002, p. 32).

---

[9] Ver: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=308&textCode=4193&date=currentDate>.

Com relação à participação da Igreja Católica na luta contra essas injustiças, o autor comenta:

> em 1975, a Igreja Católica cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que trabalha junto às paróquias nas comunidades rurais e periferias da cidade. Através da criação de espaços de socialização política, a CPT rompe com o isolamento dos sem terras de diferentes regiões do País. Esses passam a trocar suas experiências e começam a pensar no desenvolvimento de uma organização de luta pela terra e pela reforma agrária. Portanto, a participação da CPT foi essencial na articulação das diferentes experiências que construíram novas formas de organização do campesinato. Inicia-se, assim, um novo período na história da luta camponesa, no qual vários religiosos assumem as lutas camponesas, dentre os quais, Dom Pedro Casaldáliga, Dom José Gomes, Dom Tomas Balduíno. Seus estudos sobre a situação dos trabalhadores têm como referência o livro do Êxodo. (MOGROVEJO, 2002, p. 33).

Com o intuito de inserir-se no mercado internacional, o governo ditatorial desenvolveu políticas públicas direcionadas para a exportação, privilegiando o agronegócio, intensificando a concentração de terras e fortalecendo as elites agrárias. Os pequenos produtores e trabalhadores rurais do campo, sem uma política governamental para ampará-los, foram relegados à sujeição servil das relações de produções capitalistas impostas pelos pacotes econômicos lançados pelo governo.

Como afirma Oliveira,

> [...] o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física. (OLIVEIRA, 1996, p.11).

Foi nesse ambiente que a modernização da agricultura brasileira, a partir dos anos 1960, intensificou-se, induzida pela intervenção do Estado, com o uso de máquinas e insumos e com industrialização dos meios de produção para a agricultura, modificando, assim, as relações técnicas de produção e de trabalho antes existentes. Desta forma, promoveu novas categorias de trabalhadores no

mundo rural brasileiro, como boias-frias, diaristas, trabalhadores temporários, dentre outros. Concordamos com Gomes e Cleps Jr. (2006), quando afirmam:

> a chamada modernização conservadora do campo, impulsionada pelas estratégias desenvolvimentistas e integracionistas do governo militar, por sua vez representado o movimento de (auto) expansão do capitalismo no campo, culminou na intensificação das formas de exploração do trabalho e da expropriação do camponês, traduzindo-se no agravamento dos conflitos de classe da área rural. (GOMES; CLEPS JR., 2006, p. 131-2).

Essa modernização significou, na realidade, a transnacionalização da agricultura no Brasil e a sua inserção no novo processo de divisão internacional do trabalho. Tais circunstâncias explicam, também, o seu caráter excludente, com o agravamento da situação de miséria, o êxodo rural e o aumento dos níveis de concentração fundiária.

Neste sentido, a chamada "modernização da agricultura brasileira", ocorrida nos anos 1970, liberou um enorme contingente de pessoas e promoveu o desemprego de grandes massas de trabalhadores rurais do Brasil, devido à mecanização do campo. Houve, nesse período, um grande êxodo rural para as periferias das cidades. As indústrias das grandes cidades, no entanto, não conseguiram absorver esse grande contingente humano, vindo das áreas rurais.

Nesse mesmo período, o Brasil passava por um sistema ditatorial de governo e a sociedade brasileira vivia oprimida pelo governo autoritário. Os movimentos sociais do campo, em defesa da Reforma Agrária, tinham sido desestruturados e dizimados. Os sindicatos eram perseguidos, seus líderes presos, a categoria dos trabalhadores rurais era reprimida e as suas tentativas de manifestações e reivindicações coibidas pelos decretos- lei da ditadura militar[10].

Dentre esses movimentos sociais, um deles, que desde 1984 vem-se tornando destaque no cenário nacional e internacional, pela sua forma aguerrida de ação e luta em favor da Reforma Agrária, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Inicialmente, o movimento nasceu no Rio Grande do Sul, com pequenos produtores rurais gaúchos e, posteriormente, expandiu-se para outras regiões do país.

Na gênese do MST, uma ala progressista da Igreja Católica desempenhou um papel muito relevante, por intermédio das CEBS e, posteriormente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

[10] Decreto que o chefe do Poder Executivo expede, com força de lei, por estar absorvendo as funções próprias do Legislativo, eventualmente supresso.

Para se organizar, o MST contou com a participação efetiva das CEBS e da CPT que, segundo Fernandes (1999, p.70), ”foram o lugar onde os trabalhadores encontraram condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos.” Essa ala progressista da Igreja Católica fez um trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais do campo nas periferias das cidades, embasada na Teologia da Libertação[11], e como afirma Fernandes,

> as CEBS tornaram-se lugares de reflexão, o espaço de socialização política [...] Esses lugares são transformados em espaços de liberdade [...] as CEBS propiciavam um espaço comunicativo. Só em 1984, após 1º Encontro Nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra, em Cascavel - PR foi fundado o (MST), que se tornou reconhecido nacionalmente. (FERNANDES, 1999, p.72).

A luta dos trabalhadores sem-terra, no Brasil, que tem suas origens nas desigualdades sociais, foi interrompida com o golpe militar em 1964. Entretanto, foi nesse período de repressão que as Igrejas Católica e a Luterana proporcionaram espaço de discussão e reflexão contribuindo de forma decisiva para a criação do MST.

Com a criação do MST, as histórias de lutas no campo tiveram mais vigor, reescrevendo novos modelos e formas de espacializações e territorializações no cenário nacional, por meio de sua bandeira de luta em favor da Reforma Agrária. Assim, o MST vem promovendo ocupações de terras, desenvolvendo novas estratégias de lutas e ações políticas organizadas, enfrentando as elites agrárias, reordenando os espaços e território do latifúndio e desafiando a organização territorial do Estado.

Nessa mesma década da “modernização dolorosa” da agricultura brasileira, conforme escreveu Graziano da Silva (1981), a opressão da ditadura militar fazia-se presente de norte a sul do país. Reunir, organizar, reivindicar e lutar pela posse da terra eram ações duramente reprimidas. A Igreja Católica e a Igreja Luterana abriram espaços para a reorganização dos trabalhadores rurais do campo, em quase todo território brasileiro. O trabalho pastoral das igrejas de cunho ideológico reacendeu a esperança dos trabalhadores do campo no país.

---

[11] A Teologia da Libertação nasceu da influência de três frentes de pensamento: o Evangelho Social das igrejas norte-americanas, trazido ao Brasil pelo missionário e teólogo presbiteriano Richard Shaull; a Teologia da Esperança, do teólogo reformado Jürgen Moltmann; e a teologia política, que tinha como seu grande expoente o teólogo católico Johann Baptist Metz, na Europa, e o teólogo batista Harvey Cox, nos EUA.

Com o apoio da CPT e trabalhando com as Comunidades Eclesiásticas de Bases, o MST começou a ser formado no Rio Grande do Sul e, posteriormente, se expandiu para toda a Região Centro-Sul. Afirma Fernandes(2000) que o MST, com aproximadamente 110 famílias, iniciou uma das suas primeiras ocupações de terras, no Brasil, com a ocupação da gleba Macali, no município de Ronda Altano, Rio Grande do Sul. Posteriormente, confirma Fernandes(1999) que, ainda no Município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, cerca de 70 famílias realizaram a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, Santa Catarina. Em 1980, a ação dos trabalhadores rurais na Região Sul, intensificou-se com a desapropriação de mais de 10 mil famílias, que tiveram suas terras inundadas no Paraná, com a construção da Barragem Hidroelétrica de Itaipu, no Paraná. Essas ocupações são consideradas o marco histórico do MST.

Nesse mesmo período, considerado o marco histórico do MST, várias outras ocupações foram ocorrendo em São Paulo, Mato Grosso do Sul e em outros estados e regiões do país. Dessas experiências de luta nasceu o embrião do que seria o futuro MST. No sul do Brasil, não foi diferente. A rápida mecanização da região sul do país, principalmente do Paraná e do Rio Grande do Sul, causou a expulsão de várias categorias de trabalhadores rurais do campo, tais como arrendatários, meeiros, parceiros e pequenos agricultores, herdeiros de lotes de terra que não mais possuíam as condições sociais e econômicas necessárias à sua sobrevivência.

No caso do Rio Grande do Sul e do Paraná, parte da mão-de-obra excedente do campo migrou para as periferias das cidades e outro contingente de trabalhadores rurais excedente foi para a Região Norte do país, em busca de melhores condições de vida.

As chances de uma vida digna na cidade, para os imigrantes rurais sem-terra, eram escassas. No norte do país, as frentes expansionistas, ligadas aos madeireiros e às empresas agropecuárias, minavam as condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais do campo, migrados do sul do país.

> [...] do ponto de vista sócio econômico (sic), os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outra forma de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem colonização nem ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo, sobretudo na região onde vivi. (STÉDILE, 1999, p. 17).

O MST tornou-se uma organização que, além da posse da terra, tem doutrina, ideologia (socialista) de luta, não só pela terra, mas, também, contra o capital e as oligarquias agrárias, possui símbolos, hino, bandeiras etc. Nos últimos 25 anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) tornou-se uma organização com atuação efetiva em 23 estados do Brasil.

Conforme afirma Comparato, " [...] entre 1986 e 1996, foram conquistados 1564 assentamentos, onde estão assentadas 145.712 famílias [...] os efetivos do MST se elevam a 250 mil famílias, entre assentamentos e acampamentos, o que representa cerca de um milhão de pessoas. (COMPARATO, 2003, p.24)".

A partir da *práxis*, os sem-terra articularam, no período 1979-1984, as condições necessárias para criar um movimento social camponês. No período 1985-1990, as territorializações efetuadas pelo MST, tornaram-no um movimento nacional, construindo e consolidando sua estrutura organizativa. Desde o início dos anos 1990, os sem-terra estabeleceram essa estrutura, multidimensionada e em movimento, compreendida pelas formas de organização das atividades e pelas instâncias de representação, transformando o MST em uma organização social ampla. Desse modo, em 1999, a organização do MST já possuía a seguinte estrutura (Quadro 1):

QUADRO 1 - Estrutura organizativa do MST nacional

Instância de Representação	Formas de Organização das Atividades
Congresso Nacional	Secretaria Nacional
Encontro Nacional	Secretarias Estaduais
Coordenação Nacional	Setor de Frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação
Direção Nacional	Sistema Cooperativista dos Assentados Setor de Comunicação
Encontro Estadual Coordenação Estadual	Setor de Finanças Setor de Projetos
Direção Estadual	Setor de Direitos Humanos
Coordenação Regional	Setor de Relações Internacionais Setor de Saúde
Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos	Coletivo de Mulheres Coletivo de Cultura Articulação dos Pesquisadores Mística

Fonte: Fernandes, 1999, p. 246.

De acordo com o quadro 1, a organização das atividades possui diferentes estruturas, tais como: secretarias, setores, sistemas, setores coletivos e coordenação. Essas formas estão em movimento e podem se transformar, no processo de construção do MST. Assim, o coletivo ou a articulação podem virar setores, um setor pode se tornar um sistema, ou se manter nessa forma, ou até mesmo deixar de existir, conforme as necessidades e desafios que vão surgindo nesse processo.

O setor de produção foi transformado em Sistema Cooperativista dos Assentados, durante a primeira metade dos anos 1990, quando foi criado o setor de núcleos, responsável pela organização de base, nos assentamentos e acampamentos. Esse setor foi extinto em 1995, sendo essa atribuição conferida a todos os setores coletivos, bem como às instâncias.

Os setores e os coletivos são formas de organização existentes em diferentes escalas: local, regional, estadual e nacional. Estão voltadas para o desenvolvimento das relações e atividades correspondentes nos assentamentos e acampamentos, bem como às relações externas. Igualmente, o Sistema Cooperativista dos Assentados abrange diversas frentes de atividades relacionadas à produção agropecuária, tecnologia, formação, crédito, administração, planejamento, gestão, comercialização, desenvolvimento socioeconômico, negociações e formas de organização do trabalho.

Para Fernandes,

> as instâncias possuem diferentes escalas de representação: nacional, estadual, regional e local, fóruns de decisão política: congresso e encontros, e instâncias representativas: coordenação e direção. A interação entre as formas de organização das atividades e as instâncias representativas acontece por meio da organicidade. As instâncias são compostas por membros das direções, das coordenações, dos setores, do sistema cooperativista e dos coletivos. (FERNANDES, 2000, p. 247).

Percebemos que é essa relação orgânica entre as instâncias representativas do MST, em níveis nacional, estadual e regional, que assegura e garante ao movimento ações articuladas em prol da luta pela posse da terra, no Brasil.

Como confirma Ademar Bogo:

> é fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização

> de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação. (BOGO, 1999, p.131).

Na verdade, em que pese a relação orgânica adquirida pelo MST, o autor adverte sobre os cuidados que o movimento deve ter para evitar o espontaneísmo de seus integrantes, na medida em que ele se transforma em um movimento de massa.

Por outro lado, reafirma Fernandes,

> nessa trajetória de vinte anos de formação e territorialização o MST se ampliou e deixou de ser só um movimento social para tornar-se também uma organização social, possui vinte e três unidades da federação. As diferentes frentes de atuação formam uma organização – composta por acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais, que possuem veículos, máquinas e implementos, envolvendo trabalhadores de várias categorias - que abrangem as diversas dimensões da vida dos sem-terra. (FERNANDES, 1999, p.11).

Como exemplo dessas mudanças, temos o já citado Setor de Produção, que foi transformado em Sistema Cooperativista dos Assentados. Durante a primeira metade dos anos 1990, foi criado o Setor de Núcleos, responsável pela organização de base nos assentamentos/acampamentos. Esse setor foi extinto em 1995, sendo essa atribuição conferida a todos os setores coletivos, bem como às instâncias.

A estrutura organizativa do MST sugere que o Movimento sofreu alterações, ao longo da história. Essa transformação de movimento social para organização social deu ao MST uma estrutura mais orgânica.

Com as mudanças estruturais no quadro organizativo do MST, a partir da criação das brigadas, a nova estrutura organizativa do MST passa a ter mais uma escala administrativa que são as brigadas.

QUADRO 2 – Adaptação da nova estrutura organizativa do MST nacional

Instância de Representação	Formas de Organização das Atividades
Congresso Nacional	Secretaria Nacional
Encontro Nacional	Secretarias Estaduais
Coordenação Nacional	Setor de Frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação
Direção Nacional	Sistema Cooperativista dos Assentados Setor de Comunicação
Encontro Estadual Coordenação Estadual	Setor de Finanças Setor de Projetos
Direção Estadual	Setor de Direitos Humanos
Coordenação Regional	Setor de Relações Internacionais Setor de Saúde
Brigadas	Coordenação de Brigadas
Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos	Coletivo de Mulheres Coletivo de Cultura Articulação dos Pesquisadores Mística

Fonte: Feitosa, 2008.

1.3 – A organização social e política do MST

A questão da identidade do movimento dos trabalhadores sem-terra, no Brasil, pode ser definida por diversos olhares de seus pesquisadores, colaboradores e integrantes do próprio MST. De acordo com Stédile (1999), o MST é uma organização política e social de massa, que insere muitos sujeitos de diferentes segmentos da classe trabalhadora, o que o torna um movimento de massa. Nesse caso, o autor dá ênfase à organização e ao movimento de massa, que caracteriza a identidade do MST.

Além disso, Morissawa (2003) destaca que as instâncias representativas do MST são eventos que acontecem nos encontros estaduais e nacionais. O autor enfatiza a autonomia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra nos debates e nos fóruns estaduais e nacionais realizados pelo MST. Embora a visão desses autores seja diferente, não são excludentes. Recorrendo ainda a Morissawa (2001), quando ele se refere à estrutura organizativa, temos as seguintes instâncias de representações do movimento:

> • *Congresso Nacional* - realizado a cada cinco anos, define as linhas conjunturais e estratégicas do Movimento e promove a confraternização

> entre os sem-terra e entre estes e a sociedade.
> •*Encontro Nacional* - realizado a cada dois anos, avalia, formula e aprova linhas políticas e planos de trabalho dos setores de atividades.
> •*Coordenação Nacional* - composta por dois membros de cada estado, eleitos no Encontro Nacional – um do SCA de cada estado e dois dos setores de atividades –, reúne-se de acordo com um cronograma anual e é responsável pelo cumprimento das deliberações do Congresso e do Encontro Nacional, e de decisões tomadas pelos setores de atividades.
> •*Direção Nacional* - composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional, deve acompanhar e representar os estados; bem como trabalhar pela organicidade do Movimento por meio dos setores de atividades.
> •*Encontros Estaduais* – realizados anualmente para avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações, programam atividades e elegem os membros das Coordenações Estaduais e Nacional.
> •*Coordenações Estaduais* - compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais, são responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos setores de atividades e pelas ações programadas nos Encontros Estaduais.
> •*Direções Estaduais* - compostas por um número variável de membros indicados pelas coordenações estaduais, também são responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, bem como pela organicidade e desenvolvimento dos setores de atividades.
> •*Coordenações Regionais* - compostas por membros eleitos nos encontros dos assentados, contribuem para a organização das atividades referentes às instâncias e aos setores.
> •*Coordenações de Assentamentos e Acampamentos* compostas por membros eleitos pelos assentados: acampados do Movimento, são responsáveis pela organicidade e desenvolvimento das atividades de setores.
> •*Grupos de base* - compostos por famílias, jovens e grupos de trabalhos específicos (educação, formação, frente de massa, cooperação agrícola, comunicação e outros), que compõem a coordenação do assentamento. (MORISSAWA, 2003, p. 208).

Sendo assim, o autor apresenta os objetivos, bem como o programa de ação e reforma agrária do MST:

> **Objetivos gerais**
>
> 1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
> 2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
> 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
> 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
> 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
> 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.
>
> **Programa de reforma agrária**
>
> 1. Modificar a estrutura da propriedade da terra.
> 2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade.

> 3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores.
> 4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola.
> 5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude.
> 6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semiárido.
> 7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável.
> 8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (MORISSAWA, 2003, p. 153).

Apesar de identificarmos posições diferentes entre Stédile e Morissawa, percebemos que, na essência de suas interpretações quanto à estrutura do MST, ambos destacam a organização, a gestão democrática e participativa de seus integrantes, que identificam o MST como um movimento de massa, aberto às discussões e deliberações conjuntas, nos grandes eventos do movimento.

De acordo com Martins (2004), o MST deixou de ser um movimento social, transformando-se em uma organização política. Porém, para garantir a consistência e continuidade de sua luta, utiliza princípios organizativos do movimento, como: ter uma direção coletiva, um colegiado dirigente, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadro, luta pela terra e reforma agrária e vinculação com a base.

Para a *autodefinição,* de acordo com Stédile (1999), o MST nasce com caráter camponês *sui generis*. Essa pluralidade e flexibilidade de aceitar, como integrantes do MST, pessoas de profissões diversas e de diversas instâncias sociais, viabilizaram seu quadro organizativo, onde por costume, na *práxis*, os corporativismos de classes sociais se isolam das demais classes.

Para Stédile (1999), o MST tem três características fundamentais importantes. A primeira é que, em suas ações de luta de massa, em seus métodos de ocupações e espacializações, o MST, além de ser um movimento social, também é um movimento popular em que todo mundo pode entrar e participar, isto é, torna-se popular porque toda a família ingressa no movimento pode participar: a criança, o homem, a mulher e o idoso. O MST tem, como segunda característica marcante, o corporativismo sindical. É cooperativo quando, nos primeiros processos de luta para conquista da terra, na fase de ocupação e no acampamento, todos se unem e se corporativizam por uma gleba de terra, ou seja, por interesses comuns.

Em outro momento, na segunda fase do processo de luta pela terra, já depois de assentados (assentamentos), os integrantes do MST formam associações e passam a lutar por linhas de créditos e por créditos dos órgãos governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essas medidas são utilizadas pelo MST para reivindicar benefícios sociais e econômicos, em âmbito público nacional e internacional, por meio de organizações não governamentais (ONGs) e outras.

A terceira característica mais consistente do MST, e que o mantém vivo e em movimento, é a capacidade de integração de todos os interesses de luta de classes, quando o movimento consegue inserir em suas fileiras, por meio de sua política ideológica de luta pela terra, os interesses particulares e corporativos com os interesses de luta de classes sociais. O MST mantém, com suas doutrinas e ideologia política, um movimento social cujas bases estão sustentadas e articuladas com caráter político, popular e sindical corporativista.

Todas as formas de luta desenvolvidas pelo MST, com relação à ocupação de terras, sempre foram exercidas pelo segmento do movimento social denominado frente de massa. Esse movimento conseguiu agregar, para dentro dele, características fundamentais de um movimento social popular, no qual todos os membros da família dos sem-terra participam da luta e também da luta dos militantes urbanos de todas as categorias sociais, do professor ao padre. O movimento está aberto para todos os excluídos, ou seja, a todos que não estão incluídos no processo de produção capitalista, o que não é mérito exclusivo dos trabalhadores rurais sem-terra. Dessa forma, o MST demonstra que grande parte dos seus militantes vêm de diversos segmentos sociais que não possuem vínculo com a terra. “Como entender que tantas pessoas, incluindo aqueles que não têm vínculos diretos com a questão da terra, ou da reforma agrária, passem a se identificar com os sem terra [...]” (CALDART, 2004, p.18). Na verdade, o movimento social dos sem-terra produz uma cultura e uma identidade. Recorremos à definição de MELUCCI, para entendermos o processo de construção de identidade de um movimento social.

> Movimento Social é uma ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema. Por solidariedade entende-se a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva, entendida como a possibilidade de reconhecer e ser reconhecido como parte da mesma unidade social. Por conflito entende-se

> a relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão valor. Por sistema entende-se o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. (MELUCCI, 1994).

Diferente dos sindicatos ou de outras instituições cujos estatutos corporativos aceitam apenas a participação de pessoas oriundas da mesma organização, o MST é aberto a todos que desejam lutar por interesses comuns, ou por um pedaço de terra.

Na sua forma de ação pela ocupação da terra, o MST usa os segmentos do movimento denominado frente de massa, que é composto não só dos trabalhadores rurais sem-terra, mas que integram qualquer pessoa que esteja disposta a lutar por terra, independente de ter ou não vínculo com ela.

> Os trabalhadores rurais sem terra que participam do MST são identificados como sendo um sujeito coletivo produzido nas lutas do movimento sem terra e que na sua luta procura casar os valores do humanismo e do socialismo. Esses trabalhadores são desempregados que vivem numa situação de desespero e que, por isso, são arregimentados pelo movimento para ocupar terra. O MST entende que a ocupação de terras é o último recurso dos trabalhadores num sacrifício em busca da sobrevivência. Para o MST, a ocupação de terras é uma forma de luta exasperada, é o último recurso do sujeito que não tem mais para onde ir, está no inferno e, então, resolve dar um tapa no diabo. (Revista Caros Amigos, 1997, p. 29).

Se o MST fosse um movimento tipicamente camponês, não agregaria nas suas fileiras pessoas que não tivessem vínculo com o campesinato. O MST se abriu para diferentes profissões, para todos os segmentos sociais com uma participação maior da sociedade.

Nas fileiras do MST, os integrantes da frente de massa, ao participarem das ocupações e permanecerem acampados no coletivo, vivenciam um modo de vida cooperativo, e esse viver no coletivo acampado representa o início de sua inserção econômica no sistema capitalista, quando for posteriormente assentado. Praticamente, a fase de acampamento é realmente a fase de corporativismo na qual todos, organizadamente, suprem suas necessidades básicas entre si, e é nessa fase que o corporativismo se faz presente.

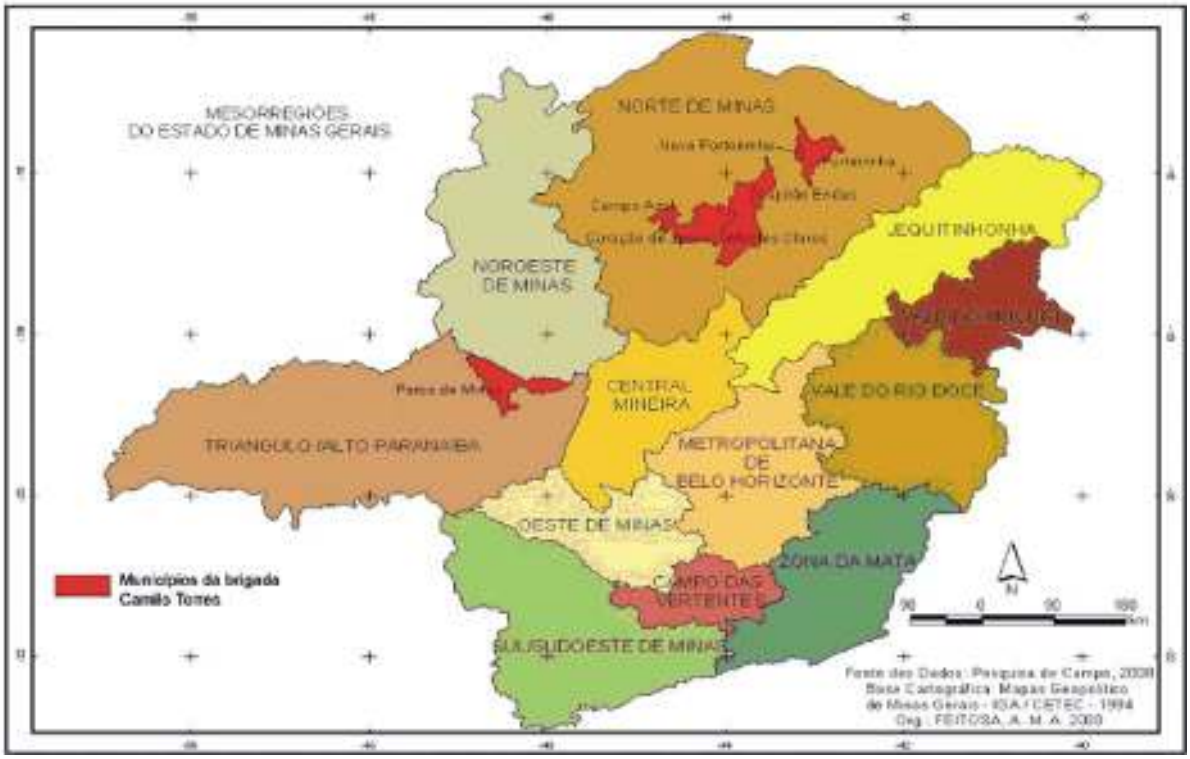
Quando a disputa dos acampados pela terra passa para a esfera jurídica e a demanda judicial se prolonga por muito tempo, mesmo na fase de acampamento, os militantes fazem um trabalho de cunho ideológico com os novos integrantes do movimento, esclarecendo que não é só por terra que o MST luta, mas, também, por direitos sociais em suas várias dimensões.

É esse trabalho doutrinário que culmina nos vários centros de formação do MST, em diversos lugares, acampamentos e assentamentos do Brasil. Assim, um movimento social dos sem-terra consegue proliferar e estender sua luta para além da conquista da terra. Quando os militantes do MST, assumem a categoria de assentados e juntos reivindicam melhores condições econômicas e sociais, por intermédio das várias linhas de créditos governamentais ou de instituições internacionais, passam a se corporativizar para fortalecer e embasar as suas reivindicações. Fica, assim, demonstrada a ação corporativista nas várias esferas do MST.

Apesar de se autodenominar um movimento social de trabalhadores rurais sem-terra, o MST assume, além da luta pela terra, a luta de classe dos egressos das diversas categorias de trabalho que se incorporam em suas fileiras. Esse é o início da movimentação política do MST, “todos unidos pela conquista de terra”, “pela Reforma Agrária”, mas com o interesse comum de inserir-se, novamente, no processo capitalista de produção. Conforme afirma Stédile (1999, p. 18), “Nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com a sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas”.

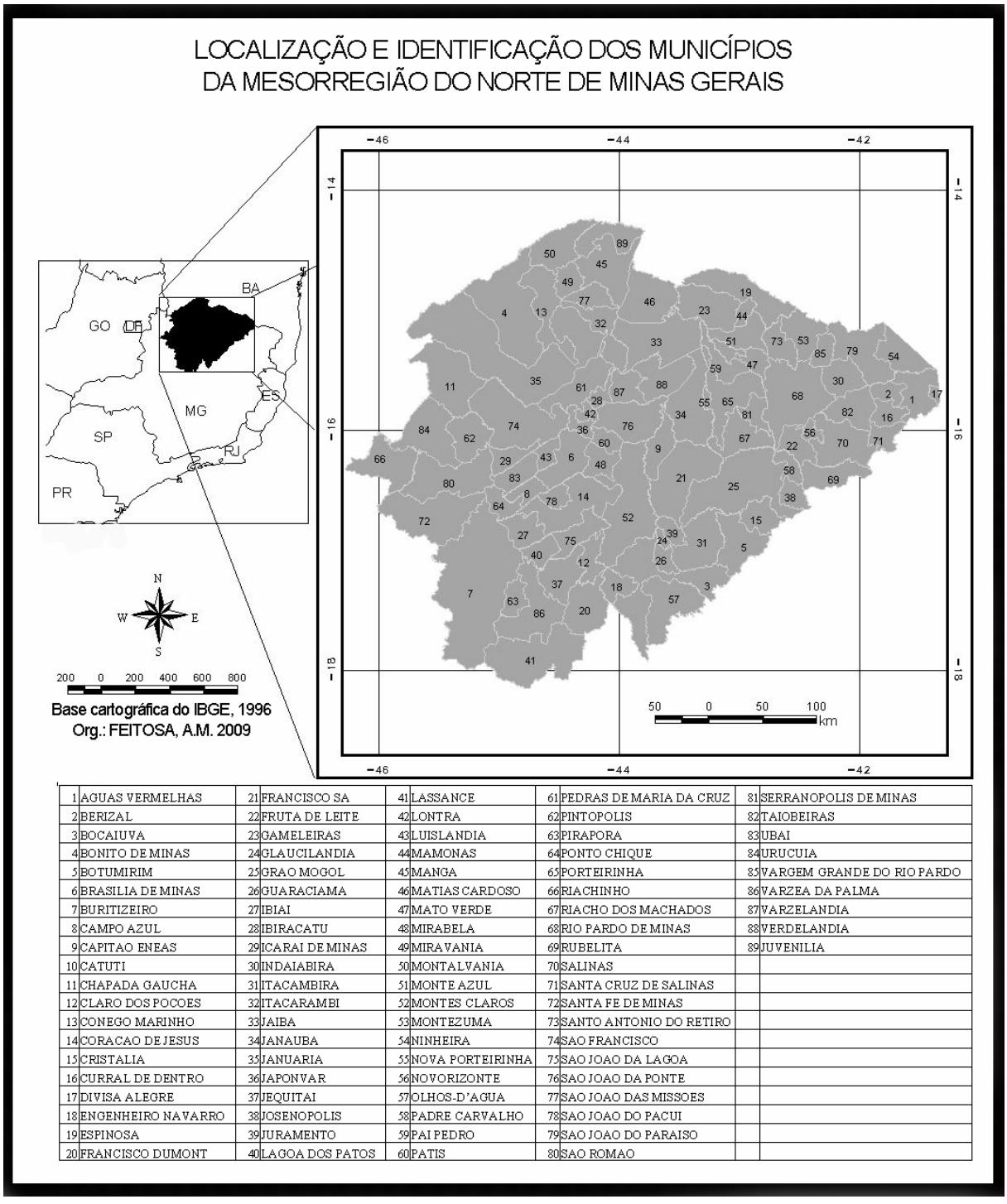
O MST caracteriza-se por ser um movimento aberto a todos os segmentos sociais excluídos, marginalizados dos direitos e conquistas sociais, neste país. O fato de abrigar, em suas fileiras, esses vários segmentos, exige um trabalho ideológico e doutrinário com seus integrantes, para que tomem consciência da exclusão social e lutem pelos seus direitos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é o maior movimento social popular organizado do Brasil e também o maior da América Latina (GOHN, 2000). Após cinco anos de pesquisa sobre a atuação MST, no Norte de Minas, constatamos que existe um universo de 1.353 famílias, atualmente (FEITOSA et al., 2006), acampadas em uma área de 47.890 ha, distribuídas em três Brigadas. Isso demonstra, claramente, que existe uma demanda reprimida de sem-terras e terras sem cumprir a sua função, no norte de Minas Gerais. Ilustramos a seguir, o mapa de Minas Gerais divido em mesorregiões, destacando a área de abrangência da Brigada Camilo Torres no Norte de Minas Gerais que se estende até o Alto Paranaíba:



MAPA 1: Mesorregião Geográfica do Norte de Minas Gerais
FONTE: IBGE , 1990.

A Região Norte de Minas Gerais é composta por 89 municípios e possui uma área de aproximadamente 128.489.58 km², e uma população de 1.489.213 habitantes (IBGE, 2008). Localiza-se entre os paralelos de 14º e 18º de latitude Sul e os meridianos 41º e 46º de longitude Oeste de Greenwich. Limita-se, ao norte, com o estado da Bahia; ao sul, com a região Central de Minas; a leste com a região Jequitinhonha/Mucuri; e a oeste com a região Noroeste de Minas, conforme mapa 2.



1	AGUAS VERMELHAS	21	FRANCISCO SA	41	LASSANCE	61	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	81	SERRANOPOLIS DE MINAS
2	BERIZAL	22	FRUTA DE LEITE	42	LONTRA	62	PINTOPOLIS	82	TAIOBEIRAS
3	BOCAIUVA	23	GAMELEIRAS	43	LUISLANDIA	63	PIRAPORA	83	UBAI
4	BONITO DE MINAS	24	GLAUCILANDIA	44	MAMONAS	64	PONTO CHIQUE	84	URUCUIA
5	BOTUMIRIM	25	GRAO MOGOL	45	MANGA	65	PORTEIRINHA	85	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO
6	BRASILIA DE MINAS	26	GUARACIAMA	46	MATIAS CARDOSO	66	RIACHINHO	86	VARZEA DA PALMA
7	BURITIZEIRO	27	IBIAI	47	MATO VERDE	67	RIACHO DOS MACHADOS	87	VARZELANDIA
8	CAMPO AZUL	28	IBIRACATU	48	MIRABELA	68	RIO PARDO DE MINAS	88	VERDELANDIA
9	CAPITAO ENEAS	29	ICARAI DE MINAS	49	MIRAVANIA	69	RUBELITA	89	JUVENILIA
10	CATUTI	30	INDAIABIRA	50	MONTALVANIA	70	SALINAS		
11	CHAPADA GAUCHA	31	ITACAMBIRA	51	MONTE AZUL	71	SANTA CRUZ DE SALINAS		
12	CLARO DOS POCOES	32	ITACARAMBI	52	MONTES CLAROS	72	SANTA FE DE MINAS		
13	CONEGO MARINHO	33	JAIBA	53	MONTEZUMA	73	SANTO ANTONIO DO RETIRO		
14	CORACAO DE JESUS	34	JANAUBA	54	NINHEIRA	74	SAO FRANCISCO		
15	CRISTALIA	35	JANUARIA	55	NOVA PORTEIRINHA	75	SAO JOAO DA LAGOA		
16	CURRAL DE DENTRO	36	JAPONVAR	56	NOVORIZONTE	76	SAO JOAO DA PONTE		
17	DIVISA ALEGRE	37	JEQUITAI	57	OLHOS-D'AGUA	77	SAO JOAO DAS MISSOES		
18	ENGENHEIRO NAVARRO	38	JOSENOPOLIS	58	PADRE CARVALHO	78	SAO JOAO DO PACUI		
19	ESPINOSA	39	JURAMENTO	59	PAI PEDRO	79	SAO JOAO DO PARAISO		
20	FRANCISCO DUMONT	40	LAGOA DOS PATOS	60	PATIS	80	SAO ROMAO		

MAPA 2: Localização e Identificação dos Municípios da Mesorregião do Norte de Minas Gerais

FONTE: IBGE, 1996.

Segundo Oliveira e Rodrigues,

> o Território que hoje é o Norte de Minas foi palco das primeiras incursões ao interior do país. A expedição de Espinosa-Navarro, em 1553, partindo de Porto Seguro (BA) percorreu toda a região, chegando até o Rio São Francisco de onde retornou [...]. Apesar dessa precoce presença do português, a ocupação efetiva da região só se deu na segunda metade do século XVII, quando aqui se encontraram as correntes de povoamento vindas pelo Norte, fruto da expansão dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco e, pelo sul, das bandeiras paulistas. No século XVII, registraram-se as primeiras doações de grandes sesmarias; a margem esquerda (oeste) São Francisco fica com Gárcia Ávila (casa da Torre) e a direita (leste) com Antonio Guedes de Brito (casa da Ponte). Mas foram os bandeirantes paulistas que fundaram as primeiras povoações, as atuais Matias Cardoso, Januária, São Romão e Guaicuí, todas às margens do Rio São Francisco, eixo econômico da região. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2000, p.20).

Conforme afirmação dos autores citados, é a partir desse contexto histórico que podemos identificar o início das grandes concentrações de terras nas mãos das elites agrárias, cujos representantes eram os “Coronéis”, grandes fazendeiros que, atualmente, são representados pelos empresários do agronegócio.

A má distribuição de terras é que originou, principalmente, as desigualdades sociais no sertão norte - mineiro, bem como os conflitos de luta pela terra.

Até a metade do século XX, as disputas e a luta pela terra no norte de Minas Gerais foram travadas, por um lado, pelos coronéis, fazendeiros e grileiros de terras e, por outro lado, pelos posseiros e donos de pequenas propriedades rurais, denominadas “glebas” e “sítios”.

Essas demandas pela posse da terra eram, geralmente, resistências isoladas de posseiros que, para não serem expulsos de suas terras, resistiam bravamente, mesmo pagando com a própria vida. Moura (1998, p.16) define a expressão posseiros como “habitantes de terras devolutas que se vêem invadidos pela fazenda.” É uma expressão nacional, também utilizada em nível regional no norte mineiro, para denominar aqueles que estão em litígio pela terra e não são pertencentes à elite agrária. Afirma Moura (1988, p. 16) que “a posse era, pois, a forma histórica de ocupação da terra”. Torna-se necessário realizar uma distinção das categorias de trabalhadores do campo, principalmente relacionando-a ao histórico de lutas pela posse da terra, na Região Norte Mineira. Apresentamos as seguintes categorias, que também partem do universo de trabalhadores na região pesquisada. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2003):

- posseiros: formada por pequenos proprietários rurais e sitiantes;

- meeiro: trabalhadores rurais que plantam utilizando a terra do patrão, ficando acordada a divisão da produção entre ambos.
- agregados das grandes fazendas: “assalariados”.
- peoneiros: trabalhadores rurais que prestam serviço a fazendeiros em troca de pagamento de dívidas – hospedagem, alimentação etc.

Essas categorias não pertenciam a nenhum sindicato rural. A resistência à desapropriação de suas terras eram fragmentadas e muitas vezes havia resistências isoladas de posseiros. Esses trabalhadores rurais tiveram, em comum, a luta pela posse da terra para o seu sustento e de sua família.

A luta dos trabalhadores sem-terra no Brasil repercute em âmbito nacional, pois a questão da concentração fundiária de terras torna-se um problema a ser enfrentado pelo povo brasileiro.É neste sentido que, em Minas Gerais, a ideologia do MST encontra respaldo no contingente de pessoas expulsas de suas terras,gerando conflitos e tensões.

2 – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA EM MINAS GERAIS: Caminhos e descaminhos

> Memória de um tempo onde lutar por seu direito é um defeito que mata. [...] São vidas que alimentam o nosso fogo da esperança. O grito da batalha quem espera nunca alcança. (Gonzaguinha)

2.1 – Histórico de luta pela terra no norte de Minas

A partir do ano de 1980, em quase todas as regiões do estado de Minas Gerais, ocorreram vários focos isolados de resistência e de luta pela terra de várias categorias de trabalhadores do campo mineiro, tais como posseiros, agregados, meeiros, assalariados rendeiros, parceiros e pequenos proprietários rurais, conforme afirma Santos:

> Em Minas Gerais, só em 1985, foram registrados 53 conflitos de terras, envolvendo aproximadamente 17 mil famílias. No início da luta pela posse da terra no sertão mineiro, os posseiros procuraram a ajuda dos Sindicatos dos trabalhadores Rurais que, despreparados para essas demandas, pouco puderam fazer em favor da luta. (SANTOS, 1985, p.1).

Diferente da atuação das outras entidades sindicais, como a Federação dos Trabalhos da Agricultura de Minas Gerais, Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores que, nesse mesmo período, apoiavam a luta pela terra, porém de forma tímida, limitando-se a divulgar os conflitos, numa tentativa de mediação entre os sem-terra e o Estado, na discussão do processo de luta pela terra pelos meios “legais”, o MST realizava ocupações como principal forma de luta, organizando estratégias de luta e dando apoio às ocupações e acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra do Triângulo Mineiro.

Os latifundiários e fazendeiros expulsavam os posseiros com ações violentas, com milícias formadas por jagunços e grileiros e, nesses conflitos, muitos perderam a vida. A expropriação consumava-se com ação repressiva da Polícia Militar, que agia com rigor a favor dos fazendeiros e dos grandes proprietários de terras.

Em busca de apoio e incentivados pelas conquistas de terras do MST em outros estados do Brasil, essas várias categorias de trabalhadores rurais sem-terra uniram-se para fundar o MST em Minas Gerais. Segundo Fernandes (2000), o MST em Minas Gerais nasceu nas regiões do vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha.

Para Fernandes (2000), o MST em Minas Gerais iniciou suas ações na região do Vale do Mucuri, próximo à cidade de Teófilo Otoni. A CPT fazia o trabalho com as famílias dos sem-terra e enviou dois representantes dos trabalhadores para participar do 1º Congresso do MST, em 1984, a fim de adquirir experiência de organização e novas estratégias de lutas pela terra, utilizadas pelo MST em outras regiões do país. Em 1985, no Encontro Estadual do MST, realizado na cidade de Belo Horizonte, ficou decidido que as ações de ocupação de terra pelo movimento, em Minas Gerais, ocorreriam no Vale do Mucuri e Jequitinhonha.

Com os incentivos dos dirigentes do MST de Santa Catarina e da Bahia e com o apoio das CEBS e da CPT, em 1987, o MST realizou um encontro regional na cidade de Teófilo Otoni. No ano seguinte, em 1988, cerca de 400 famílias do MST ocuparam a Fazenda Aruenga, no Município de Novo Cruzeiro. Após efetivarem várias ocupações na região do Vale do Mucuri e na região do Vale Jequitinhonha, o MST expandiu-se para o Noroeste e para região do Triângulo Mineiro, em 1989, e para o Norte de Minas, em 2002.

Os dados da tabela 1 ilustram a expansão de ocupações de terras pelas várias microrregiões de Minas Gerais, entre 1990-2006.

TABELA 1 MINAS GERAIS - MICRORREGIÕES COM MAIOR NÚMERO DE OCUPAÇÕES ENTRE 1990 - 2006

MICRORREGIÕES	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS
1º Unaí	78	8199
2º Uberlândia	65	10428
3º Montes Claros	51	3497
4º Januária	40	3500
5º Ituiutaba	38	3432
6º Araxá	37	1623
7º Paracatu	31	2361
8º Almenara	23	2618
8º Governador Valadares	23	3433
10º Frutal	19	1393
10º Pirapora	19	2064
12º Janaúba	18	703
12º Belo Horizonte	18	2330
14º Patrocínio	13	772
15º Salinas	8	1583

MICRORREGIÕES	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS
15º Varginha	8	680
17º Uberaba	6	673
18º Ipatinga	5	1120
19º Nanuque	4	483
19º Patos de Minas	4	141

Fonte: DATATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007. LAGEA, 2007, NERA, 2007.

A tabela 1 demonstra o aumento de ocupações dos sem-terra de diversos municípios que compõem as microrregiões de Minas Gerais. Ressaltamos que apenas os municípios de Unaí e Uberlândia lideram, em termos de ocupações e número de famílias, em relação ao município de Montes Claros, localizado no Norte de Minas. É importante frisar que as brigadas são organizadas pelo número de famílias e que a Brigada Camilo Torres está localizada em Montes Claros. Entretanto, se considerarmos os municípios de Januária, Janaúba, Pirapora, Patos de Minas, o número de famílias aumenta, uma vez que esses municípios estão localizados nas outras duas brigadas que se situam no Norte de Minas, as Brigadas Dandara e Milton Santos.

Entretanto, Morissawa (2001, p.195) esclarece que, “após os trabalhos de base nas comunidades, foi feita a primeira ocupação do MST em 12 de fevereiro em 1988 na Fazenda Aruenga, em Novo Cruzeiro, com cerca de 400 famílias”. Com essa ocupação, a elite agrária do Vale do Mucuri, juntamente com as lideranças políticas, criou a União Democrática Ruralista Regional, para combater as futuras ocupações na região.

Na Fazenda Aruenga, considerada improdutiva pelos laudos periciais dos técnicos do INCRA, apenas 25 famílias foram assentadas e as outras foram conduzidas pela Rural Minas para uma área isolada em Pedra Azul, considerada improdutiva para a agricultura, contrariamente às informações fornecidas pelos técnicos da empresa.

Percebendo as tramas de que foram vítimas, os sem-terra tentaram regressar para suas áreas de origem, mas foram impedidos pela ação da Polícia Militar. Acuados e sem recursos, os sem-terras do Vale do Mucuri tiveram que acampar nas margens da BR 116, na localidade de “Padre Paraíso”. No final de 1989, o MST continuou suas ocupações em Itaipé e Teófilo Otoni.

> As ações do MST até o final de 1989 estenderam-se na região de Itaipé e Teófilo Otoni. Foi nessa época que o movimento iniciou seus trabalhos no Triângulo Mineiro, onde 250 famílias tentaram ocupar sem sucesso, em vista da repreensão policial e dos pistoleiros da UDR, as fazendas Colorado e

> Varginhas em Ituruma. Quatro anos depois foram assentados no projeto Santo Inácio do Riachinho em Campo Florido. (MORISSAWA, 2001, p. 195).

O Governo Federal, em seu plano nacional de desenvolvimento, no qual está também incluída a exploração do cerrado em Minas Gerais, criou várias linhas de créditos, por intermédio de programas, dos quais destacamos os principais: Programa de Desenvolvimento do Cerrado, Programa de Crédito Integrado e Incorporação do Cerrado e Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados. As conseqüências das implantações desses programas, no cerrado de Minas Gerais, principalmente no Triângulo Mineiro, foram mudanças significativas nas relações de trabalho, nas áreas mineiras de cerrado. Na Mesorregião do Triângulo Mineiro, a luta pela terra não foi diferente. Os sem-terra encontraram resistência de várias formas, por parte da elite agrária. As pressões que sofreram os trabalhadores rurais, envolvidos na luta naquela região, fizeram dela uma das mais violentas do país em se tratando de conflitos fundiários.

> Fazendeiros, jagunços, polícia militar, poder judiciário, imprensa - várias são as faces da ofensiva contra as lutas dos sem-terra consubstanciadas em concessão de liminares de reintegração de posse comumente emitidas em menos de 24 horas, situações em que ordem judicial parece não ser pré-requisito para determinadas ações policiais. Enfim, a repressão direta assume a forma de despejos violentos e abusivos, constantemente relatados. [...]. A criminalização das lideranças e dos movimentos assume importante papel na intimidação empreendida pelas elites locais e por representantes do poder judiciário. A característica mais marcante talvez seja a formação de milícias armadas, fato tão notório na região estudada que, por diversas vezes, já foi denunciado em reportagens de jornais impressos vinculados historicamente às elites dominantes locais. (GOMES; CLEPS JR., 2006, p. 162).

De acordo com Gomes e Cleps JR. (2006, p.157), “o MST iniciou sua atuação no Triângulo Mineiro no final de 1989 [...]. Mas é somente em 1997 que é criada a Regional do MST do Triângulo Mineiro.” Do período de 1989 até a sua consolidaçãom em 1997, o MST atuou na Região do Triângulo Mineiro, por meio de seus militantes, apoiando vários outros movimentos sociais rurais de luta pela terra.

Na região do Triângulo Mineiro, que está geograficamente próxima aos grandes centros urbanos de mercado da região Sudeste e com a sua topografia plana, o cerrado da região facilitou a implantação da modernização agrícola com a produção voltada para a exportação, que requer grandes concentrações de terras para a sua implementação:

> Esse processo fez-se acompanhado, ainda, da desterritorialização do camponês, ou seja, da exclusão, expropriação, de uma parcela da produção rural [...] bem como o aprofundamento das formas de exploração do trabalho. Aliás, a preconização do trabalho (representada), por exemplo, pelo aumento do desemprego, subemprego [...] (GOMES, CLEPS JR., 2006, p. 135).

É nessa perspectiva que nos propomos discutir a questão da desigualdade e marginalidade social que deu origem à luta pela posse de terra improdutiva por um grupo de desempregados, homens e mulheres, no Norte de Minas.

A entrevista com o agente da CPT, a seguir, confirma que a luta pela terra no Norte de Minas já estava posta por trabalhadores expulsos do processo produtivo do capitalismo. A necessidade de sobrevivência contribuiu para que um grupo de famílias se organizasse em torno de um objetivo comum, que era a luta pela terra. Este grupo, denominado "turma da beira da estrada"[12] protagonizou as ações e resistências de ocupação de terras.

> *[...] Relembrando um pouco, como eu falei que a CPT tinha a presença de várias outras lutas, quer dizer, nós a partir de uma luta já pela terra, hoje é um assentamento em andamento [...] nós começamos com um grupo que tinha algumas pessoas aqui de Montes Claros, outras de Olhos D'Água, outras de Coração de Jesus. Houve uma ocupação, que foi uma luta pela terra, no município de Olhos D'Água, próximo [...] depois de Bocaiúva. Ali, nas beiras do Jequitinhonha. Ali, iniciou um processo de uma luta que hoje é uma terra ganha, conquistada. Um assentamento em andamento. Dali algumas lideranças, que pela distância, não ficando satisfeitos, nós saímos com um outro movimento de ocupação. Depois dessa turma, que foi a ocupação da fazenda em Grã Mogol, Americana, que era da Vale do Rio Doce; era uma fazenda de 22 mil hectares, e... como algumas pessoas que estavam insatisfeitas na Rocinha, queriam uma outra localidade. Dali, também, essa já é uma ocupação, mas ainda não satisfeitos, ainda ficaram algumas lideranças, que eram daqui, que queriam uma terra mais próxima da sua região, dos seus familiares, essas coisas todas... Daí, através até de Aroldo – tinha o Aroldo, tinha o conhecido Gorila (o seu Alcides, todo mundo conhece ele como Gorila) são pessoas históricas na luta pela terra e na construção dessa luta existente aqui no Norte de Minas. Daí começou a sai esse movimento pela questão da Sanharó.*
> *Eles vinham com dados para a CPT, dizendo que existia uma fazenda, lá toda abandonada. Tinha dívidas imensas com o BANESUL. Tava penhorada, que era de propriedade da [...] não me lembro o nome da empresa agora, me falhou a memória. E essa turma começou o movimento. Eu me lembro direitim que a primeira (quando eles falaram de fazer a ocupação), a primeira coisa que eles fizeram foram acampar na beira da estrada, mas ali pertinho da Fazenda Canoas. Nós divia ta há uns dez quilômetros... dá uns dez, ou doze quilômetros de distância da Fazenda Sanharó. E aí, eu fui fazer uma visita. Uma reunião com eles lá e eles me disseram que tavam querendo a Fazenda Sanharó e tavam acampado ali.*

[12] Turma da beira da estrada: Termo regional e usual utilizado como referência aos grupos que acampavam nas margens das rodovias e estradas do Norte de Minas na esperança de ocupar um pedaço de terra. Esse termo foi utilizado pelos atuais militantes do MST na entrevista dessa pesquisa.

> *Eu fui e perguntei: aonde era? Eles me falaram. Eu falei: Ué, mais aí aonde cês tão acampado o fazendeiro vai trazer até leite pros minino de vocês. Porque cês num vão precisar de maneira alguma aí nessa beirada, né. E foi daí que eles foram organizando, e fizeram um acampamento pacífico, entre a cerca da fazenda e a BR. Quer dizer: o asfalto que passa ali da estrada da produção. Quer dizer, totalmente do lado de fora da fazenda, numa ocupação pacífica às margens da estrada, reivindicando essa fazenda.*
> *E essa discussão continuou, participando a CPT, que foi chamada, a FETAEMG, aqui nessas discussões. Daí, com idéias diferenciadas. A FETAEMG dando algum tipo de encaminhamento. A CPT discutindo outro. Mas a gente tentando se entender e conversar com os trabalhadores. Mas havia esse movimento passivo. Vários barracos foram construídos na beira da estrada. E aí, me parece que nesse período começa uma negociação com os proprietários, ex-proprietários da fazenda e com a família do fazendeiro para aquela fazenda, que tava toda improdutiva, não tinha gado, num tinha nada. Começou uma negociação entre eles, que começou haver certa movimentação depois disso.*
> *[...] Vale ressaltar que [...] há uns 20 anos atrás o MST, integrantes do MST já tinha dado uma passada aqui, na fase em que o MST se instalou em Minas Gerais. Nós da CPT, fizemos uma volta com eles na região do Norte, mostrando um pouco a realidade e achávamos que eles viriam pra cá naquela época.*
> *E naquela época eles não vieram, por motivo estratégico, ou de qualquer coisa deles lá, ou condições humanas, ou qualquer outra coisa. Eles iniciaram uma instalação aqui, ali através do Vale do Rio Doce, do Jequitinhonha, e, nós aqui, nós tinha esse movimento. E, justamente em 2003, no início desse ano, após esses acontecidos, esse namoro que já vinha tendo, da CPT com o MST do DF – entorno, fez com que eles viesse pra cá e começou a fazer umas reuniões, conversar com a gente e, diante disso, nós ajudamos a articular um apoio dos sindicatos, aí; dos sindicatos dos trabalhadores rurais, duns sindicatos mais de luta, mais de frente, aí, de alguns sindicatos urbanos daqui de Montes Claros, pra gente juntar uma força, um grupo de sustentação a essa turma que viria. Isso na prática começou-se dentro dessa casa de pastoral, aqui ao lado da Catedral, é... praticamente a se concretizar, mais de fato, a partir de fevereiro, que a gente começou a ter as primeiras reuniões aqui. Primeiro entre CPT e um [...] grupo de dirigentes do DF - entorno. Posteriormente, nós já fizemos uma reunião com esse grupo de apoio, de sindicalistas urbanos e rurais, CPT e essa turma do "entorno". E, aí eles vieram e se instalaram aqui em Montes Claros. Começaram a fazer alguns trabalhos de base. E, principalmente com esse grupo, de umas 60 famílias, que tinha umas trinta, ali, querendo a Fazenda Sanharó, e tinha outras trinta querendo a Norte América. Com esse grupo de 60 pessoas, eles começaram os trabalhos de base, aqui em Montes Claros, juntamente conhecendo essas pessoas, fazendo o contato com parentes ou conhecida deles na cidade. É o que culminou com a primeira ocupação do movimento dos sem terra aqui no Norte de Minas. Que foi aqui em Montes Claros, na Fazenda Sanharó, que foi no mês de abril. Se não me engano, no dia 24 de abril de 2003. Aí, se instala o Movimento, a partir dessa turma que veio do Noroeste. [...] (Paulo Fashion, 29 de maio de 2008)*

Em linhas gerais, o agente da CPT traçava um movimento de idas e vindas dos trabalhadores sem-terra pelas diversas regiões do norte de Minas. Essa migração, cujo objetivo era adquirir um pedaço de terra, nem sempre era realizada sem sofrimentos, pois significava o abandono da família e filhos. Entretanto, os objetivos comuns e a união entre a CPT, o MST do Distrito Federal e os trabalhadores sem-

terra, concorreram para o sucesso da resistência, nos acampamentos na beira da estrada, da Fazenda Sanharó. Originou-se, então, a luta organizada do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra – MST no norte de Minas.

2.2 – O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Norte de Minas: "a turma da beira da estrada"

Essa turma, formada por desempregados rurais e urbanos da região do norte de Minas que moravam nas periferias de Montes Claros, também considerada "turma do Aroldão", depositava nesse líder todas as esperanças de conquistar um pedaço de chão. Desta forma, muitos deles já estavam cadastrados no INCRA, à espera de uma sinalização do Governo sobre a desapropriação da Fazenda Sanharó, pelo fato de ser caracterizada como terra improdutiva. Aliás, o depoimento dos entrevistados aponta as primeiras ações, em direção à luta pela terra, da turma da beira da estrada:

> *Ouvi falar em movimento, de inscrição que tinha que fazer no correio para quem quisesse terra. Eu fui e fiz a inscrição. Então depois eu recebi uma resposta de uma carta, eu despachei uma carta e recebi outra que o meu pedido tinha sido aprovado. Então, é o caso para que eu entrei numa associação que teve lá em Montes Claros, e dessa associação eu passei para cá*. (S4)

Acrescenta outro entrevistado que:

> *Nós recebemos uma carta do INCRA. Eu sempre tive vontade de trabalhar na roça. E a partir daí me incentivei e comecei a associação que vinha para essas áreas. Só que a associação só estava recebendo o dinheiro nosso e não estava fazendo nada*. (S6)

Conforme análise dos depoimentos, notamos que, em princípio, a inscrição no INCRA foi uma das condições para que a "turma da beira da estrada" permanecesse firme no propósito de adquirir um pedaço de terra. Porém, ainda não havia a presença do MST. Ao contrário, essas pessoas estavam submetidas à liderança de Aroldão, que fundou uma associação com interesses escusos, tentou extorquir a "turma da beira da estrada". Apesar da falta de uma organização, estrutura e princípios políticos e ideológicos, alguns homens, integrantes da "turma da beira da estrada", conseguiram identificar os interesses do referido líder da associação.

> *Aí, o Aroldo criou a associação [...] cobrando do povo, a CPT afastou porque falou que não faz parte da associação cobrar do povo para o movimento dos sem-terra ficar na beira da estrada*. (S7)

Essa divisão/ruptura entre os objetivos da CPT e o dirigente da associação permitiu ao grupo refletir sobre a situação a qual os primeiros 13 componentes da "turma da beira da estrada" foram expostos. A entrevista desse assentado revela a forma de funcionamento e de sustentação da "turma da beira da estrada".

Na verdade, cada integrante contribuía com R$ 7,00 para a compra da feira, pois a alimentação era coletiva e preparada por um cozinheiro. Entretanto, conforme relato do assentado, muita gente começou a chegar sem ser convidada, interessada em juntar-se à "turma da beira da estrada". Alguns concordavam em pagar a taxa de alimentação e outros desistiam. Mesmo assim, o contingente de pessoas começou a ficar bastante expressivo. Foi neste momento que um dos componentes da turma teve a idéia de criar uma associação própria para o grupo e desvincular-se da associação do Aroldão. "*[...] tinha um rapaz que teve a idéia de criar uma associação [...] com a associação nóis tem mais força de correr atrás de trazer coisas pra gente.* (S7)."

Neste sentido, a estrutura e o funcionamento da alimentação da "turma da beira da estrada" foram alterados. O valor da taxa de R$ 7,00 foi reduzido para R$3,00 reais e cada um dos integrantes desse grupo passou a cozinhar na sua própria barraca, permanecendo assim por três anos. É importante ressaltar que esse grupo (dos 13) começou a construir alternativas e regras próprias para o grupo maior, convalidadas por todos, apesar da chegada de pessoas de todos os lados, interessadas em adquirir um pedaço de terra. Neste momento, sozinhos e entregues à própria sorte, resolveram procurar ajuda.

Num rápido traçado, ilustramos as tensões e os conflitos vivenciados pela "turma da beira da estrada", bem como o apoio decisivo da CPT e o momento histórico da adesão do MST na luta dos excluídos e marginalizados da terra.

> *Então caiu o momento em que esse mesmo que fazia parte da associação [...]. Eu não sei se ele foi ameaçado ou se ele agiu tipo assim; largou nóis aqui, e foi para a beira da estrada da Fazenda Norte-América. No ir para lá a gente correu atrás da CPT, a pastoral da terra. Então, a gente foi lá e eu pedi ele, pra da uma força pra gente, porque a gente tava sozinho passando, aqueles tipo de coisas, pressão do fazendeiro. Ele não era dono da fazenda e tava fazendo pressão na gente. Aí, o Paulo da CPT veio aqui com muito trabalho, porque ele não queria vir não. Aí, o Paulo veio e fez uma reunião com trinta pessoas. Aí, o pessoal gostou. O Paulo falou que o*

> *pessoal tinha que entrá na fazenda. Que a gente tinha que arrumar um jeito de entrar na fazenda. Se a gente não ganhava a terra. Viver na beira da estrada não ganhava terra. Ai foi o momento que o fazendeiro soube disso e mandou dá um tiro no sô Agnelli, aí ele deu um tiro em seu Agnelli*. (S5)

De acordo com o assentado:

> *Como a CPT já estava em trabalho com a gente, ele veio e foi aceito pelo povo, eles aceitaram que eles viessem e fizesse esse trabalho com eles. Ai a CPT veio fazendo os processos, pegou os processos do sô Agnelli. Aí, depois, mais recente o fazendeiro queimou as barracas da gente. Aí, a CPT, o Paulo, o Sr. Alvimar veio fazendo uns trabalhos, e com os trabalhos desse processo, foi que eles entrou com o MST que é um órgão mais esforçado e que tinha mais possibilidades de ajudarem a gente. Foi ele* (refere-se ao MST) *que começou e que trouxe a gente que ta aqui na fazenda hoje. E não é só este acampamento, como os outros acampamentos que ocuparam outras fazenda através do MST. (S5)*

O fato que nos interessa é que, na "turma da beira da estrada", já encontramos as marcas da exclusão social, mas também, ainda que fragmentada, a iniciativa de homens simples tentando *lutar contra a maré*. Entretanto, o apoio e trabalho da CPT foram decisivos para sustentar a resistência desse grupo. Na verdade, a CPT preparou o terreno para a entrada do MST na luta e organização da "turma da beira da estrada" culminando com a ocupação da Fazenda Sanharó.

Com base na entrevista do assentado, procuramos detalhar os dois momentos específicos de conflitos e tensões entre os integrantes dos trabalhadores e o fazendeiro, bem como o apoio decisivo da CPT a favor da "turma da beira da estrada".

Dois fatos ocorridos com ela mudaram os rumos dos acontecimentos e aproximaram-na do MST. No que diz respeito ao primeiro, trata-se da tentativa de homicídio de um dos seus integrantes, pelo jagunço do fazendeiro da Fazenda Sanharó. Houve discussão entre fazendeiro, jagunço e a "turma da beira da estrada", com afrontas verbais e princípios de ameaças físicas. O fazendeiro não aceitava que os integrantes do grupo fizessem as suas necessidades fisiológicas nos arredores da fazenda. A denúncia pública, feita pelo representante da PCI, traz o desfecho desta situação:

> Seguiram-se assim mais ofensas por parte de Cleiton, iniciando uma discussão, que terminou com este empunhando uma espingarda cartucheira e atirando contra o Sr. Ângelo, situado a frente de seu barraco na área da rodovia, atingindo-o na cabeça, pescoço, no peito e nas mãos [...] o Sr. Ângelo foi prontamente socorrido por Sr. Miguel Ribeiro, um dos acampados

> lá presentes durante o episódio, que o levou ao Hospital Aroldo Tourinho onde foi atendido. (ANEXO C).

Em que pesem as denúncias realizadas pelos representantes da CPI, junto ao Ministério Público, ocorreu outro ato de violência do fazendeiro, que mandou atear fogo nas barracas da "turma da beira da estrada", tentando intimidá-los. Porém, a CPI, por meio do agente da CPT do Norte de Minas, juntamente com o representante da CPI de Minas Gerais, acionou a Promotoria Pública, novamente. A denúncia retomou o incidente anteriormente ocorrido, com tentativa do homicídio e acrescenta:

> Depois disso, as atrocidades não pararam. Entre os dias 10 e 11 de janeiro de 2003 – portanto, depois de feita a denúncia -, o fazendeiro aproveitou a ausência de sem-terra no acampamento e ateou fogo em 54 barracos de lona existentes à margem da Estrada da Produção, fora da Fazenda Sanharó, havendo perda total das barracas, camas, colchões etc., conforme boletim de ocorrência nº 1713/2003 fl. 02/02 e notícias publicadas no Jornal de Notícias em 15/03/2003 (ANEXO C).

Conforme denúncia, apresentamos fotos 1 e 2, que ilustram as condições dos barracos antes e após o incêndio.



FOTO 1 – Barracas de lona nas margens da Estrada da Produção, no município de Montes Claros, em 2003.
Fonte: Paulo Fashion - CPT Norte de Minas, 2003



FOTO 2 – Situação das barracas de lona na Estrada da Produção, no município de Montes Claros, após o incêndio ocorrido em 2003
Fonte: Paulo Fashion – CPT Norte de Minas, 2003.

Na verdade, são esses fatos que concorreram para que a “turma da beira da estrada” tomasse consciência das atrocidades sofridas e, fortalecidos com a ajuda e interveniência da CPT, assumissem o MST como bandeira de luta e fortalecidos e ocupassem a Fazenda Sanharó, com 350 famílias, em abril de 2003.

A foto 3 ilustra a entrada da sede da fazenda Sanharó, antes da ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra:



FOTO 3 – Entrada da sede da fazenda Sanharó, antes da ocupação pelo MST em 2003.
Fonte: Paulo Fashion – CPT Norte de Minas, 2003.

Com relação ao momento da ocupação da Fazenda Sanharó pelas famílias da "turma da beira da estrada", dois entrevistados manifestam:

> *Foi muito difícil. Nós enfrentamos muita polícia aqui [...]. Teve muitas liminares. Parece que umas cinco liminares, mas graças a Deus, conseguimos antes do prazo de ser despejado nós conseguimos também a emissão da posse por duas vezes, mas foi cassado. Esta última emissão foi suspensa e isto está até hoje. Mas nós enfrentamos muita dificuldade.* (S1)

> *Teve muita polícia A gente teve várias liminares para poder retirar a gente, mas mantemos a cabeça erguida e graças a Deus nós tamos produzindo*. (S2)

A foto 4 mostra o grupo de famílias ocupantes da Fazenda Sanharó, com a presença da Polícia Militar na entrada da sede da fazenda.



FOTO 4 – Grupo de famílias ocupando a Fazenda Sanharó e a Polícia Militar na entrada da sede da propriedade em 2003.
Fonte: Paulo Fashion – CPT Norte de Minas, 2003.

Apesar de essa ocupação ter sido realizada pelas famílias com o apoio da CPT e MST, o clima de tensão e ameaças continuou a ocorrer, por parte do fazendeiro, que queria retirar os trabalhadores da fazenda por meio da violência. Entretanto, a ocupação ganhou um âmbito maior, mobilizando deputados do PT, representantes, da Comissão de Direitos Humanos, Pastoral da Terra, audiências públicas. Na carta do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o deputado do PT traz a advertência quanto às possíveis medidas adotadas pelo fazendeiro, inclusive com suspeita de apoio da Polícia Militar.

> Registre-se que este Presidente, juntamente com o Deputado Roberto Ramos e membros do ministério público estadual, pessoalmente constatou a presença de indivíduo portando arma de alto potencial ofensivo na Fazenda Canoas, vizinha à Fazenda Sanharó, cuja suposta posse seria atribuída à família do fazendeiro, o que veio a confirmar as alegações dos trabalhadores rurais no sentido de que estão sendo freqüentemente constrangidos por jagunços. (ANDRADE, 2003, p.2).

Neste caso, o autor da carta repudia também decisão do juiz da Vara Agrária do Estado de conceder reintegração de posse da Fazenda Sanharó, mesmo sendo considerada como improdutiva. Alerta, também, sobre os meios fraudulentos e

irregulares, reconhecidos judicialmente. De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos, esta medida do juiz acirrou ainda mais a tensão no campo.

Doravante, a situação dos acampados na fazenda foi apoiada pela Pastoral da Terra, cuja preocupação era com a saída das crianças dos acampamentos, face às ameaças de agressões físicas. Mas sair do acampamento poderia causar uma grande interrupção nos estudos das crianças e adolescentes (CPT, 2003).

Contestando a situação judicial de despejo e ameaças sofridas pelos trabalhadores sem-terra do MST envolvidos, e ainda nesse ambiente de insegurança e tensão dos latifundiários e/ou dos trabalhadores, o MST promoveu a primeira marcha dos acampados a Montes Claros, com manifestações de protestos, conforme foto 5.



FOTO 5 – Marcha dos trabalhadores sem-terra a Montes Claros em 2003
Fonte: Paulo Fashion – CPT Norte de Minas, 2003.

A foto 6 ilustra a marcha dos sem-terra que culminou na audiência pública realizada no plenário da Câmara Municipal de Montes Claros, cuja reivindicação era discutir a morosidade do direito de posse da terra dos assentados, na Fazenda Sanharó.



FOTO 6 – Audiência pública dos trabalhadores sem-terra com a Polícia Militar, deputados e vereadores, no plenário da Câmara Municipal de Montes Claros, em 2003.
Fonte: Paulo Fashion – CPT Norte de Minas, 2003.

O depoimento do coordenador do movimento dos trabalhadores sem-terra do Norte de Minas é bastante incisivo quanto à posse da terra: “Chega, agora queremos ações práticas e menos conversa, pois a parte burocrática está emperrando o assentamento dessas famílias” (SOARES, 2003, p.3).

Sendo assim, os integrantes do MST, assentados na Fazenda Sanharó, ainda convivem com a expectativa da desapropriação de terras, face à demora e indecisão da Justiça em se manifestar. Assim, a luta dos sem-terra trava-se no âmbito jurídico, embora as tensões e ameaças do fazendeiro tenham sido reduzidas.

2.3 – Os conflitos e tensões entre o MST e o Estado

O MST é um movimento social que desafiou, vem desafiando e contrapondo o Estado com seu modo de ação de luta pela terra, ao longo das décadas.

Com a criação do MST, as histórias de lutas no campo tiveram mais vigor, reescrevendo novos modelos e formas de espacializações e territorializações no

cenário nacional.

Com sua bandeira de luta em favor da Reforma Agrária, o MST vem promovendo ocupações de terras, desenvolvendo novas estratégias de lutas e ações políticas organizadas, enfrentando as elites agrárias, reordenando os espaços, o território do latifúndio e também desafiando a organização territorial do Estado.

Contrária à ordenação jurídica legal do Estado brasileiro, o MST se opõe à legislação vigente com ações políticas, tais como ocupações de prédios públicos, passeatas organizadas, obstrução de rodovias, estradas, etc. Assim, utiliza mecanismo diferente para acelerar ou promover as desapropriações contrapondo-se aos preceitos da Constituição Federal, nos Art**.** 184[13] − regulamentado pela. Lei 8.629/93[14] − e também às normas organizacionais do Estado. O MST promove efetivas ocupações de terras que, posteriormente, se legitimam no processo de Reforma Agrária. Para Bobbio (2004, p. 94), "o Estado é um ordenamento jurídico destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão subordinados os sujeitos a ele pertencentes".

Diferentemente dessa lógica, a oposição do MST ao Estado Nacional confirma-se, desde a sua origem, em sua forma de organização, criando seus símbolos: Bandeira, Hino, Mística[15], grito de ordem e formas diferentes de espacialização, próprias do seu movimento.

Afirma Stédile (1999, p. 18): "Nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com a sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas".

No bojo ideário do MST, o marxismo se faz presente, quando os seus integrantes se espelham em personagens revolucionários da História, como Lênin, Mao Tse Tung, Rosa Luxemburgo, Makarenko, Ernesto Che Guevara, dentre outros idealistas da Revolução Russa, do comunismo e do socialismo, implantados no

---

[13] Art. 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

[14] A Lei 8.629/93 dispõe sobre a regulamentação de dispositivos relativos à Reforma Agrária. A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no seu art. 9º é passível de desapropriação para fins de reforma agrária, respeitados os dispositivos constitucionais, competindo à União realizar a desapropriação do imóvel rural que não estiver cumprindo a função social.

[15] Segundo Stédile (1999) dirigente nacional do MST, a mística no MST é uma prática social e há nela uma influência da Igreja que promove a unidade, a vivência, os ideais; porém, a mística não é somente uma liturgia propriamente dita. Neste sentido, diz Stédile, a mística deve fazer parte da vida cotidiana, não pode ser um momento à parte, é sentimento canalizado em direção a um ideal alcançável. Assim, o MST procura "fazer a mística" quando, em cada atividade do movimento, ressalta o projeto global, traz para o cotidiano o projeto de conquistar o lugar prometido para todos.

cenário mundial antes e após a Segunda Grande Guerra (1939-1945). A maioria dos integrantes do MST passaram por centro de formações, com sustentáculos ideológicos revolucionários e socialistas do século passado.

O MST organiza-se com esse espírito de luta, agindo à margem da lei. O Estado propõe, promete, mas a burocracia estatal estanca em próprias ações. O próprio Estado marginaliza o MST. A formação do MST não encontra respaldo na lei, mas é legitimado pelos segmentos da sociedade civil: lideranças universitárias, colaboradores, lideranças religiosas, dentre outros (FERNANDES, 2000).

As ações de ocupações descrevem o ato de entrada dos sem-terra em áreas constitucionalmente denominadas propriedade privada; causam discussão nos meios jurídicos brasileiros, quando juristas esclarecem o termo “invasão”:

> Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social – e fazer pressão social coletiva para aplicação da lei e a desapropriação. (SILVA, 2000, p. 114).

Em direção contrária ao ponto de vista jurídico, que justifica as “ocupações” ou “invasões”, Rosenfield (2008, fl. A3) discorda quando afirma que “Só os ingênuos ou as pessoas de má-fé acreditam que as ‘invasões’ (ditas ‘ocupações’) são pacíficas”.

Na visão do autor,

> o vocabulário é aqui importante, pois o autor visa a tornar essa violação da propriedade privada em algo legal, como se esta fosse um bem sem dono, que deveria apenas ser "ocupado". Por sua vez, o termo "invasão" sinalizaria que se trata de um crime, de uma ação ilegal, que deveria ser contida e inviabilizada [...]. A pedagogia revolucionária orienta tal tipo de atitude [...]. (ROSENFIELD, 2008, fl. A3).

2.4 As Brigadas: uma estratégia de luta e espacialização das ações do MST no Norte de Minas Gerais

A região do Norte de Minas Gerais, desde os tempos do Brasil Colônia até o ano de 1970, foi considerada uma região de grandes latifúndios e de terras denominadas devolutas, tendo como proprietários os antigos “coronéis”, hoje representados por fazendeiros e representantes do agronegócio (OLIVEIRA et al., 2000). A partir do

ano de 2003, a ocupação de terras na região intensificou-se, impulsionada por uma categoria social denominada trabalhadores rurais sem-terra.

O estado de Minas Gerais é dividido, para fins de planejamento regional, em dez regiões, de acordo com a Fundação João Pinheiro. São elas: I - Central; II - Zona da Mata; III - Sul de Minas; IV – Triângulo Mineiro; V - Alto Paranaíba; VI - Centro-Oeste de Minas; VII - Noroeste de Minas; VIII - Norte de Minas; IX - Jequitinhonha/ Mucuri e X – Rio Doce (GEOMINAS – IGA/CETEC, 1994).

Posteriormente, para fins administrativos, o estado de Minas Gerais foi dividido em doze Mesorregiões, que coincidem com a divisão do IBGE (1990): Campo das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana Belo Horizonte, Nordeste de Minas, Oeste de Minas, Sul/Sudeste de Minas, Triângulo/Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata (GEOMINAS – IGA/CETEC, 1994).

O MST de Minas Gerais vinha trabalhando com a metodologia de divisões regionais nas suas ocupações socioterritoriais, no estado. Em 2005, o MST promoveu uma redefinição em suas áreas de ocupações, constituída em seis grandes regiões, a saber: I) Região Sul de Minas Gerais; II) Região do Triângulo Mineiro; III) Região de Belo Horizonte e Grande BH; IV) Região do Vale do Rio Doce; V) Região do Vale do Jequitinhonha; VI) Região do Norte de Minas Gerais.

Com relação ao conceito de nova dinâmica de luta pela terra, reportamo-nos a Rios (2002), para esclarecer o conceito de *novidade* e *originalidade*.

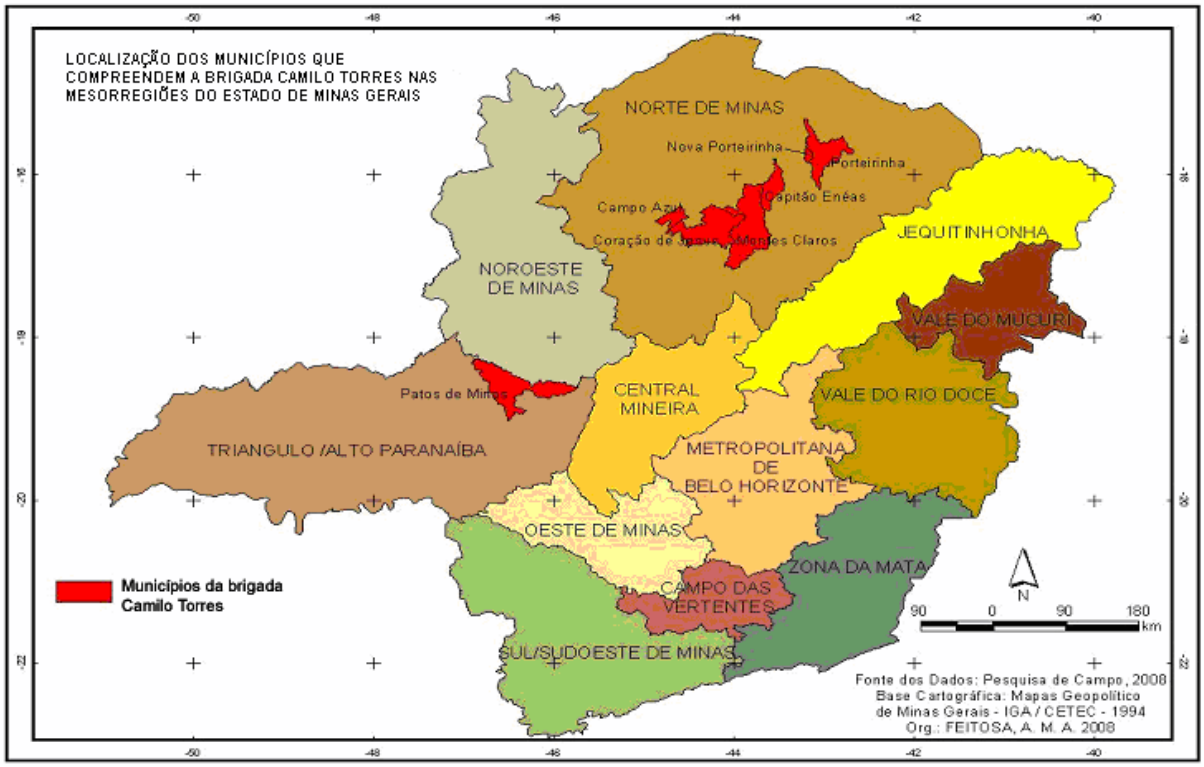
> Às vezes temos a impressão de que já se exploraram exaustivamente alguns temas e que devemos nos voltar para “novos temas”, mais cadentes ou provocativos. O que importa na verdade, é voltar-se para questões-problemas, que há muito nos vem preocupando, com o olhar *original*. Com esse gesto, procuramos, sim, ver de jeito novo essas questões que, mais uma vez, lançam um desafio à nossa inteligência, à nossa curiosidade e ao esforço coletivo para fazer avançar nossa reflexão. (RIOS, 2002, p. 56).

De acordo, ainda, com a autora citada, o novo pode ser entendido como novidade, mas também como originalidade, singularidade. No caso específico de nossa pesquisa, entendemos a “nova dinâmica” de luta pela posse da terra não como novidade, mas como algo original, próprio da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, cuja origem não se limita apenas à data/ano que demarca as ações do MST no norte de Minas. A origem dessa luta está na fome de muitas famílias, no desemprego, na violência sofrida pelos trabalhadores rurais, enfim, na indignação dos marginalizados pelo processo produtivo do sistema capitalista. Com essas

“velhas questões” que o MST apropria-se e imprime uma nova dinâmica de luta pela terra, no norte de Minas.

Em 2002, a ocupação de terra na região do norte de Minas Gerais e, principalmente, nos acampamentos da Brigada Camilo Torres, [16] intensificou-se, impulsionada pelos trabalhadores rurais sem-terra. Essas ocupações e a formação de acampamentos provocaram o reordenamento espacial e territorial, implicando mudanças de ordem política, socioeconômica e cultural nos locais e/ou regiões onde esses acampamentos e assentamentos se instalaram.

Conforme informações da Secretaria da Grande Regional do MST do norte de Minas, o processo de formação de brigadas ocorreu, em alguns estados brasileiros. Em dezembro de 2005, no 19º Encontro Estadual do MST, realizado na cidade de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, deliberou-se que não mais trabalhar-se-iam por mesorregiões e sim por Brigadas estaduais.

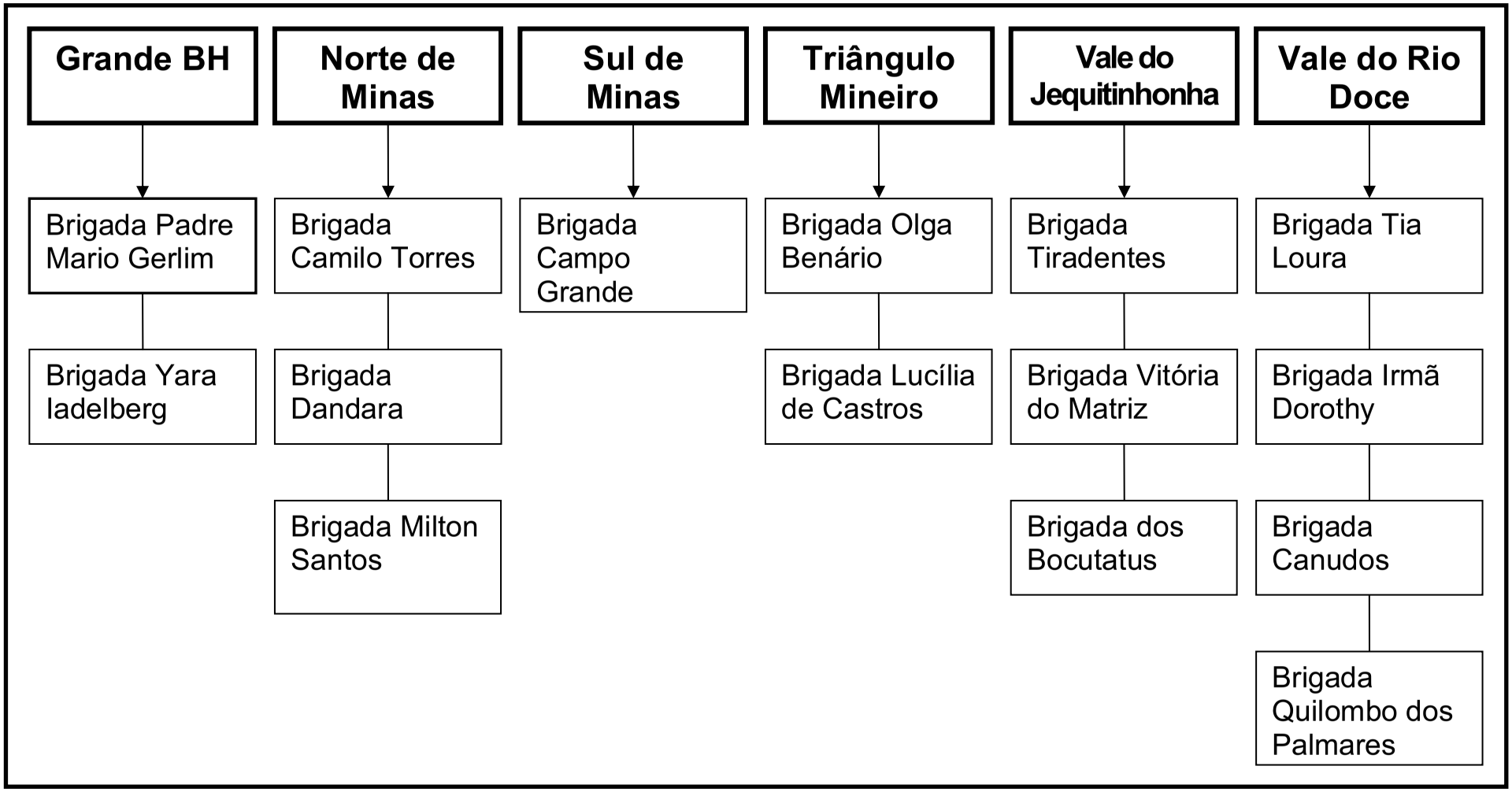


MAPA 3 – Localização dos municípios que compreendem a Brigada Camilo Torres, nas Mesorregiões Geográficas do Estado de Minas Gerais
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Base Cartográfica: GEOMINAS – IGA/CETEC, 1994.
Organização: FEITOSA, 2008.

[16] A Brigada Camilo Torres é uma denominação dada pelos trabalhadores rurais do MST ao território constituído por acampamentos e/ou assentamentos na região norte de Minas.

Conforme mostra o mapa 3, a Brigada Camilo Torres transcende os limites da Mesorregião do Norte de Minas, pois o Acampamento Freio Tito, localizado na Fazenda Canastral, município de Patos de Minas, na Mesorregião do Alto Paranaíba, também pertence à Brigada Camilo Torres. Na verdade, a composição da Brigada é baseada no número de famílias, independentemente da Mesorregião onde elas estejam acampadas e ou/assentadas, o que constitui a nova dinâmica de luta de trabalhadores rurais sem-terra no norte de Minas. Aquela tradicional divisão geográfica em regiões administrativas, utilizada no estado de Minas Gerais, como referência para organizar as suas ações de luta e ocupação, deixa de ser utilizada.

Em Minas Gerais, essas seis regiões foram transformadas em 15 Brigadas, conforme organograma 1.



ORGANOGRAMA 01 – Regionais e brigadas organizadas pelo MST, no estado de Minas Gerais

Fonte: Adaptado do MST, 2008. (Secretaria da Brigada Camilo Torres em 03/10/08. Organizado por FEITOSA, A. M. A; FEITOSA, D.G B. A, 2008.

Para o MST, em sua forma de ocupação e territorialização, a Brigada configura-se no local (acampamento) onde o território abriga de 200 a 500 famílias. A partir daí, o território-limite de uma Brigada se completa.

As categorias geográficas – local, região, microrregiões, Mesorregião e macrorregiões – delimitadas pelo Governo e seus órgãos governamentais, usadas para fins administrativos com os seus limites e territórios definidos entre si, são ressignificadas pelos integrantes do MST.

Podemos afirmar que, no atual contexto da conquista de cada espaço considerado como acampamento e assentamento, em um determinado espaço físico, vivenciam-se novas formas de organização do espaço territorial, com um conjunto de relações políticas e sociais antagônicas, que se desenvolvem em um determinado contexto, construindo novos territórios, mesmo que paralelo às organizações determinadas em outros contextos históricos.

O conhecimento da realidade da luta pela posse da terra tornou-se, portanto, fato indispensável nesta pesquisa, como fenômeno ou categoria geográfica, tal como a de “movimento social” e territorialização. Para isso, consideramos condição indispensável o entendimento da organização territorial do movimento social. Assim, de acordo com Fernandes (2004):

> A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização quando são criados e recriados [...]. Estudar um movimento social, como categoria geográfica é condição essencial para elaboração teórica, considerando o crescimento de pesquisas geográficas sobre movimentos sociais no campo e na cidade (FERNANDES, 2004, p.12).

Na busca pelas transformações de suas realidades sociais, os trabalhadores rurais sem-terra, por meio das relações e resultados de suas ações de espacialização, constroem e reconstroem os territórios ocupados. Segundo Mitidiero Junior:

> [...] território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica. [...] A espacialização, também enquanto processo, liga-se interdependentemente ao processo de territorialização, ou seja, a territorialização, a possibilidade do assentamento da luta, é uma etapa superior a espacialização, mas ainda faz parte dela. O método dialético nos permite interpretar a territorialização enquanto processo, pois na medida que a conquista da terra seria a fixação (localizada) da luta, ela é ao mesmo tempo a espacialização da luta (enfrentamento como o Estado). A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o

> lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta. (MITIDIERO JUNIOR, 2006, s/p).

É importante repensar a sociedade, no que concerne ao acesso à terra como modo de sobrevivência das populações. Diante disso, torna-se relevante a investigação, que propomos nesta pesquisa ao problematizar o contexto atual da dinâmica pela luta da terra, na Brigada Camilo Torres, na região norte de Minas Gerais.

Doravante, a referência é a Brigada, que vem reconfigurar os espaços dessas categorias, transcendendo os seus limites em várias escalas: territoriais, políticas, econômicas e sociais. O local passa a ter hegemonia em relação ao regional, pois um ou dois acampamentos podem-se transformar em Brigadas, sendo que cada brigada tem sua própria autonomia política e econômica, determinada pela secretaria de cada uma delas, porém com os interesses comuns dos objetivos do MST nacional. Fica evidente que, ao ressignificar as categorias geográficas e os seus limites, os sem-terra do MST provocam uma ruptura com os conceitos tradicionais das categorias geográficas de Região, ocupando terras em forma de Brigada.

Os limites territoriais de uma Brigada tornam-se flexíveis porque o fator determinante para a sua criação passa a ser o local[17], quando comporta, em seu território, de 200 a 500 famílias. No primeiro momento, o território da ocupação pode ser extenso e, à medida que vai aumentando o número de famílias, aquele mesmo local da ocupação, a Brigada inicial, pode se desdobrar em várias outras, com diferentes dimensões territoriais.

Quando a extensão territorial de uma brigada está relativamente proporcional ao número mínimo de 200 famílias necessárias para a sua criação, e é formada por vários acampamentos, que comportam poucas famílias em cada um, a equidistância do território dessa Brigada torna-se uma área que transpõe os limites das Mesorregiões, como é o caso da Brigada Camilo Torres, que se inicia na região do norte de Minas, no acampamento Estrela do Norte, estendendo seu limite até a região do Alto Paranaíba, em Patos de Minas.

A título de exemplo, a última ocupação dos sem-terra, ocorrida no dia 17 de abril de 2008, na fazenda Corrente, no município de Jequitaí, com área de 11.500 ha, já

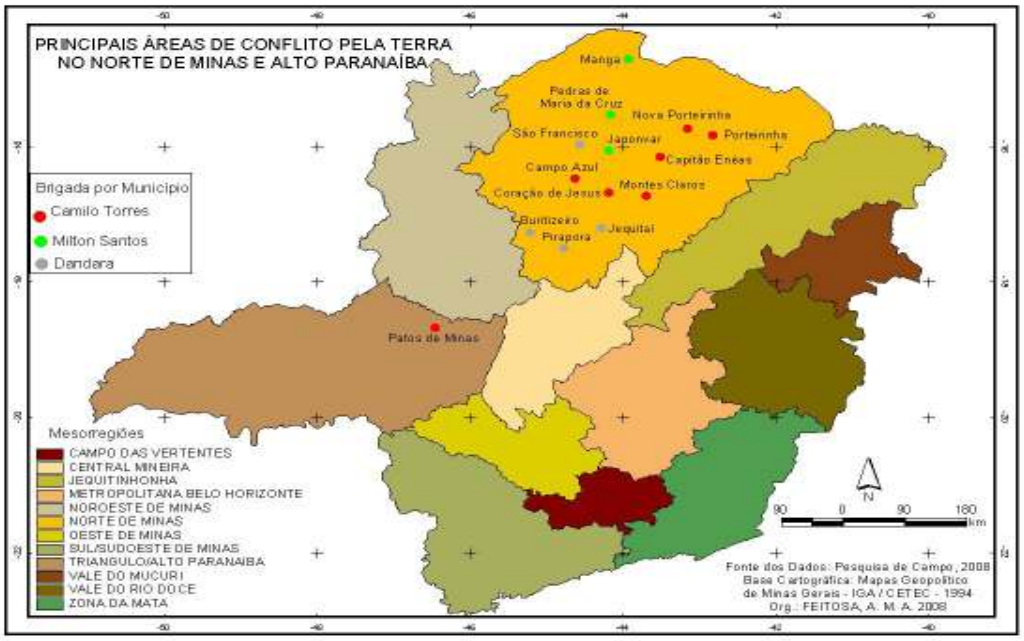
[17] Local e lugar são mesmo tempo, objetos de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (Santos, 1996)

se iniciou com 500 famílias. Nesse caso, o número de famílias, por si só, já é suficiente para que esse local (o acampamento) se desdobre em duas Brigadas, considerando que o limite quantitativo para compor uma Brigada é de 200 a 250 famílias.

Comparando o território ocupado pela Brigada Camilo Torres com o território ocupado da Fazenda Corrente, com 500 famílias, verificamos que a extensão territorial da Brigada Camilo Torres é composta por nove acampamentos, eqüidistantes entre si, para poder formar uma única Brigada; enquanto os ocupantes da Fazenda Corrente, com um único acampamento, já têm um numero suficiente de famílias para formar uma Brigada.

O norte de Minas foi dividido em três brigadas: Brigada Camilo Torres, Brigada Dandara e Brigada Milton Santos. A entrevista com o coordenador ilustra como se forma a Brigada "*A gente tava mais ou menos dentro desse padrão de 200 a 500 famílias o que de fato, a metodologia transforma em uma Brigada"* (C 1).

Assim, representamos no mapa 4, os municípios e acampamentos que compõem as três Brigadas localizadas no Norte de Minas.



MAPA 4 – Principais áreas de conflito pela terra, na região compreendida pelas Brigadas Camilo Torres, Dandara e Milton Santos, no Norte de Minas e Alto Paranaíba, em 2008.
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.
Base Cartográfica: GEOMINAS – IGA/CETEC, 1994.
Organização: FEITOSA, 2008.

A primeira Brigada, denominada Brigada Camilo Torres[18], é composta, atualmente, pelos municípios de Montes Claros, Capitão Enéas, Coração de Jesus, Campo Azul, Porteirinha, Nova Porteirinha e Patos de Minas. Todos esses municípios estão localizados na Mesorregião do norte de Minas, com exceção do último, que se localiza na Mesorregião do Alto Paranaíba. Essa Brigada inicia-se, praticamente, no município de Montes Claros, tendo como pólo[19] a cidade de Montes Claros, onde há nove acampamentos.

A segunda brigada do MST, no norte de Minas, é denominada Brigada Dandara[20], que se inicia na cidade de Jequitaí, tendo como pólo referencial a cidade de Pirapora, composta hoje pelas cidades: Pirapora, Buritizeiro e Jequitaí, e por quatro acampamentos.

A terceira brigada é denominada Brigada Milton Santos[21] e se inicia na cidade de Japonvar, tendo como pólo referencial a cidade de Januária, referencial-central pela sua situação geográfica, que permite que se passe por ela para ir para várias cidades, como Itacarambi, Manga, Montalvânia e outras.

---

[18] Acampamento Estrela do Norte, ex-fazenda Sanharó, acampamento Sol Nascente da ex-fazenda Calumbinhos - município de Capitão Enéas, acampamento Darcy Ribeiro, da ex-fazenda Brejinho Moquém, município de Capitão Enéas, acampamento Bom Sucesso, município de Capitão Enéas,antes denominada, pelos integrantes do MST, Acampamento Caçarema, acampamento Dom Mauro, do município de Nova Porteirinha, Acampamento Padre José Vitório, da ex-fazenda Imbaré Torrão Vermelho, no município de Porteirinha, acampamento irmã Doris, da ex -fazenda Veredas, município de Coração de Jesus, Acampamento Chico Mendes, da ex-Fazenda Covanca, Município Campo Azul e o acampamento Freio Tito, da ex-fazenda Canastral, no município de Patos de Minas.

[19] Pólo: denominação dada a cidades que oferece maior prestações de serviços do que as demais cidades. A ao cidade pólo tem maior influência sobre as demais cidades adjacentes.

[20] Acampamento Che-Guevara, ex-fazenda Cocal, município de Pirapora, acampamento José Bandeira ex-fazenda da Prata, no município de Pirapora, Acampamento 1º de Maio, ex-fazenda Vale das Aroeiras, no município de Buritizeiro, acampamento Novo Paraíso, ex-fazenda Ferro Ligas, município de Jequitaí e a mais recente ocupação dos sem-terra do MST no norte de Minas, em 17/04/2008, na fazenda Corrente, também no município de Jequitaí, onde o nome do acampamento ainda não foi escolhido pelos seus ocupantes. É uma prática dos sem-terra do MST, depois de ocupar uma fazenda, trocar o seu nome por nomes de personagens integrantes da luta em defesa da Reforma Agrária, ou nomes de ex-revolucionários e expoentes do socialismo. O acampamento Che-Guevara, ex-fazenda Cocal, município de Pirapora, deixa de existir devido a sentença judicial desfavorável aos ocupantes, integrantes do MST.

[21] Acampamento Carlito Maia, da ex-fazenda Pé da Serra, município de Japonvar, Acampamento Vitória, da ex-fazenda Palmeirinha Cascalho, no município de Pedras de Maria da Cruz, Acampamento Valdir Junior, ex-Fazenda Marilândia, Município Manga, acampamento Eloi Ferreira, ex-fazenda Caatinga, município de São Francisco. Sendo que esse último acampamento apenas foi coordenado pelos dirigentes do MST. Os acampados da fazenda Caatinga, anteriores à intervenção do MST, fundaram uma associação e, hoje, os membros dessa associação romperam as relações com o MST. A Fazenda Marilândia foi, anteriormente, reivindicada pelos trabalhadores rurais filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga, que convidou o MST para fazer parte da luta da disputa pela posse da terra; porém, posterioremente à ocupação, os membros da associação que hoje coordenam o referido acampamento também romperam com o MST.

É composta pelas cidades: Japonvar, Pedras de Maria da Cruz, São Francisco e Manga. A Brigada Milton Santos é composta por quatro acampamentos.

Surgiu, então, uma nova dinâmica de luta pela terra, instalando-se uma ruptura com o processo histórico de luta dos posseiros que tinham, como objetivo, apenas a posse da terra, na Mesorregião do Norte de Minas Gerais.

2.5 – A brigada: discutindo seus significados

Para o MST, o termo brigadas comporta duas definições: a primeira, refere-se à organização interna do MST – tais como a Mística e a distribuição das tarefas entre seus integrantes, e a segunda definição refere-se ao número de famílias.

Com relação à definição de Brigada, em entrevista, o coordenador do MST no norte de Minas fornece a seguinte definição:

> Mas a brigada que estamos falando é composta por um número de famílias que moram em alguns assentamentos e acampamentos próximos. É com essas famílias que se organiza a Brigada, distribuindo ao máximo as tarefas entre os coletivos que devemos formar (CI)[22].

De acordo com a entrevista realizada com o coordenador da Brigada Camilo Torres, o MST trabalhava com a metodologia das grandes regionais, porém, no ano 2000 de fato iniciou-se o processo das Brigadas. Relembramos que o elemento principal para se constituir uma brigada é o número de famílias, pois “onde tiver 200 a 500 famílias, a idéia é que de fato, consolide uma Brigada” (CI).

Nesse sentido, recorremos à análise e reflexão do coordenador do MST no norte de Minas, cuja explicação, ajuda-nos a compreender essa transição para o conceito de Brigada.

Em sua entrevista, ele sintetiza a origem das primeiras experiências com a nova metodologia das brigadas, adotadas pelo MST.

> A nível de Brasil foi no ano de 2000 que começou algumas experiências no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco, uns quatro ou cinco estados. Poderia dizer assim, o plano piloto, alguns embriõesinhos, onde foi implantado com as experiências e, se vê que ia funcionar, aí expandiria para outros Estados do Brasil, onde existe o movimento. (CI).

[22] CI: Entrevista com o Primeiro Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

Constatou-se que para a mudança da concepção de Grande Regional para o conceito de Brigada, o MST contou com o apoio de intelectuais do Grupo de Estudos Agrários (GEA) que: *tá sempre pensando como é que a gente vai fazer para melhorar a questão orgânica nossa do movimento, para de fato, os trabalhos alcançarem os objetivos"* (CI).

Percebemos que o conceito de Brigada, incorporado pelo MST, não é uma mera questão de *slogan* de movimento. Trata-se de uma ressignificação de conceitos cujos pressupostos, que sustentam as Brigadas, foram-se materializando nas ações do MST. Primeiramente, com as experiências-piloto e, posteriormente, foram-se alastrando pelo país até chegar a Minas Gerais, no ano de 2005. O coordenador do movimento esclarece como e quando ocorreu, de fato, essa transição do conceito de Grandes Regionais para Brigadas, em Minas Gerais:

> Quando foi ano de 2005, quando nós fizemos o Encontro Estadual na cidade de Teófilo Otoni, foi onde de fato, foi consolidado também. E em Minas Gerais nós sairíamos do processo das grandes regionais, e começaríamos a trabalhar o processo das brigadas, porque o processo das regionais ficava um pouco parecendo, que a gente *coordenava espaço geográfico*. E, a idéia do movimento do MST é diferenciada da lógica da política capitalista, da política constitucional, que infelizmente eles *lutam por território*. Lutam *por espaço geográfico*. Aí, o movimento como um todo, avaliou que, estava um pouco *atrasado* naquela política que nós estávamos trabalhando das grandes regionais. A nossa idéia é de coordenar um *número de famílias*, coordenarem famílias, ajudar a coordenar pessoas, a seguir os rumos da revolução brasileira. (CI).

É oportuno enfatizar que a entrevista com o coordenador explicita a ruptura com os conceitos de grande regionais, região e espaço geográfico para uma nova tendência, em direção a um enfoque centrado, não mais na delimitação do espaço físico pelo MST, mas centrado nas famílias. Outro aspecto que merece uma análise, é a avaliação realizada pelo MST, que culminou na mudança de concepção da política adotada pelo Movimento, até então.

Nossa experiência de contato com o MST, no norte de Minas, desde o ano de 2003, contribuiu para identificarmos os resultados de certo atraso na política do MST no norte de Minas, conforme o depoimento (CI).

O fato de o MST organizar-se em torno das grandes regiões trouxe-lhe alguns problemas, no que diz respeito à sua organização e condução de suas ações. Neste sentido, a distância geográfica de uma região para outra, onde o MST atua, e a falta

de uma presença mais contínua dos coordenadores, no trabalho de conscientização dos acampados concorreram para agravar alguns problemas internos.

Em alguns acampamentos, tais como o acampamento localizado na fazenda da Prata, que pertencente à Brigada Dandara, em Pirapora, o acampamento Eloi Mendes, em São Francisco, e o acampamento Marilândia, em Jovenilha, pertencentes à Brigada Milton Santos, o MST perdeu a liderança para líderes de associações que ocuparam o espaço do MST frente aos acampados, desviando as pessoas dos objetivos preconizados pelo Movimento.

Embora em entrevista, o coordenador não assuma, diretamente, essas perdas, em relação à política do MST, o seu depoimento retrata essa preocupação:

> [...] o processo das brigadas, que a gente vem trabalhando é no sentido de dar mais espaço para *outras pessoas*. Estar formando novos quadros, formando mais novos dirigentes, mais *novos militantes*. Isso viabiliza economicamente para poder viabilizar para gente que, tá dando acompanhamento mais de perto ao nosso povo. Pra gente tá fazendo um processo mais adequado de formação. (CI).

Desta forma, a preocupação com a formação de novos quadros, que dêem sustentação ideológica na área de atuação do movimento, é um dos objetivos da mudança de rumos do MST. A viabilidade econômica, em termos de monitoramento nos acampamentos, também é uma releitura das ações do MST, devido a fatos ocorridos em alguns acampamentos, não comentados pelo coordenador, mas que nossa experiência de campo com o MST ajuda a explicitar. O processo de *formação mais adequado*, para os integrantes do MST é outra mudança de estratégias e ações do Movimento, para conseguir mais consistência orgânica. É por isso que, ao ser questionado sobre a diferença entre o modo de trabalhar, anteriormente, com os conceitos de regiões geográficas estabelecidas pelo Governo, IBGE, Fundação João Pinheiro, INCRA etc, o coordenador foi bastante incisivo em sua resposta. Apontou a diferença entre atuar com o conceito de grandes regionais, território e espaço geográfico e incorporar o novo conceito de Brigadas, incorporado, atualmente, pelo movimento.

> [...] essa diferença [...] a idéia era essa: a gente ia fazendo um monte de acampamento, um monte de assentamento, meio desenfreado. Crescia muito, mas a gente não teria condições de dar acompanhamento, estar fazendo o trabalho de formação adequada devido o próprio espaço geográfico grande, né? (CI).

Na verdade, o coordenador explica que o trabalho com as Brigadas, centrado nas famílias e não no conceito de espaço e território, possibilita um trabalho de conscientização e formação de quadros no MST para que, gradativamente, se ampliem os espaços necessários de ocupação das terras improdutivas. A preocupação é com a mudança na mentalidade dos acampados e não com a ocupação de espaço; com um trabalho de base ideológica que permita, aos integrantes do MST, ter conhecimento das causas e injustiças a que estão sujeitos no sistema capitalista.

Ainda nesta linha de pensamento, o coordenador analisa o objetivo do futuro do MST, que é o centro de formação, cuja referência é a Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP), e o Centro de Formação Estadual, que funciona em Governador Valadares (MG), e acrescenta:

> Voltando ao processo das brigadas, a nossa idéia futuramente é que cada brigada tenha condições de montar minimamente um pequeno espaço para estar formando seus próprios militantes e sua própria coordenação na brigada (CI).

Por outro lado, o entrevistado aponta o acampamento Estrela do Norte como o primeiro acampamento onde o MST deposita o *portal da esperança* de uma experiência, com perspectivas de emancipação e autonomia, com a finalidade de ser referência para os outros assentamentos. Isto nos revela, também, uma mudança na mentalidade dos dirigentes do MST, que já percebem que o controle central dos acampamentos, sem autonomia e formação de quadros nos respectivos locais, pode ser um indício e um sinal do desaparecimento do MST. Neste caso, teríamos uma perda irreparável do maior movimento social de resistência e luta por uma condição mais digna e humana da maioria do povo brasileiro. É por isso que o coordenador do movimento do norte de Minas dá muita ênfase ao centro de formação, baseado numa proposta pedagógica revolucionária:

> construir um espaço onde de fato conscientiza o nosso povo de que de fato é a lógica capitalista e o que é realmente a lógica socialista e, o que de fato o movimento deseja, almeja que é de fazer um verdadeiro socialismo nesse nosso Brasil, porque o capitalismo infelizmente é um sistema de exclusão mesmo. (CI).

Por fim, conscientizar e romper com a idéia do capitalismo na formação dos integrantes do MST, é uma utopia, uma esperança, pois a democracia não é ponto de partida, mas é ponto de chegada (SAVIANE, 1980).

Nesse momento de redefinição nos rumos da política e ações do MST, o desafio está lançado, conscientizar e democratizar o acesso das informações às famílias, no intuito de que elas deem continuidade às ações do MST, com a ocupação de terras improdutivas.

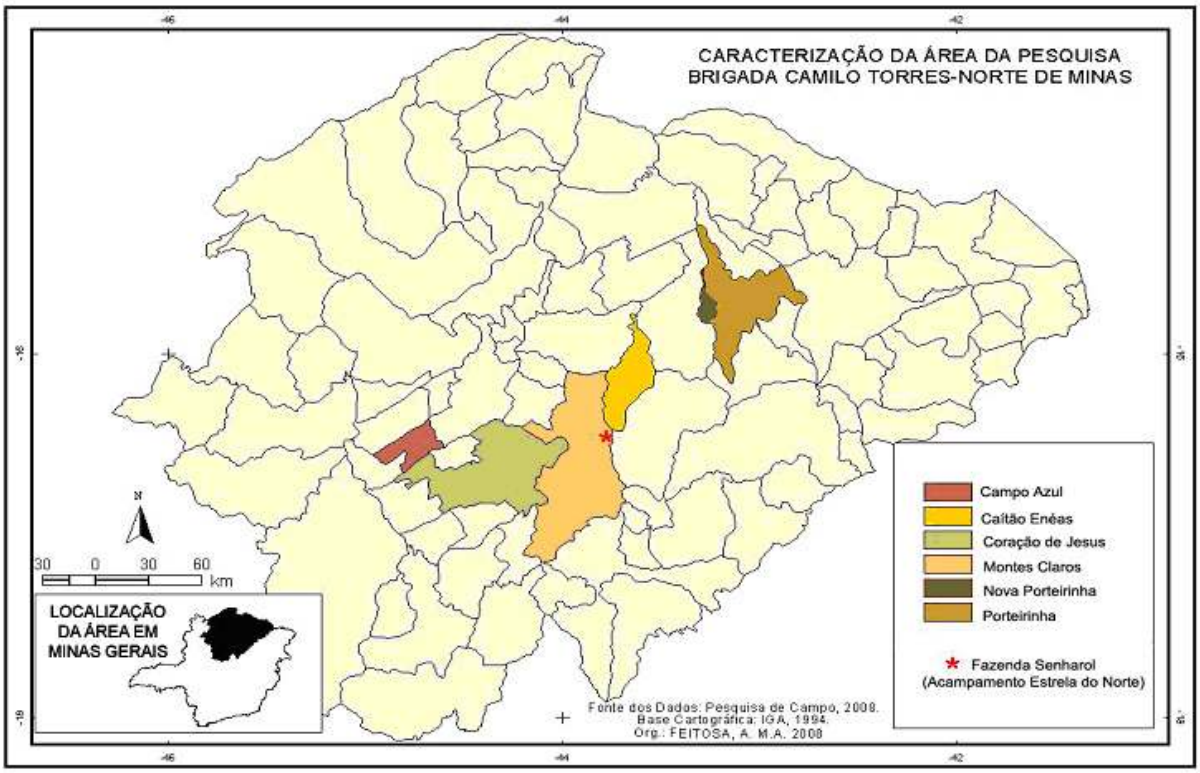
Nesta direção, a análise da Brigada Camilo Torres é de extrema relevância, pois nos oferece exemplos de lutas e conquistas do MST nos vários acampamentos que a compõem, com destaque para o acampamento Estrela do Norte.

Cabe ressaltar, entretanto, que a caracterização da Brigada Camilo Torres é necessária para identificar as novas estratégias de luta do MST, para ocupar terras no norte de Minas.

3 - BRIGADA CAMILO TORRES: uma análise sobre sua constituição

O destino não é uma questão de sorte,
é uma questão de escolha;
não é algo a se esperar,
é algo a se conquistar.
(William Jennigs Bryan)

A caracterização da Brigada Camilo Torres mostra a sua área de abrangência socioterritorial e espacial conquistada pelo MST. O mapa 5 ilustra a sua configuração espacial.



MAPA 5 – Área compreendida pela Brigada Camilo Torres, norte de Minas, 2008.
Base Cartográfica: GEOMINAS – IGA/CETEC, 1994.
Organização: FEITOSA, M. A. (pesquisa de campo, 2008).

3.1 – As conquistas do MST no norte de Minas

A tabela 2 apresenta a evolução da luta pela terra (ocupações) na Mesorregião do Norte de Minas Gerais, no período de 2002 – 2008, sob a intervenção do MST. De acordo com os dados apresentados, são caracterizadas as principais áreas de

conflitos no Norte de Minas, observando-se aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos das principais ocupações lideradas pelo MST.

TABELA 2 – Ocupações Organizadas pelo MST no Norte de Minas Gerais: 2002-2008

Município	Fazenda	Acampamento	Data da Ocupação	Área (Hectares)	Nº. Famílias no Início da Ocupação	Nº. Famílias Acampadas
São Francisco	Caatinga[23]	São Francisco/ Eloi Ferreira	24/04/2002	3.800	150	60
Montes Claros	Sanharó	Estrela do Norte	24/04/2003	790	400	31
Pirapora	Prata	José Bandeira	15/07/2003	2.800	300	158
Campo Azul	Covanca	Chico Mendes	12/11/2003	3.000	120	22
Pirapora	Cocal[20]	Che-Guevara	22/11/2003	n/i	n/i	n/i
Manga	Marilândia	Valdir Junior	23/09/2004	2.600	70	50
Capitão Enéas	Norte-América	Délcio e Ezequiel	20/05/2004	n/i	n/i	n/i
Japonvar	Pé da Serra	Carlito Maia	20/11/2004	3.200	120	50
Capitão Enéas	Calumbins	Sol Nascente	14/01/2005	1.400	60	39
Capitão Enéas	Muquém Brejinho	Darci Ribeiro	29/10/2005	1.100	60	25
Jequitaí	Ferro Ligas	Novo Paraíso	30/08/2005	2.600	370	120
Coração de Jesus	Veredas de São João	Irmã Dóris	17/04/2006	1.700	70	30
Capitão Enéas	Bom Sucesso	Novo Amanhecer	17/04/2006	1.200	60	29
Nova Porteirinha	Nova Porteirinha	Dom Mauro	26/11/2006	1.800	70	49
Pedra de Maria da Cruz	Palmeirinha Cascalho	Vitória	28/11/2006	1.100	60	40
Buritizeiro	Vale das Aroeiras	1º de Maio	04/04/2007	5.000	70	70
Porteirinha	Imbaré Torrão Vermelho	Padre José Vitório	1/05/2007	3.100	60	40
Patos de Minas	Canastral	Frei Tito	03/01/2008	1.200	40	40
Jequitaí	Corrente	n/i	17/04/2008	11.500	500	500
TOTAIS			**47.890**	**2.580**	**1.353**[24]	**1.032**

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro a abril de 2008 em 07/01/2008 à 20/04/2008.
Ni: Não informado.

Conforme a tabela 2, ocorreram 18 ocupações na região do norte de Minas e uma, na região do Alto Paranaíba, na cidade de Patos de Minas. No período 2002 a 2008, ocorreram 19 acampamentos, mas, efetivamente, até as últimas pesquisas de campo (07/02/2008), havia 18 acampamentos, localizados na região do norte de Minas Gerais e no Alto Paranaíba.

Ressaltamos, também, que são estratégias de luta da frente de massa as ocupações de terra, durante as quais se agrega o maior número possível de

[23] A Fazenda Caatinga e a Fazenda Cocal foram ocupadas e posteriormente os ocupantes do MST retiraram-se da área. No processo judicial o MST perdeu.

[24] O número de famílias que fizeram parte da frente de massa, famílias no início de ocupação, em relação ao número de famílias acampadas dá um excedente de 1.127 famílias, com uma média de cinco pessoas por família, o que vai dar um total aproximado de 5.635 pessoas, que hoje se encontram distribuídas nos vários acampamentos como exército de reserva, para fazerem novas ocupações.

pessoas, para chamar a atenção das autoridades e da opinião pública. Geralmente, no primeiro momento, as ocupações ocorrem com um grande número de famílias e na maioria das vezes, a área ocupada não comporta o número de pessoas. As famílias excedentes, posteriormente, serão deslocadas para outras ocupações; assim, é a dinâmica do processo de ocupações, sendo este o motivo pelo qual a tabela 2 apresenta alterações significativas quanto ao número de famílias acampadas no início da ocupação, em relação ao número de famílias assentadas, posteriormente.

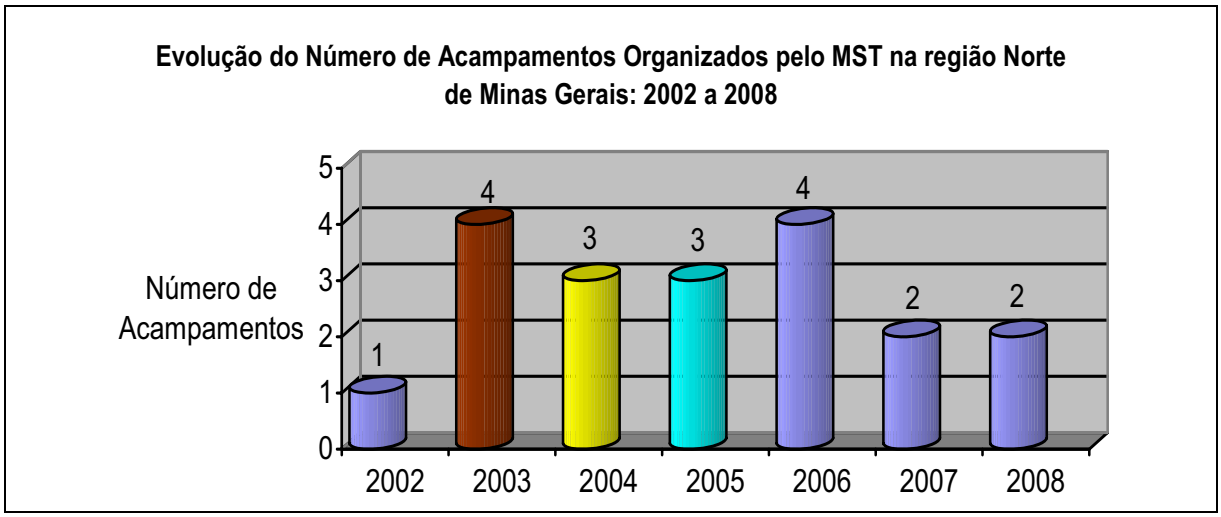


GRÁFICO 1 – Evolução do número de acampamentos organizados pelo MST, na região norte do Estado de Minas Gerais, no período de 2002 a 2008
Fonte: Pesquisa de Campo realizada no período de março a setembro de 2008

A presença do MST, no norte de Minas, foi marcante no ano de 2002, apenas com o objetivo de organização da ocupação do Acampamento São Francisco (Eloi Ferreira). Em 2003, tornou-se efetiva a presença do MST no norte de Minas, tendo como marco a ocupação da Fazenda Sanharó (Acampamento Estrela do Norte), intensificando, assim, a dinâmica de luta pela posse da terra, desde o ano de 2003 ao ano de 2008.

Nosso objetivo, neste item, é apresentar a caracterização das principais conquistas de áreas de luta pela posse da terra, representadas pelos acampamentos do MST na região do norte de Minas, e as suas diferentes formas de organização e funcionamento até o ano de 2008.

Nos processos de ocupações de terra pelo MST, no norte de Minas, houve a desocupação de terras por ordem judicial de dois acampamentos: Fazenda Cocal (Acampamento Che-Guevara), Fazenda Norte-América (Acampamento Délcio e

Ezequiel). Porém, as outras áreas ainda se encontram em processo de tramitação judicial.

A Fazenda Caatinga está localizada no município de São Francisco, com área aproximada de 3.800 ha, banhada pelo rio São Francisco. A ocupação ocorreu em 24 de abril de 2002, por 150 famílias do MST, pertencentes à coordenação da Regional Noroeste, Brasília (DF). Posteriormente, a coordenação do acampamento passou a ser orientada pela Regional do Norte de Minas. O acampamento recebe o nome do sindicalista Eloy Ferreira, em sua homenagem, pois o ativista foi morto em conflitos de terras. Atualmente, é ocupada por 150 famílias, que produzem feijão, milho, abóbora e melancia, além de tocarem pequenas criações de frangos e porcos.

Ocupada no dia 24 de abril de 2003, a Fazenda Sanharó localiza-se no município de Montes Claros, na Estrada da Produção, km-14, com uma área de, aproximadamente, 790 ha, 24 quilômetros distante da sede do município. A ocupação inicial foi efetuada por 400 famílias. Hoje, estão sendo assentadas 31 famílias, conforme avaliação em laudo pericial do INCRA. No dia da legitimação de posse contavam-se mais de cem famílias. Foi realizado um sorteio para a distribuição das posses para os futuros assentados. As famílias excedentes foram destinadas para novas áreas de ocupação. Até o final do primeiro semestre de 2008, estão acampados, nessa área, cerca de 120 pessoas, com uma média de, aproximadamente, três a quatro pessoas por família, e também, 50 crianças em fase escolar.

Conforme informação da Regional Norte de Minas do MST, em 2/2/2005, nos últimos dois anos (2006 e 2007) e sete meses de ocupação, os trabalhadores acampados produziram, aproximadamente, oito mil sacas de milho, três mil de feijão catador e cento e vinte de andu. Foram colhidos, também, em torno de 30 caminhões de melancias e abóboras. Segundo integrantes do MST, a Fazenda Sanharó passou a ser denominada Assentamento Estrela do Norte, por ter sido a primeira área em que se concretizou a ocupação e o processo de pré-assentamento promovido pelo MST, no norte de Minas Gerais.

A Fazenda Prata está localizada em Pirapora (MG), distante seis quilômetros da sede do município, com aproximadamente 2.800 ha. Essa propriedade foi ocupada, em 15 de julho de 2003. Inicialmente, congregava 300 famílias, mas no primeiro semestre de 2008, possuía apenas 200 famílias, com uma média de quatro pessoas.

A produção agrícola do ano 2005 foi de 1.000 sacas de feijão, 800 de arroz, 8.000 de milho. Foram colhidas, também, verduras e hortaliças, como tomate, alface, cenoura, couve, que abastecem o consumo interno do assentamento e a feira de finais de semana do mercado da cidade de Pirapora. Semanalmente, os assentados vendem, aproximadamente, entre vinte e trinta caixas de tomate e várias outras de verduras. A Fazenda Prata é denominada, pelos sem-terra do MST, Acampamento Josué, em homenagem a esse companheiro morto na disputa pela terra.

A ocupação da Fazenda Covanca, realizada por 120 famílias, ocorreu em 12 de novembro de 2003. Localizada no município de Campo Azul, fica na margem do rio Pacui, área privilegiada pelo grande número de nascentes e terras muitos férteis, com extensão aproximada de 3.000 ha. O local é denominado, por seus ocupantes, Acampamento Chico Mendes, em homenagem ao grande sindicalista brasileiro. A colheita da última safra foi de 300 sacas de feijão, 4.000 de milho, 14.000 quilos de alho, 3.000 quilos de tomate e uma variedade de hortaliças. Conta com pequenas criações de galinhas e porcos, para o consumo interno do acampamento.

A Fazenda Cocal, localizada no município de Pirapora (MG), distante três quilômetros da sede, com uma área de aproximadamente 3.000 ha, foi ocupada, em 22 de novembro de 2003, por 180 famílias. Posteriormente, foi concedida a reintegração de posse aos seus proprietários, por ser uma área que pertence a uma cooperativa. Os sem-terra do MST estão aguardando que o INCRA faça uma nova vistoria, em outra área. Os ocupantes montaram acampamento próximo à Fazenda Cocal e estão esperando o desfecho judicial de desapropriação. O acampamento é denominado Acampamento Che-Guevara.

No município de Capitão Enéas (MG), na margem do rio Verde Grande, localiza-se a Fazenda Norte-América, distante 15 quilômetros da sede do município, com áreas de aproximadamente 2.500 ha, que foi ocupada, em 20 de maio de 2004, por 150 famílias. Hoje é ocupada por 90 famílias, com média de quatro a cinco membros, totalizando, aproximadamente, 400 pessoas. As famílias excedentes foram destinadas a novas áreas de ocupação. Supervisionado pela justiça, o processo de desapropriação iniciou-se em junho/julho de 2004, com negociação entre o INCRA, os ocupantes, credores e proprietários da terra. A Fazenda Norte-América foi denominada, pelos seus ocupantes, Fazenda Délcio e Ezequiel, líderes mortos nos embates pela posse da terra, em movimentos de ocupações anteriores.

Os militantes do MST cultivaram mais de 400 ha de roça com milho, feijão, mandioca, abóbora e hortaliças.

A Fazenda Pé da Serra está localizada a 40 quilômetros do município de Japonvar (MG), com área de, aproximadamente, 3.200 ha. Suas terras estendem-se até o município de Pedras de Maria da Cruz (MG), ficando a maior parte localizada no município de Japonvar. Sua ocupação ocorreu em 20 de novembro de 2004, por 120 famílias oriundas de vários municípios vizinhos, como São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Mirabela, Japonvar e outras localidades.

Os trabalhadores sem-terra estão aguardando[25] a decisão judicial de emissão da posse da terra pela Vara Agrária. Informações do INCRA indicam que cada família receberá, em média, de 30 a 35 ha, para o cultivo da terra. A Fazenda Pé de Serra ainda permanece com seu nome original. Os ocupantes da fazenda têm recebido apoio em forma de sementes de milho, de feijão, e algumas ferramentas. Apesar de a ocupação ter ocorrido em novembro, os sem-terra do MST já plantaram e colheram milho, feijão, abóbora, melancias e hortaliças.

A Fazenda Calumbins, localizada no município de Capitão Enéas, foi ocupada no dia 14 de janeiro de 2005, por 60 famílias remanescentes da ocupação da Fazenda Sanharó. Possui área de, aproximadamente, 1.400 ha e está a 15 quilômetros da Fazenda Norte-América. No mês de agosto de 2005, o Governo Federal assinou o decreto de desapropriação da Fazenda Calumbins. Os ocupantes da fazenda estão aguardando o INCRA para a emissão da posse e da legitimação. Os trabalhadores sem-terra denominam a Fazenda Calumbins Acampamento Sol Nascente. A maioria dos acampados na fazenda tinha cultivado roças na Fazenda Sanharó. Os acampados já começaram a cultivar hortaliças e a criar pequenos animais, objetivando assegurar o abastecimento alimentar.

A Fazenda Marilândia, localizada a três quilômetros da sede do município de Manga, foi ocupada, em 16 de setembro de 2005, por 100 famílias, e possui área de aproximadamente 1.500 ha. Segundo informação da Regional Norte de Minas do MST, a fazenda passa a se denominar acampamento Valdir Junior, em homenagem ao líder, já falecido.

Em 09 de abril de 2004, sob a direção da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, 150 famílias ocuparam uma área de 850 ha, criando o acampamento

[25] Até o primeiro semestre de 2008 os trabalhadores aguardavam a decisão judicial de emissão de posse.

Porto Agrário, no município de Juvenília. Localizado num pequeno vilarejo, na confluência dos rios São Francisco e Carinhanha, norte de Minas, próximo à Bahia, o acampamento é composto por mil famílias, aproximadamente. Está a 60 km da cidade, por estrada de terra. O acesso mais fácil é por Carinhanha ou Malhada, ambas na Bahia. Até Carinhanha, são 12 km, e para se chegar a Malhada é preciso atravessar o rio São Francisco, por meio de balsa.

Desta forma, às 22h do dia 29 de outubro de 2005, o MST, na luta pela posse da terra, ocupou a Fazenda Brejinho Muquém, localizada a 33 km da sede do município de Capitão Enéas, no distrito de Santana da Serra, nas margens do rio Verde Grande. A fazenda possui área de 1.100 ha. A ocupação foi realizada por 60 famílias, com um total de, aproximadamente, 240 pessoas. Os militantes do MST já denominam a ocupação Acampamento Darci Ribeiro.

3.2 – O acampamento Estrela do Norte: um marco de luta pela terra, no norte de Minas

A Fazenda Sanharó localiza-se no município de Montes Claros, na Estrada da Produção, km 14, com uma área de, aproximadamente, 790 ha, distante 24 km da sede do município. A sua ocupação inicial foi de 400 famílias, no dia 29 de abril de 2003. No entanto, a área só comporta 23 famílias, que irão ser assentadas conforme avaliação em laudo pericial do INCRA. No dia da legitimação de posse, o acampamento contava com mais de 100 famílias. Foi utilizado um sorteio para distribuição das posses para os futuros assentados. As famílias excedentes foram destinadas para novas áreas de ocupação.

É no acampamento Estrela do Norte que vêm sendo realizadas e implementadas as experiências de um trabalho coletivo com vistas à melhoria das condições dos assentados. Em que pese às dificuldades enfrentadas pelos assentados, quanto a condições de infraestrutura, no acampamento, o processo de luta e resistência constitui-se a esperança do MST. Nesse caso, o acampamento Estrela do Norte é referência que baliza as ações do MST nos outros acampamentos da Brigada Camilo Torres.

Recorremos à pesquisa semiestruturada para caracterizar quem são os integrantes do acampamento do MST. No primeiro momento, contemplamos sua faixa etária, gênero, tempo, escolaridade, número de filhos e tempo de acampamento.

Foram entrevistados 11 acampados, sendo oito homens e três mulheres. Em relação à faixa etária, foram entrevistados um homem e uma mulher, com idade entre 45 a 50 anos; quatro entrevistados, sendo três homens e uma mulher, com idade entre 50 a 55 anos e, por último, cinco entrevistados, sendo quatro homens e uma mulher, além do coordenador da Brigada Camilo Torres (C1).

Cabe ressaltar que a entrevista foi realizada somente com três mulheres, porque algumas das esposas dos acampados não estavam presentes, no momento da pesquisa e, também, devido ao fato de três entrevistados estarem separados.

Com relação à escolaridade, é emblemática a situação do pessoal no acampamento; quatro, declaram-se analfabetos; seis, possuíam ensino fundamental (antigas 1ª a 4ª série do 1º grau) incompleto e apenas um possuía as séries iniciais do ensino fundamental (antiga 4ª série). Além de declarar o nível de instrução, alguns dos entrevistados justificam os motivos de sua falta de escolaridade.

> *Eu sô quase analfabeto, mas pelo menos assinar o nome a gente assina.* (S6)
>
> *Sei um pouquinho, mas num chego a estudar pra completar ano não*. (S8)
>
> *Eu num tive estudo nenhum. Naquele tempo, o pai da gente preocupava muito pouco com estudo.* (S7)

Percebemos que a falta do estudo, na visão dos pais, é um argumento para que os entrevistados justifiquem a sua condição de serem *Filhos do analfabetismo no Brasil* (FERREIRO, 1990).

Em que pese essa justificativa, a situação em que se encontram os acampados, quanto ao nível de ensino, está relacionada à história de exclusão da educação brasileira, da falta de cidadania de um grande contingente da população. Se levarmos em consideração o período de formação escolar dos acampados, ou seja, nas décadas de 1930 a 1950, podemos inferir, também, que havia poucas oportunidades de acesso à escola pública, dado à falta de uma política pública para o ensino básico (1ª a 4ª série).

Apesar de não ter sido incluído na pesquisa o nível de escolaridade dos filhos dos acampados, no decorrer da entrevista consideramos necessário incluí-lo, tendo em vista a baixa escolaridade dos pais. Neste caso, a situação é outra, os assentados valorizam a educação, por entenderem que ela é uma possibilidade de melhorar as condições de vida. De um modo geral, encontramos em torno de 10 jovens que cursam o 2º grau e também 10 a 15 crianças matriculadas no ensino fundamental (1ª a 8ª série).

Devido à localização do acampamento, em relação a Montes Claros, essas crianças e jovens deslocavam-se todos os dias, em ônibus oferecido pela Prefeitura para estudarem na escola pública de Vila Nova de Minas no distrito de Montes Claros.

Quando inquiridos sobre o número de filhos, identificamos quatro entrevistados com três filhos; um entrevistado com cinco filhos, dois entrevistados com sete e um não possui filhos.

No que se refere ao tempo de permanência no acampamento, consideramos bastante significativo para a pesquisa a resposta dos entrevistados. Eles afirmaram ter cinco anos de acampados. Porém, acrescentaram que passaram dois anos na beira de estradas, antes da ocupação na Fazenda Sanharó. O recorte da fala de alguns entrevistados corrobora nossa afirmação:

> *Nóis tem dois anos de estrada, de sofrimento.* (S3)
>
> *Eu tenho sete anos no MST. Mas eu tive dois anos de beira de estrada.* (S5)
>
> *Só aqui, tem cinco anos. Dois na beira da estrada*. (S4)

É importante ressaltarmos que, dos onze entrevistados, sete eram vanguarda da “turma da beira da estrada”, portanto, pioneiros na ocupação da Fazenda Sanharó. Percebemos a ênfase que todos eles deram ao fato de resistirem, na beira da estrada, a todo tipo de dificuldades. Subjacente aos seus depoimentos, notamos o orgulho e a dignidade do espírito de luta do grupo. Embora não afirmassem abertamente, percebemos o sentimento de legitimidade de “ser” e estar no assentamento, em busca de uma melhor condição de vida para suas famílias.

Por conseguinte, quando solicitados que justificassem o motivo que os conduziram a abraçar a causa do MST, exercendo a militância, declararm :

> *O meu motivo foi a desigualdade do maior massacrar os pequenos. Devido o massacre a gente revolta. Aí, chegou o MST e nos acompanhou MST. Onde ele tava pisando (refere-se ao suposto dono das terras) ele não pisa mais. [...]. A gente ta na beira da estrada e passamos por algumas dificuldades. Foi na época que* ***o fazendeiro*** *deu um tiro e, pois fogo nas barracas e quando voltamos, a CPT sugeriu contato com o MST. Eles propôs juntar algumas pessoas. Eles propôs entrar na fazenda, mas eles não esclareceu que ia dar toda cobertura. Eram 400 famílias [...]. Trabalho na base do movimento faz na cidade e você pra adquirir os conhecimentos, claro tinha um cadastro do INCRA. Nestas regiões de Janaúba, Mirabela o lugar desapropriado, quem já estava cadastrado*. (S8)

Notamos pelos depoimentos, que a revolta pela relação desigual entre os que detêm o poder do processo produtivo e os que apenas vendem a sua força de trabalho foi um sentimento determinante para aproximar essas pessoas a uma organização como o MST. E, ainda, que o MST detém também o poder símbolo, em nível nacional e internacional, pois agrega, em suas fileiras, simpatizantes da ala intelectual do país, estudantes universitários, ONGs e deputados, capazes de mobilizar a opinião pública quanto à violência no campo. Além disso, coloca-se em favor dos sem-terra na área jurídica, nas assembléias com os deputados, além de outras ações. Neste caso, estabelece uma correlação de forças com o poder dominante, conforme se comprova no discurso: “onde ela tava pisando, ele não pisa mais”.

A tentativa de homicídio de um de seus companheiros desse entrevistado, e a violência cometida pelo fazendeiro ao atear fogo nas barracas dos assentados despertaram-lhe a solidariedade, a coragem e a consciência de continuar na luta pela terra. Neste caso, o terreno foi fértil para conciliar os interesses dos assentados e do MST. É que, se por um lado eles tinham a coragem para continuar na luta, o MST chegou para organizá-los e orientá-los na estratégia de luta, culminando com a ocupação da Fazenda Sanharó.

Por fim, outro motivo apresentado por um dos assentados, que, aliás, não integrou a “turma da beira da estrada”, foi estar sem rumo, conforme se verifica na entrevista a seguir:

> *Eu toda vida [...]. Eu nasci e cresci na fazenda. Os fazendeiros vendeu a fazenda cada um caçô seu rumo. Aí apareceu esse negócio do MST e uns colegas me chamou. Aí, eu falei: eu vô lá vê. Aí, vim pra cá*. (S7)

Na verdade, esse depoimento revela o desespero de quem ajudou a enriquecer os donos do capital neste país. São pessoas que não aprenderam nada além da subserviência ao patrão e que, portanto, “*estão no inferno e, resolvem dar um tapa*

no diabo" (Revista Caros Amigos, 11/97, p.29). Essa idéia é confirmada na entrevista de um dos assentados: "*Estava desempregado. [...] Eu não tinha nada para fazer. Então, resolvi encarar essa realidade aqui. (S6)".*

Encontramos, nos estudos de Gohn (2000), uma análise e reflexão quanto à forma de o MST arregimentar integrantes, nos acampamentos de Nova Canudos (1999), Porto Feliz e Piracicaba, ambos municípios do estado de São Paulo.

> Ele foi formado por uma grande horda de excluídos; desempregados moradores de ruas e nas ruas, desajustados com as famílias e com o mundo [...] não se trata de um coletivo de agricultores, mas dos excluídos do mundo do trabalho e do mundo da vida. (GOHN, 2000, p.75).

Nossos estudos também confirmam que entre os entrevistados, essa categoria situa-se nas mesmas condições daquela apontada por Gohn . Algumas pessoas perderam o rumo da vida, nada mais lhes restando senão *ir lá vê*, ou seja, conferir o que o MST propõe, pois eles não têm mais nada a perder.

Entretanto, em que pesem os justificativas e os motivos pelos quais esses homens e mulheres enfrentam todo tipo de adversidades para manter o mínimo para sobreviver, de um modo geral, todos eles são excluídos do perverso sistema capitalista em nosso país.



FOTO 7 – Sem-terra cortando lenha para consumo.
Fonte: FEITOSA, A.M.A em 2007.

A foto 7 mostra um dos integrantes da turma da beira da estrada e a estrutura física de sua moradia. Um barraco rústico de madeira e plástico sem apresentar nenhuma condição de moradia digna de um ser humano.



FOTO 8 – Fogão de lenha: recurso improvisado pelos sem-terra.
Fonte: FEITOSA, A.M.A em 2007.

A foto 8 também revela as precárias condições materiais do integrante da turma da beira da estrada para suprir a sua necessidade com relação à alimentação.

Nas entrevistas, torna-se evidente qual a profissão exercida pelos assentados, antes do convívio na beira da estrada: trabalhador geral, lavoura, servente de obras, eletricista, quebrador de pedra, auxiliar de almoxarifado, caminhoneiro, etc.

> *Antes, eu fui um trabalhador gerais né. Não tinha profissão*. (S10)
>
> *Eu trabalhava na lavoura, mas era na roça mesmo*. (S11)
> *Urbana, inclusive o meu certificado é de lavrador, acabou voltando para aquilo que mais gosta que é a terra*. (S8)
>
> *Morava na cidade. Trabalhava de servente de obras; como diz quebra galho.* (S7)

Podemos dizer que todos os entrevistados têm origem no meio rural, porém, considerando a migração do homem do campo para a cidade, nas décadas de 1960 a 1970. Tendo em vista que não aprenderam outra profissão a não ser lidar com a

terra e o gado, submetem-se a atividades de pouco prestígio profissional, na hierarquia das profissões. Por isso mesmo, o fato de estarem no assentamento e de ser delegada a eles alguma função, no MST, resgata-lhes, parcialmente, a dignidade. Aliás, a entrevista procurou conhecer as funções que cada um dos entrevistados exerciam na estrutura organizacional do MST.

Segundo os entrevistados, existem funções e atribuições para todos, sejam homens e mulheres.

> *Aqui, a minha função no MST é da produção. Aqui eu acompanho cada coisa. Tem um setor de serviço, mexer com cerca, gado.* (S9)
>
> *Antes eu era coordenador de saúde. Então eu pedi pra sair porque o trabalho tava muito forte. Hoje tem minha filha.* (S3)

A função das mulheres restringe-se aos trabalhos de limpeza e cozinha, quando ocorrem alguns eventos organizados pelo MST, no assentamento. De acordo com nossas informações quanto à função da mulher, no assentamento, acreditamos que há indícios de que o trabalho delas ainda é restrito às questões domésticas. Neste caso, ainda permanece a hierarquia no desempenho das funções de comando.

Ainda com relação às atividades desempenhadas pelos assentados, principalmente no que diz respeito às crianças e aos idosos, ficaram ambíguas as respostas dos assentados. De acordo com eles, os filhos substituem os idosos em algumas tarefas e/ou atividades, como o cultivo de hortaliças e outras.

A fim de conhecer as condições de sustento das famílias dos assentados, na Fazenda Sanharó, formulamos algumas questões sobre: o que eles produziam se recebiam alguma ajuda de órgão oficial. Com relação à renda, eles explicam:

> *A não ser bolsa família não tem outra renda não.* (S8)
>
> *Daqui de dentro num tem não. Eu sô aposentado. Mas se não tiver outro meio de pular pra lá e pra cá.* (S6)
>
> *Não. Daquilo que se colhe às vezes para pagar uma conta de luz, trabalha prum vizinho. Aos redores tem nossos amigos; pequenos fazendeiros. Eles oferecem trabalho e outros, bolsas famílias.* (S5)

Podemos perceber que a maior parte da renda dos assentados vem dos programas sociais do governo, como o Bolsa Escola, a aposentadoria, e de pequenas colheitas de subsistência e até mesmo de serviços prestados aos fazendeiros. A nosso ver, o trabalho que alguns dos assentados prestam para os fazendeiros é uma

contradição, pois nega tudo aquilo que o MST prega, em sua bandeira de luta. Na verdade, porém, a morosidade do longo processo de ocupação deixa os acampados com poucas opções para uma geração de renda que venha a sustentar a sua família. É perceptível a falta de condições materiais em que se encontram os assentados na Fazenda Sanharó. Constatamos que a ocupação de terras, por si só, não contribui para a melhoria das condições de vida dos assentados, pois no acampamento encontram-se famílias reproduzindo a miséria; abandonados ou entregues à própria sorte, concorrendo para que muitos tenham que “pular pra lá e pra cá”; ou seja, “se virarem”, do jeito que podem. É no âmbito deste “pra lá e pra cá” que eles também informam que plantam os alimentos de primeiras necessidades, tais como arroz, milho, fava, feijão catador, abóbora, melancia.



FOTO 9 – Plantio de cultura de subsistência: feijão e milho.
Fonte: FEITOSA, A.M.A em 2007.

A foto 9 ilustra o cultivo consociado de feijão e milho dos sem-terras ocupantes da Fazenda Sanharó.

Destacamos que, no assentamento, há produção coletiva e a produção individual. Com relação ao plantio coletivo, o que se produz é dividido entre os

assentados. Com relação ao plantio individual, cada um tem o seu pedaço de terra para plantar, colher e comercializar na cidade.

Constatamos também que três dos entrevistados possuem algumas cabeças de gado. Questionados se o gado integrava o coletivo, respondem que não. A criação de gado é individual, possibilitando-lhes fazer queijo para o sustento e também negociar na cidade. Outras atividades são desenvolvidas individualmente no assentamento, como produção de mel, aves, suínos etc.

Observamos que, para auferir alguma renda financeira que permita aos assentados cobrir despesas de água, luz, gás etc., eles dependem mais do esforço individual. Por fim, procuramos indagar como é o relacionamento entre as famílias, no acampamento. O depoimento dos dois primeiros entrevistados revela que o relacionamento é um pouco complicado: "*O relacionamento é razoável. Não é cem por cento. O senhor sabe que tem acampamento, por aí, que tem atritos mais pesados*. (S1)".

Esse comentário revela que o relacionamento não é tão bom no âmbito geral dos acampamentos coordenados pelo MST, segundo o assentado, porém, há acampamentos em que os atritos são mais pesados.

Outro acampado confirma o depoimento do primeiro e explica a forma de resolvê-los,internamente.

> *Não deixa de ter umas conversinhas quando o caso é assim, às vezes alguma discussão, a gente senta com as famílias dá uma conversada para poder se entender um com o outro.* (S2)



FOTO 10 – Reunião na sede do acampamento Estrela do Norte.
Fonte: Paulo Facchion em 2004.

A foto 10 mostra a reunião na sede do acampamento Estrela do Norte com representantes da CPT, Paulo Facchion, Avilmar Ribeiro e as lideranças estaduais e regionais do MST,Cristiano,,Geraldinho e outros integrantes.

Porém, o relato do próximo entrevistado é bastante divergente e contraditório, no que diz respeito à posição dos dois primeiros:

> *Nós não tem nenhum problema. Nóis vive em paz. Sempre tem um dizacertozinho mínimo. Às vezes tem um desentendimento, mais a gente conscientiza. A gente consegue controlar*. (S3)

Na verdade, pela posição que esse entrevistado ocupa no quadro do MST, o seu discurso não poderia ser diferente. Este é um dos integrantes do MST formado na região. Neste caso, ele procura amenizar o seu posicionamento, embora o seu discurso seja contraditório, quando ele afirma que "*nóis não tem nenhum problema"* (S3).

Ainda neste sentido outro entrevistado, o "homem de chumbo" [26], faz sua análise de forma pessoal. "*Até o presente momento, graças a Deus eu não tenho nenhum problema com ninguém*. (S4)."

[26] Homem de chumbo: trata-se do assentado que tomou tiro de cartucheira e possui chumbo por todo o corpo.

De modo geral, na visão dos integrantes do acampamento Estrela do Norte, o relacionamento é considerado muito bom, em relação aos problemas apresentados em outros acampamentos do MST da Brigada Camilo Torres.

Por fim, nota-se que a ocupação de terras é um primeiro passo na conquista social da luta pela terra pelos integrantes do MST, porém, não é o suficiente. Após a ocupação, um fator determinante na consolidação da espacialização, territorialização da fazenda Sanharó foi o fato de aproximadamente 80% dos integrantes do MST terem suas origens na zona rural. Isso possibilitou-lhes desenvolver uma agricultura de subsistência, bem como outros caminhos alternativos para aumentar a sua renda e contribuir com o sustento de suas famílias. Percebe-se, também, que foram essas dificuldades/obstáculos, no início da ocupação, que fortaleceram o sentimento de grupo dos acampados da fazenda Sanharó (acampamento Estrela do Norte).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos as problematizações que levantamos no início do trabalho: que fatores vêm provocando o processo de mudança na estratégia de luta do MST no Brasil para a forma de brigadas e quais são suas repercussões na constituição da Brigada Camilo Torres, no norte de Minas Gerais? Quais os elementos que contribuíram/contribuem para a reorganização do espaço e territorialização do MST, no norte de Minas Gerais? Qual a forma de organização do MST na Brigada Camilo Torres, considerando a experiência do acampamento Estrela do Norte?

O movimento social de luta pela terra na região do Norte de Minas, iniciou-se com os excluídos do sistema capitalista, a "turma da beira da estrada", termo regional que identifica os desempregados de várias categorias sociais do norte de Minas, que se agrupam em torno do objetivo comum de luta pela posse da terra e acampam nas margens de estradas/rodovias. Apesar da falta de uma direção no início das lutas, esses homens tentaram encontrar caminhos para atingir o seu objetivo: a terra. Nessa travessia de conflitos e tensões, a participação da CPT foi de extrema relevância para a conscientização e resistência da "turma da beira da estrada", até a ocupação da Fazenda Sanharó.

Com a entrada do MST na região do norte de Minas, houve o avanço, em curto espaço de tempo, de ocupações de terras e da organização do movimento, o que proporcionou segurança aos integrantes do MST para continuarem na luta contra os grandes proprietários e o latifúndio.

O MST chegou para dar organização e estratégia de luta, legitimando o interesse da "turma da beira da estrada"; que é conquistar o uso social da terra. Com a ocupação da Fazenda Sanharó (atual Acampamento Estrela do Norte), os acampados da beira da estrada tornam-se militantes do movimento social; e com essa ocupação iniciou-se uma nova estratégia de luta pela posse da terra, que se expandiu por todo o sertão norte Mineiro.

Essas áreas ocupadas pelos agricultores, orientados e coordenados por diversos movimentos sociais, entre os principais o MST, expressam o vigor da luta pela terra na região e constituem espaços geradores de novos ordenamentos territoriais,

produzindo efeitos políticos e socioeconômicos fundamentais para a dinâmica agrária do norte do estado de Minas Gerais.

Com as novas estratégias de luta, diferenciadas das costumeiras lutas isoladas dos posseiros do norte de Minas Gerais, o MST faz e organiza ocupações, desafiando as elites agrárias, enfrentando os jagunços (braços armados dos fazendeiros), espacializando e territorializando a luta pela terra com novas formas e modelos de organização socioterritorial, denominados Brigadas.

A Brigada apresenta elementos de uma ruptura com os conceitos tradicionais de espacialização e territorialização oficialmente criados pelo Estado e as categorias geográficas se confirmam no fato de a Brigada se organizar pelo número de famílias e não por espaço geográfico/território. Nesse sentido, há uma nova estratégia de luta pela posse da terra, uma vez que a Brigada transgride os limites das categorias geográficas de espaço/território/região, conceitos oficialmente utilizados pelo Estado e pelos seus órgãos oficiais.

Nesse sentido, a Brigada tem um caráter singular e original, pois faz parte das estratégias de luta e ação do MST, transcendendo “velhas questões” – como a tradicional luta dos posseiros no norte de Minas, a divisão administrativa das grandes regionais – e “reitera a necessidade de olhar de uma maneira nova uma realidade” (RIOS, 2002, p. 157).

Essa demanda reprimida de sem-terras é inerente ao processo capitalista de expropriação e especulação, de acumulação de capital fundiário e da contradição, desse mesmo processo capitalista, de expulsar dos seus meios e modos de produção aqueles que já não fizerem parte desse mesmo processo.

Percebemos que a burocratização estatal, amparada na Constituição, que outorga ao Governo Federal o direito de promover a Reforma Agrária no país, provoca morosidade nos processos de concessão de terras. A Reforma Agrária estanca na burocracia estatal, emperrada pela incompetência para atender essa demanda em suas múltiplas escalas: locais, regiões e estados da Federação brasileira.

É por isso que o MST mobiliza frentes de massa e ocupações de terra improdutivas, cujo objetivo é agilizar o processo de reforma agrária no país, especificamente na região do Norte de Minas.

Os conflitos e tensões provocados, de um lado, pelos sem-terra, que utilizam a ocupação como forma de ter acesso à terra, como início do processo da conquista

da terra, e de outro lado, pelos representantes dos latifúndios e terras improdutivas, terminam em uma luta que, no contexto histórico dessa demanda, já provocou assassinatos e chacinas, em vários estados do Brasil.

Essas ações organizadas de luta pela terra e as ocupações efetuadas pelos trabalhadores sem-terra, do MST no norte de Minas Gerais, reafirmam e reforçam a discussão sobre a necessidade da Reforma Agrária na região e a importância do uso social da terra em suas dimensões políticas, econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento local. In: Seminário – Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: novas perspectivas. Fortaleza. Nov. 1998. p. 301.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Estudos Rurais. Campinas: Hucitec, 1992.

_____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 94-136.

AGÊNCIA BRASIL DE FATO. Ano 5, número 248, Dezembro de 2007. p. 4. (Edição Especial – Transnacionais).

AGUIAR, R.C. A modernização desigual da agricultura brasileira. In: ___ **Abrindo o pacote tecnológico:** Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília, 1986.

ANDRADE, D. A.. **Ao povo do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 29, out., 2003. p. 2.

ANDRIOLI. Antonio Inácio. A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade. **Rev Esp Acad**. n. 31. dez., 2006. Disponível em < http://www.espacoacademico.com.br/031/31andrioli.htm>. Acessado em 31 Dez. 2006.

BEZERRA NETO, L.. **Sem-terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 188.

BOBBIO, N.. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. tradução de Marco Aurélio Nogueira 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 173.

BOFF, L.; BETTO, F.; BOGO, A.. **Valores de uma prática militante**. 4 ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: consulta popular, 2005. p. 74. (Cartilha Nº 9)

BOGO, A.. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999. p. 160.

BOMBASSARO, L. C.. **As fronteiras da epistemologia**: como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 142.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 212.

_____. **Plantar, colher comer**: um estudo sobre o campesinato goaiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 181.

_____. **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 252.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 440.

CARVALHO, A. V.. **Reforma Agrária**: significado e viabilidade. Petrópolis: Vozes, 1982.

COMPARATO, B. K. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 237.

CONTAG. Rumo a um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: **7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília: CONTAG, 1998.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007. LAGEA, 2007, NERA, 2007, p. 11.

DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Thomas; SUZIGAN, Wilson (org.). **Historia econômica do Brasil contemporâneo.** São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 280.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985. p. 240.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **Caderno de Estudo 2**: literatura e formação da consciência. Guararema: ENF, 2007. p. 95.

_____. **Caderno de Estudo 3**: o legado de Che Guevara*.* Guararema: ENF, 2007. p.80.

FARIAS, F. B. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000. p. 73.

FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS Jr., J.. (org.). **Debaixo da Lona***:* tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. UCG, 2006. p. 280.

FERNANDES, B. M. **MST:** formação e territorialização em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 318.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 120. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 92)

FERREIRO, E. (org.). **Os filhos do analfabetismo**: propostas para a alfabetização escolar na América Latina. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 107.

FRANCIS, D. G.; GONÇALVES, R.; PESSOA, V. L. S.. **Comunicação profissional**: o ensino, a extensão e a pesquisa como práticas de construção do conhecimento. Uberlândia: Ed. UNIMINAS, 2004. p. 122.

GADOTTI. M. **Pedagogia da terra***.* São Paulo: Petrópolis, 2000.

GARCIA, P.; SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio –** Efeitos da Lei de 1850. Campinas Editora da Unicamp, 1996. p. 81.

GUEDES PINTO, L. C. (1995). Política agrária en BRASIL; reflexiones sobre una experiência inoperante. In: REYDON, BP., RAMOS, P (orgs.). **Mercado y políticas de tierras**. Campinas/São Paulo, BRASIL: IE/UNICAMP. p. 66.

GIDDENS, A. **Estado-Nação e a violência**. v. 2. Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: Ed. USP, 2001. 149p. (Clássicos 22)

GOHN, M. G. M. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 182.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais***:* a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003. p. 213.

GONÇALVES, H. A.. **Manual de projetos de pesquisa cientifica**. São Paulo: AVERCAMP, 2003. p. 68.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar***.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira***.* Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

_____. **O novo rural brasileiro***.* Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

_____. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Campinas: ABRA, 1996.

_____. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 104.

_____. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 193.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da terra**: o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 1991. p. 94.

_____. **O carma da terra no Brasil**. São Paulo: A Girafa, 2004. p. 344.

GUIMARÃES, A. P.. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 255.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NOVANO, Z. (org.). **Reconstruindo a agricultura***:* idéias e idéias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

HADDAD, F. (org.). **Desorganizando o consenso**: nove entrevistas com intelectuais à esquerda. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 168.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização***:* do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 400.

KAGEYAMA, A. A questão agrária: interpretações clássicas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária,** Campinas. ABRA, v. 23, n. 3 set/dez, 1993.

KOSIK, K. **Dialética do concreto***.* Tradução de Célia Neves e Alderico Toriba, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995. p. 248.

MARTINS, J. S.. **A militarização da questão agrária do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 134.

_____. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: HUCITEC, 1989. p. 147.

_____. **Não há terra para plantar neste verão***.* Petrópolis: Vozes, 1986. p. 112.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O cativeiro da terra**. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 157.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 174.

_____. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 238.

_____. **A reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Ed. USP, 2004. p. 173.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999. p. 279.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNSRID, 2002. p. 127.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 17. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1989.

MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais, Inovação Cultural e o Papel do Conhecimento – uma entrevista de Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. In AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Democratização**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 1994.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **O movimento de libertação dos sem terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil.** 2002. 315f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2002.

MIYAMOTO, S.. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995. p. 257.

MORAES SILVA, M. A. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo. Ed.UNESP, 2004. p. 135.

MORAIS, C. S.. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1986. p. 58. (Caderno de Formação nº 11)

MORIGI, V. **Escola do MST**: uma utopia em construção. Porto Alegre, RS: Mediação, 2003. p. 96.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 256.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de invasão e expulsão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 250. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

_____. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 100.

_____. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988. p. 78.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **As experiências clássicas de cooperação agrícola**: Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/CONCRAB, 2001. p. 40. (Caderno das Experiências Históricas de Cooperação Nº 03)

_____. Setor de Educação. **Pedagogia do Movimento Sem Terra***:* acompanhamento às escolas. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Setor de Educação, 2001. p. 64. (Boletim da Educação n. 8)

_____. Movimento Consulta Popular. **O que levar em conta para organização do assentamento**: a discussão no acampamento. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/CONCRAB, 2001. p. 33. (Caderno de Cooperação Agricola n. 10)

_____**. Construindo o caminho.** São Paulo, 2001. p. 248.

_____. Instituto Técnico de Capacitação da Reforma Agrária. **O MST e a pesquisa**. São Paulo: MST/ITERRA, 2001. p. 65. (Cadernos do ITERRA n. 3)

_____. Instituto Técnico de Capacitação da Reforma Agrária. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: levantamento bibliográfico. São Paulo: MST/ITERRA, 2002. p. 39. (Cadernos do ITERRA n. 4)

_____. Setor de Formação. **Desafio da formação**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Setor de Formação, 2003. p. 44.

_____. Setor de Educação. **Educação no MST***:* balanço 20 anos. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Setor de Educação, 2004. p. 71. (Boletim da Educação n. 9)

_____. **Agenda 2005**. SP: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2005. (Contracapa)

_____. Setor Nacional de Formação. **Método de trabalho e organização popular**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Setor Nacional de Formação, 2005. p. 170.

_____. Setor de Formação. **O funcionamento das brigadas do MST**. São Paulo: Setor de Formação do MST, 2005.

_____. Setor Estadual dos Trabalhadores Rurais sem Terra/MG. **A participação popular na conquista do direito à saúde**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Setor Estadual dos Trabalhadores Rurais sem Terra/MG, 2006. p. 19. (Caderno de Estudo em Saúde Coletiva n.1)

_____. Movimento Consulta Popular. **Os núcleos**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2006. p. 40. (Cartilha n. 17)

_____. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST. **Sistema de experiências agroecológicas do MST**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2007. p. 75.

OLIVEIRA, A. U.. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. p. 45-66.

OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L.. et al (org.).. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 428.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1961.

_____. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993. p. 269.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil/Ignácio Rangel**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

REVISTA CAROS AMIGOS, São Paulo: Casa Amarela, nov.1997, p. 29., ano 1.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. 2. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 172.

RIBEIRO DOS SANTOS, G. (org.). **Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas Gerais**. Montes Claros: Best, 1997. p. 202.

RIOS, T. A.. Competência ou competências – o novo e o original na formação de professores. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C.. **Didática e práticas de ensino**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 154-87.

ROSENFIELD, D. L.. Invasões legitimadas. **Folha de São Paulo**, Caderno Opinião (Tendências e Debates), 9 abr, A1, 2008. p. 5.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 273.

SANTOS, S. N.. **A procura da terra perdida:** para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. f. 138. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte 1985. [datilografada]

SAVIANE, D. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F., FREITAS, N. E. **Guia para normalização de Trabalhos Técnico-Científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 4. ed. rev. ampl. Uberlândia: UFU, 2004. p. 158.

SOARES, V.. MST faz marcha pela cidade é quer cumprimento de pauta. **Gazeta Norte Mineira**, Montes Claros, ano 4, 12 jun. 2003. p. 3.

SOUZA, A. J.; SOUZA, E. B. C.; MAGNONI Jr. L. (org.) **Paisagem, território, região**: em busca de identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p. 283.

SOUZA, M. A.. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 135.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M.. **Brava gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. FPA, 1999. p.168.

STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje***.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. As armas do MST. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 39, p. 31-37. jun., 2000. Casa Amarela, 2000. p. 51.

TEDESCO, J. C.. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001. p. 405.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINE, Alain. **Poderemos Viver Juntos? iguais e diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1999.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

SITES:

ABDA: <http://www.abda.com.br/texto/AntonioBuainain.pdfte>. Acesso em: 01 jan. 2007.

FUNDAJ:<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=308&textCode=4193&date=currentDate>

GEOMINAS: <http://www.geominas.mg.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2008.

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2008.

WIKIPEDIA: <http://www.wikipedia.org>. Acesso em: 13 nov. 2007.

WIKIPEDIA:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_da_Liberta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 11 out. 2008.

WIKIPEDIA:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Local>. Acesso em: 20 out. 2008.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO: A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST: A BRIGADA CAMILO TORRES

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

ELABORAÇÃO: Antônio Maurílio Alencar Feitosa

IDENTIFICAÇÃO

ENTREVISTADOR: _____DATA: __/___/_____
ACAMPAMENTO:
_____
LOCALIZAÇÃO:
_____
NOME DA PROPRIEDADE:
_____
PROPRIETÁRIO:
_____

1 – DADOS PESSOAIS
1.1 Faixa Etária:
( ) 25 – 30
( ) 30 – 35
( ) 35 – 40
( ) 45 – 50
( ) 50 – 55
( ) Acima de 60
1.2 Gênero
( ) Masculino
( ) Feminino
1.3 Tempo de acampamento
( ) de 1 a 2
( ) de 2 a 3
( ) de 3 a 4
1.4 Escolaridade
( ) Ensino fundamental incompleto
( ) Ensino médio
( ) Ensino superior
1.5 Número de Filhos
( ) de 1 a 2
( ) de 2 a 3
( ) de 3 a 4
( ) outros _____

2. Qual é o tempo de militância no MST?

3. Qual(is) os motivos que levaram a participar deste movimento social?

4. Qual era a atividade exercida antes de integrar o movimento MST?
5. Antes de ingressar no movimento social, a sua residência era zona rural ou urbana?

6. Qual a sua função no MST?

7. Qual é o papel desempenhado no movimento:
   a) das mulheres:
   b)das crianças:
   c)dos idosos:

8. Quantas pessoas residem na casa?

9. Têm moradia no acampamento?

10. A família possui alguma renda extra? Qual a origem?

11. Como é o relacionamento entre os membros do assentamento?

12. O que levou a família a ingressar no movimento dos “Sem-Terra”?

13. O que se produz no assentamento?

14. Já receberam incentivos de algum órgão estadual?Qual?

15. Existem cooperativas ou associações no assentamento?Qual e como funciona?

16. Quais são as parcerias estabelecidas pelo movimento com a sociedade?

16.1 A partir de quando surgiu a idéia no movimento de estabelecer parceria com outras instituições?Porque a idéia da parceria para o movimento?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta comunidade está sendo convidada a participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, entretanto a decisão é toda sua.

Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e decida sobre a participação da Comunidade.
Esclarecemos que seus dados pessoais são mantidos em rigoroso sigilo.

Eu,_____
, portador da RG nº_____ nascido em _____
concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa realizada pelo mestrando Antônio Maurílio Alencar Feitosa, matriculado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST: A BRIGADA CAMILO TORRES

Declaro que obtive as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que: o estudo se refere às luta pela posse da terra no Norte de Minas em formas de brigadas por meio da atuação do MST. Participarão da pesquisa 10 famílias de acampados na Fazenda Sanharó (Acampamento Estrela do Norte). O levantamento dos dados desejados na pesquisa em questão acontecerá através de questionários e entrevistas e serão posteriormente analisados.
Eu ou qualquer entrevistado do Acampamento Estrela do Norte tem a liberdade de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. Tal desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem estar físico.
As informações obtidas nesse estudo serão mantidas em sigilo, e, em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados ou de qualquer membro desse acampamento não serão mencionados.
Caso eu deseje, ou qualquer membro desse acampamento, poderá tomar conhecimento pessoalmente dos resultados ao final desta pesquisa.
DECLARO que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento com o consentimento do MST.

Montes Claros, _____ de _____ de 2008.

ANEXO C – DOCUMENTOS SOBRE A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS GERAIS

DENÚNCIA PÚBLICA
E SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS

MINISTÉRIO PÚBLICO — MONTES CLAROS
PROTOCOLO Nº: 223/02 Data: 26/12/02
Distribuição / Promotoria: CRIMINAL
Assinatura: _____ MAMP: 1235
Erico S. Lima Villasboas
Técnico Ministério Público

À
Promotoria Pública da Comarca de Montes Claros
Ministério da Justiça
Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária
Secretaria Nacional dos Direitos Humanos
Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-MG
Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER-MG

Há quase dois anos, aproximadamente 50 famílias se encontram acampadas na Estrada da Produção, próximo a cidade Montes Claros, **à beira** da Fazenda Sanharó, reivindicando a desapropriação da mesma, de maneira pacífica e ordeira.

No dia 22/12/2002, domingo, por volta das 7:30 horas, o Sr. Agnelo Cardoso Vieira, 68 anos, acampado há 9 meses **à beira** da referida fazenda, foi abordado por um pistoleiro conhecido pelo nome de Cleiton, parente de Alceu Proença, criador de gado na fazenda já citada a qual não lhe pertence, também presente na ocasião, além de duas crianças de aproximadamente 7 anos de idade, todos os quatro à cavalo.

Subitamente, Cleiton ameaçou Sr. Agnelo e os demais acampados lá presentes, dizendo "tacar alguma coisa em cima deles", além de proferir vários insultos de baixo escalão. Disse ainda que era proibido usar a vegetação local como banheiro, pretexto usado para o que viria a seguir. Sr. Agnelo respondeu dizendo que não havia outro lugar onde eles poderiam realizar suas necessidades fisiológicas. Seguiram-se assim mais ofensas por parte de Cleiton, iniciando uma rápida discussão, que terminou com este empunhando uma espingarda cartucheira e atirando contra o Sr. Agnelo, situado a frente do seu barraco na área da rodovia, atingindo-o na cabeça, pescoço, no peito e nas mãos. Com esses ferimentos o Sr. Agnelo correu para dentro do barraco, onde sofreu nova ameaça, já que Cleiton trocara o cartucho da arma e pedia para que o Sr. Agnelo saísse para ele poder dar outro tiro. Enfim o pistoleiro deu meia volta e partiu, juntamente com Alceu Proença e os dois meninos, em direção à fazenda.

Sr. Agnelo foi prontamente socorrido por Sr. José Miguel Ribeiro, um dos acampados lá presentes durante o episódio, que o levou ao Hospital Haroldo Tourinho onde foi atendido. Em seguida Sr. José Miguel registrou ocorrência na Polícia, que foi com ele até o local do crime. Lá, também foi chamado o Sr. Alceu Proença, que disse não revelar o nome do homem que atirou, conhecido somente por Cleiton.

Sabedores da impunidade que reina no campo em relação aos crimes do latifúndio, preocupados com a vida dos acampados e com o clima de tensão iniciado com esta tentativa de assassinato, é que assinamos no verso desta página, esta denúncia pedindo providências.

Montes Claros – MG, 24 de dezembro de 2002.

Alcimar Rocha dos Santos CPT MG
Paulo Roberto Baccon - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORTE MINAS

Agnelo Cardoso Siqueira - MG. 5.750.612 SSP/MG

José Miguel Alves MG 811.366 SSP/MG

ASSOC TRAB. RURAIS SEM TERRA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS - ATRUST - MOC
HAROLDO FERRAZ DA SILVA - PRESIDENTE

Luiz Pereira Dias - DIRETOR DO MEIO AMBIENTE ATRUST - MOC

Mineirina Cardoso da Silva - Pastoral da Criança
Dôma Gomes de Oliveira - Casa de pastoral Comunitária
Celecina Rodrigues Nadureira - ECAM - Eq. Rural, paróquia S. Sebastião
Carlos de Jesus Martins
Gilmar Nicodemos Ramos Pres. Associação B. Alterosa

Aldair Fagundes Brito
VEREADOR

Vereador: Lipa Xavier
Líder do PC do B

Sued Parrela Botelho
Vereador - PT

MINISTÉRIO PÚBLICO – MONTES CLAROS
PROTOCOLO Nº: 28/03 Data: 05/02/03
Distribuição / Promotoria: CRIMINAL (Dr. Ernani)
Assinatura: MAMP: 1235
Técnico Ministério Público

Continuidade de denúncia pública e solicitação de providências (se é que virão)

À(ao)

Promotoria Pública de Montes Claros/MG
Ministério da Justiça
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Departamento de Promoção dos Direitos Humanos
Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais
Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MG
Instituto de Terras – ITER/MG
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONEDH

No dia 24.12.2002, foi enviada a todos os órgãos acima mencionados uma denúncia pública e solicitação de providências a respeito de uma tentativa de assassinato de um sem terra acampado fora da Fazenda Sanharó. O atentado ocorreu no dia 22.12.2002, por parte de um pistoleiro chamado Cleiton, parente ou empregado de Alceu Proença, criador de gado na referida fazenda, que se encontra em litígio e já vistoriada pelo INCRA.

Depois disso, as atrocidades não pararam. Entre os dias 10 e 11 de janeiro de 2003 – portanto, depois de feita a denúncia –, o indivíduo Alceu Proença aproveitou a ausência de sem terras no acampamento e ateou fogo em 54 barracos de lona existentes às margens da Estrada da Produção, fora da Fazenda Sanharó, havendo perda total das barracas, camas, colchões, etc., conforme Boletim de Ocorrência nº 1713/2003 fl. 02/02 e notícias publicadas no Jornal de Notícias de 15.03.2003.

Como retorno da primeira denúncia, mesmo recebida e protocolada pelos órgãos acima mencionados, recebemos apenas uma correspondência do secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, afirmando ter encaminhado à Ouvidoria Agrária Nacional o pedido de análise da denúncia.

SERÁ QUE SÓ APÓS ALGUMA TRAGÉDIA COM REPERCUSSÃO NACIONAL É QUE MEDIDAS SERÃO TOMADAS NO INTUITO DE CONTER A IMPUNIDADE E FAZER PREVALECER A JUSTIÇA?

Montes Claros, 04 de fevereiro de 2003

Paulo Roberto Faccion
CPT Norte de Minas

Alvimar Ribeiro dos Santos
CPT/MG

ANEXO: 05 FOTOGRAFIAS DOS ATENTADOS (RESULTADOS)

Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas
Rua Grão Mogol, 313 - Centro
39.400-056 - Montes Claros/MG
Fone: (38) 3221 2982

Montes Claros, 04 de setembro de 2003

Ao Sr.
Luiz Chaves
Diretor do Instituto de Terras de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG

Prezado Senhor,

A Comissão Pastoral da Terra vê com bastante preocupação a reintegração de posse da Fazenda Sanharó, tendo em vista que no acampamento há um grande número de crianças e adolescentes que, em sua maioria, estão estudando em escola próxima à Fazenda. Sair do acampamento causará uma grande interrupção no andamento dos estudos destas crianças e adolescentes. No acampamento há ainda um número significativo de gestantes e pessoas idosas, como segue na lista em anexo. A nossa preocupação é que estas pessoas venham a sofrer agressões físicas.

Informamos ainda que serão enviadas via sedex as fotos de crianças e adolescentes do acampamento.

Contando com seu esforço no sentido de garantir o bem estar destas pessoas, conforme expresso anteriormente, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Alvimar Ribeiro dos Santos
Comissão Pastoral da Terra

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AO POVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por seu Presidente, vem a público repudiar decisão prolatada pelo Juiz da Vara Agrária deste Estado, Dr. Cássio Salome, que determinou a reintegração de posse da Fazenda Sanharó, situada em Montes Claros, vez que se trata de fazenda com produtividade ZERO já objeto de procedimento administrativo de desapropriação; promove a tensão no campo; apresenta gravissimas irregularidades na cadeia dominial, tendo, inclusive, sido negociada com fraude à execução, conforme reconhecido judicialmente. De ressaltar que tais considerações foram confirmadas por esta Comissão de Direitos Humanos, quando, no dia 27 do corrente mês e ano, esteve no local do conflito e realizou Audiência Pública na Câmara Municipal de Montes Claros. Registre-se que este Presidente, juntamente com o Deputado Roberto Ramos e membros do Ministério Público Estadual, pessoalmente constatou a presença de individuo portando arma de alto potencial ofensivo na Fazenda Canoas, vizinha à Fazenda Sanharó, cuja suposta posse também seria atribuída à família "Proença", o que veio a confirmar as alegações dos trabalhadores rurais no sentido de que estão sendo frequentemente constrangidos e ameaçados por "jagunços".

'A evidência, tal imóvel não vem cumprindo a função social exigida pela Constituição Federal. Tal decisão, de certo, estimulará e acirrará o conflito na região, já assolada pela exclusão social e pela intensa violência no campo, esta proporcionada por integrantes da família "Proença". Ainda pela própria constatação pessoal quando da citada visita ao local, foi verificada a presença de centenas de famílias, com inúmeras crianças e idosos, certamente destinatários, em futuro próximo, do imóvel do qual pretende despejar o Juiz Agrário. Esperamos que a insensatez da decisão não se revele ainda mais diante de prováveis violências e ceifamento de vidas, cuja responsabilidade certamente não se furtará o Estado de Minas Gerais, pelos Poderes Judiciário e Executivo, este executor da lamentável e injusta decisão.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2003

Durval Ângelo Andrade
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALEMG

Editoria de Política/ Minas/ Cidades
Sugestão de Pauta

Deputados pedem apuração da Corregedoria da PM sobre denúncias de conivência de policiais com milícias armadas no Norte de Minas

Deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia se reunirão, **amanhã, 30/10, às 11h**, com o corregedor da Polícia Militar, Coronel Cláudio Lélis, à **Rua Espírito Santo, 466**. Eles vão entregar ao corregedor a fita filmada pela Comissão e o Ministério Público, no último dia 27, em Montes Claros, na qual foi registrada a presença de "jagunços" armados em fazendas.

Segundo o presidente da Comissão, deputado Durval Ângelo, do PT, os parlamentares vão pedir ao corregedor que apure a atuação da PM, no que se refere aos conflitos agrários no Norte de Minas. Isto, porque durante a audiência pública sobre o tema, realizada em Montes Claros também no dia 27, o comandante da PM na cidade afirmou que, nas vistorias feitas pela polícia nas fazendas, não haviam sido encontradas armas. No entanto, em apenas uma visita, a Comissão de Direitos Humanos e o Ministério Público conseguiram flagrar e filmar "jagunços" armados. Também foram apresentadas, durante a audiência pública, diversas denúncias de que a polícia estaria sendo conivente com as milícias armadas contratadas pelos fazendeiros para o confronto com os trabalhadores sem-terra.

Já **nesta quarta-feira (29/10)**, o deputado se encontra, **às 17h30** com o superintendente da Polícia Federal, Oswaldo Varella, a quem solicita a intervenção do Órgão para a apuração da existência de milícias armadas no Norte de Minas.

O deputado Durval Ângelo também divulgou manifesto, no qual repudia a decisão do juiz da Vara de Conflitos Agrários, Cassio Salomé, que determinou o despejo de famílias de trabalhadores sem-terra que estavam acampadas na Fazenda Sanharó, em Montes Claros, a qual é improdutiva já está em processo administrativo de desapropriação. **(Manifesto anexo)**

29/10/2003
Gabinete do Deputado Durval Ângelo/ PT
3290 7245

Editoria de Política/ Minas/ Cidades
Sugestão de Pauta

Deputados pedem apuração da Corregedoria da PM sobre denúncias de conivência de policiais com milícias armadas no Norte de Minas

Deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia se reunirão, **amanhã, 30/10, às 11h**, com o corregedor da Polícia Militar, Coronel Cláudio Lélis, à **Rua Espírito Santo, 466**. Eles vão entregar ao corregedor a fita filmada pela Comissão e o Ministério Público, no último dia 27, em Montes Claros, na qual foi registrada a presença de "jagunços" armados em fazendas.

Segundo o presidente da Comissão, deputado Durval Ângelo, do PT, os parlamentares vão pedir ao corregedor que apure a atuação da PM, no que se refere aos conflitos agrários no Norte de Minas. Isto, porque durante a audiência pública sobre o tema, realizada em Montes Claros também no dia 27, o comandante da PM na cidade afirmou que, nas vistorias feitas pela polícia nas fazendas, não haviam sido encontradas armas. No entanto, em apenas uma visita, a Comissão de Direitos Humanos e o Ministério Público conseguiram flagrar e filmar "jagunços" armados. Também foram apresentadas, durante a audiência pública, diversas denúncias de que a polícia estaria sendo conivente com as milícias armadas contratadas pelos fazendeiros para o confronto com os trabalhadores sem-terra.

Já **nesta quarta-feira (29/10)**, o deputado se encontra, **às 17h30** com o superintendente da Polícia Federal, Oswaldo Varella, a quem solicita a intervenção do Órgão para a apuração da existência de milícias armadas no Norte de Minas.

O deputado Durval Ângelo também divulgou manifesto, no qual repudia a decisão do juiz da Vara de Conflitos Agrários, Cassio Salomé, que determinou o despejo de famílias de trabalhadores sem-terra que estavam acampadas na Fazenda Sanharó, em Montes Claros, a qual é improdutiva já está em processo administrativo de desapropriação. **(Manifesto anexo)**

29/10/2003
Gabinete do Deputado Durval Ângelo/ PT
3290 7245

Montes Claros, 30 de outubro de 2003

Ilmº Sr.
Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional
SBN – Quadra I – Palácio do Desenvolvimento
9º andar – Sala 915
70.057-900 – Brasília/DF

Prezado Senhor,.

No dia 27.10.2003, aconteceu em Montes Claros uma audiência pública, que contou com a presença de deputados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Estiveram também presentes o Dr. Afonso Henrique de Miranda, procurador de justiça do Centro de Operação de Justiça dos Direitos Humanos e Conflitos Agrários, e membros do Ministério Público Estadual.

Esta Comissão, momentos antes da audiência, teve a oportunidade de constatar, inclusive com filmagem e entrevista, um fato que vem sendo denunciado desde maio deste ano pela Comissão Pastoral da Terra – CPT – e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: a presença de indivíduos portando arma de alto potencial ofensivo na Fazenda Canoas, vizinha à Fazenda Sanharó.

Após a audiência, na qual os fazendeiros do Norte de Minas e a Polícia Militar de Minas Gerais foram duramente criticados, o Dr. Cássio Salomé, juiz da Vara Agrária deste Estado, determinou, no dia 29.10.2003, a reintegração de posse da Fazenda Sanharó, desconsiderando o fato de que esta apresenta produtividade zero, é objeto de procedimento administrativo de desapropriação e acumula gravíssimas irregularidades na cadeia dominial, tendo inclusive sido negociada com fraude à execução, fato reconhecido judicialmente. Todos estes fatos promovem a tensão no campo, estimulam e acirram o conflito na região.

Preocupados com a integridade de inúmeros idosos, jovens e crianças da Fazenda Sanharó e percebendo a vontade das famílias de resistir no local, solicitamos de V.Sª interferência federal no intuito de evitar o ceifamento de vidas, como ocorrido na história recente do país em Eldorado dos Carajás e outros lugares.

Sendo o que se coloca para o momento, e ainda esperançosos de que dias melhores virão, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Faceion
Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas

Nº Processo Judicial INCRA
54170006745 | 2002-20

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL
SBN, QUADRA 01, EDIFÍCIO PALÁCIO DO DESENVOLVIMENTO, 9° ANDAR, SALA 915, BRASÍLIA-DF - CEP 70057-900
FONE 61 - 426.9904, FAX 61 - 326.4723

FOLHA DE ROSTO DE FAX

Destinatário:
Ilustríssimo Senhor
Paulo Roberto Faccion
Mui Digno Coordenador da CPT
Montes Claros – Estado de Minas Gerais

Fone:

Encaminho-lhe uma cópia do fax enviado pela Ouvidoria Agrária Nacional ao proprietário da Fazenda Sanharó, em atendimento à sua reclamação datada de 30.10.2003, nos termos do documento anexo.

Respeitosamente:

Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional

Data: 31 de outubro de 2003.

DE : OAN/MDA FAX : 613286601 03 NOV. 2003 09:35 Pág. 2

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL
SBN, QUADRA 01, EDIFÍCIO PALÁCIO DO DESENVOLVIMENTO, 9° ANDAR, SALA 915, BRASÍLIA-DF - CEP 70057-900.

FAX/OAN/Nº 3863	DATA: 28/10/2003	Nº PÁGINAS: 2
Destinatário: Ilustríssimo Senhor Alceu Proença Proprietário da Fazenda Sanharó Montes Claros - Estado de Minas Gerais	**Remetente:** Des. Gercino José da Silva Filho Ouvidor Agrário Nacional Brasília - Distrito Federal	
Fax Nº (38) 3223.0250 ou 9118.7936	Fax Nº (61) 326.4723	
Se a mensagem não for bem recebida, favor contactar (61) 426.9904/9906.		

URGENTE

Senhor Proprietário,

Na qualidade de ouvidor agrário nacional, vinculado ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, bem como na condição de presidente da Comissão Especial de Combate à Violência no Campo, criada pelo excelentíssimo senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com a incumbência de garantir os direitos das pessoas envolvidas em conflitos fundiários e zelar pela paz na zona rural, como na questão em tela, tenho a elevada honra em dirigir-me a Vossa Senhoria visando informá-lo, **respeitosamente**, que, segundo o artigo 186 da Constituição Federal, são obrigações dos fazendeiros referentes às propriedades rurais:

" I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores."

C: Laura Tiveron/Fax 10-2003

OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL

Por outro lado, segundo denúncia formulada pelo coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, Alvimar Ribeiro, em 24 de outubro de 2003, vinte pistoleiros fortemente armados, acompanhados por policiais militares, entraram na Fazenda Sanharó, localizada no município de Montes Claros, nesse Estado, de sua propriedade, e ameaçaram de expulsão as quatrocentas famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas no referido imóvel rural, sendo que, posteriormente, os policiais militares se retiraram do local. Contudo os pistoleiros permanecem na área, ameaçando tais famílias e disparando tiros para o alto. Nos termos da referida denúncia, Vossa Senhoria, juntamente com outros fazendeiros, está rondando tal fazenda e intimidando as famílias acampadas, ressaltando ainda que, em uma outra ocasião, Vossa Senhoria e seu irmão Antônio Proença, acompanhados por um policial civil chamado Pedro e outras quatro pessoas armadas, ameaçaram os acampados, fatos estes que, se verdadeiros, caracterizam a conduta punível, isto é, ação típica, antijurídica e culpável, que, inexistindo causa de não aplicação da pena ou de extinção da punibilidade, cumpre aplicar a conseqüência jurídica para o caso concreto, mediante ação penal de natureza retributiva, nos termos da legislação penal.

Por derradeiro, conforme a nossa conversa telefônica, há alguns dias, reitero a minha preocupação quanto a um possível confronto entre os sem-terra e os seus empregados, haja vista que o juiz da Vara Agrária suspendeu o cumprimento do mandado de reintegração de posse da Fazenda Sanharó, e, em decorrência, o melhor caminho é aguardar a decisão final do Poder Judiciário, para posteriormente Vossa Senhoria recuperar a posse da mencionada área rural ou receber a justa indenização pela sua desapropriação e conseqüente incorporação ao programa de reforma agrária, conforme estabelece o artigo 184 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Desembargador Gercino José da Silva Filho
Ouvidor Agrário Nacional
Gercino.filho@mda.gov.br

Denúncia e pedido de apuração

Dr. Afonso Henrique
Procurador de Direitos Humanos de Minas Gerais,
Dr. Gercino José da Silva
Desembargador Ouvidor Agrário Nacional
Dr. Luiz Chaves
Diretor do ITER
Deputado Durval Ângelo
Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais
Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais
Dr. Marcos Heleno
Superintendente do INCRA/MG

Denúncia que fazem Jairo Amorim, CI M-6.264.496 – SSP/MG, Leonardo Brito, CI M-4.729.991 – SSP/MG e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte de Minas, através do coordenador Cristiano Meirelles, CI 7090875977 – SSP/RJ, sobre o ocorrido no dia 24.04.2004, na Estrada da Produção, que liga Montes Claros à Fazenda Sanharó e onde se situa também a Fazenda Canoas, que desde maio de 2003 vem sendo denunciada pela presença de milícias armadas.

Ao retornamos no dia 24 de abril de 2004, por volta das 21 horas, de uma celebração e reunião de desapropriação da Fazenda Sanharó, dois veículos de sem terra foram abordados pelo Sargento Veloso e PM Guimarães, da patrulha rodoviária da Polícia Militar, que solicitaram documentação. O que nos preocupa era que, junto com a Polícia, estava a caminhonete do Afonso Proença com mais dois jagunços, sendo que era visível a ação da polícia com essas pessoas e que era do conhecimento de centenas de sem terra que, neste dia, havia na Fazenda Canoas vários jagunços armados contratados por empresa de vigias de montes Claros. Neste momento, Afonso Proença iniciou discussão conosco, que tínhamos sido abordados pela política, inclusive fazendo-nos sérias ameaças, sem que a polícia tomasse qualquer providência. Não se questiona aqui a blitz e a multa aplicada, e sim a ação da polícia a serviço do latifúndio, contribuindo com a intimidação que os jagunços e fazendeiro da Fazenda Canos vêm realizando com os sem terra da Fazenda Sanharó, que só dispõem desta estrada para se locomoverem a Montes Claros.

No dia 24.04.2004, um sem terra, Eurico Pereira Dias, trafegava de moto na BR e, ao passar em frente à Fazenda Canoas, parou para resolver um pequeno defeito na moto. Ao parar, um jagunço ficou apontando um rifle para Eurico.

Desde maio de 2003, vêm sendo feitas denúncias contra a milícia armada da Fazenda Canoas, inclusive o Procurador Dr. Afonso filmou esta presença de jagunços. Em audiência com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, realizada em Montes Claros, estes fatos foram denunciados. Novo comandante da Polícia Militar veio para Montes Claros e o que percebemos é que a Polícia Militar tem ficado cada vez mais a serviço do latifúndio. No dia 17 de abril último, agentes da Polícia Militar, vestidos à paisana e no carro do fazendeiro, prenderam e torturaram um sem terra no município de Coração de Jesus, conforme denúncia realizada. Em Pirapora, na Fazenda Cocal, a polícia realizou um despejo sem mandado judicial e prendeu sete sem terras, alegando serem lideranças do movimento.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Testemunha, indiciado ou vítima

Data: Montes Claros, 07 de junho de 2004
Nome da Autoridade Policial :DR. CARLOS ALEXANDRE G. SANTOS
Nome do Escrivã(o):Victor dos Anjos

declaração
(declaração ou depoimento) Que presta:

Nome **PAULO ROBERTO FACCION**

Filiação { Pai: CELSO LECY FACCION
{ Mãe: HELENA DE SOUZA FACCION
Nac.: brasileira - Nat.: S. JOÃO DEL REI-MG

Idade 46 anos(02/10/1957)Cor: claro sexo :masc.
dia/mês/ano
Profissão: acessor pastoral Estado Civil:
Local de Trabalho:

Fone:
Residência :RUA ILDEU PRATES ATAIDE-82, MORADA DO PARQUE, NESTA
Fone: 3214.2251 Rs. 3231.3913. Tam
Documento de Identidade:MG-2.262.965
Lê: sim Escreve: sim

Contradita:
Costumes: nada disse.
Compromisso Legal :

INTERROGADO DISSE: QUE, o declarante comparece a esta Delegacia a fim de prestar declarações a respeito do fato que deu origem aos presentes autos; que, o declarante é Assessor da Comissão Pastoral da Terra,nesta cidade;que, o declarante se encontrava guiando quatro estrangeiros integrantes, sendo dois da FIAN (organização internacional vinculada 'a Direitos Humanos e alimentação) e dois da VIA CAMPEZINA, organização mundial de camponeses; que, o objetivo era de visitar programas de reformas agrária; que, os estrangeiros se tratavam das pessoas de ANNA JENNIE SOFIA da Suécia,

Carlos Alexandre G. dos Santos
DELEGADO DE POLÍCIA I - MASP 457933-2
AUTORIDADE POLICIAL

ROSA MARIA TZUL TAX da Guatemala, RAMIRO TELLEZ MARADIAGA da Nicaragua e PRISCILLA BEL CLAEYS da Bélgica; que, tais pessoas chegaram nesta cidade na sexta-feira pp.; que, no sábado visitaram um projeto de "Para-Terra", na cidade da Jaíba, no domingo, outro projeto do mesmo programa na cidade de Pintópolis e nesta data foram visitar juntamente com a imprensa os acampados da FAZENDA SANHARÓ, situada na Estrada da Produção, há 22 Kms desta cidade; QUE quando retornavam e passavam pela Estrada da Produção, em frente 'a Fazenda Canoas, observaram que havia três homens, sendo que o declarante observou que um homem que estava vestido uma camisa vermelha, estava portando uma arma longa, ou seja uma espigarda; que, os estrangeiros que o acompanhavam, lhe pediram para parar o carro a fim de que pudessem fotografar; que, o declarante parou o FUSCA em que estavam; que, o RAMIRO TELLEZ de posse de uma máquina digital passou a filmar aqueles rapazes armados, sendo que ninguém desceu do carro, quando um deles passou a fazer gestos obcenos e logo gritou por alguém, saindo um senhor claro, forte, bem vestido de roupa clara, da sede da fazenda, correndo já de posse de uma arma de fogo, tipo revólver ou pistola e foi apontando citada arma em direção ao seu veículo, disparando dois tiros, não chegando a acertar ó veículo; QUE o autor dos disparos estava atrás dos outros três mencionados indivíduos; QUE o declarante não notou se os outros três indivíduos fizeram menção de que iriam atirar; que, o declarante arrancou o carro, que já se encontrava ligado e saiu em alta velocidade; que, por sorte nada sofreram; que, os tiros foram disparados há uma distância de mais ou menos de dez a quinze metros do veículo; que, o declarante não reconheceu nenhuma das pessoas e nem o autor dos disparos; que, nesta Delegacia o RAMIRO tentou passá-las para um dos computadores desta Depol, não conserguindo; QUE o Ramiro e os demais companheiros foram para Brasília, nesta data, 'as 16:30 horas, sendo que já havia uma viagem marcada com antecedência; QUE o Ramiro levou consigo a máquina, mas posteriormente o declarante tem como adquirir as fotos e imagens; QUE também foi tentado com um profissional da imprensa a impressão das fotos, não sabendo o declarante informar se foi possível; Nada mais disse e como nada mais houvesse, mandou a autoridade, que encerrasse o presente

Carlos Alexandre [illegible] dos Santos
DELEGADO DE POLÍCIA 1 - MASP 457833-2
AUTORIDADE POLICIAL

J. 08/06/2004
07/06/

Fls. 03

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
8ª DELEGACIA REGIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA/MONTES CLAROS
DELEGACIA ADJUNTA DE PLANTÃO

RUA CORREIA MACHADO - NR. 965 - CENTRO - MONTES CLAROS-MG - CEP 39400-090

OFÍCIO: : 324/DAP/2004.

ASSUNTO : Informação (Presta)

SECRETARIA: de Estado da Defesa Social de Minas Gerais

SERVIÇO : Delegacia Adjunta de Plantão da 8ª DRSP

Montes Claros/MG, 07 de junho de 2004.

D.R.C.C. Nunes
CEL. CELIO GOMES NOGUEIRA
DELEGADO DE POLICIA
MASP. 274.876

Ínclito Chefe ,

Com este, em vista a complexidade da matéria e grande relevância, faço encaminhar a V. Exª. para conhecimento, Fax do BOPM 25715/04, datado de 07/06/04, atinente a possível crime de "tentativa de homicídio ou ameaça" contra quatro estrangeiros que realizavam visitas de investigação das situações dos direitos humanos, questões agrárias e alimentação na Fazenda Sanhaol, zona rural desta urbe, estrada da produção, KM 04, para relatório a ONU, governo federal e banco mundial, onde foram surpreendidos por seguranças da fazenda, com disparos de arma de fogo, em ocasião que fotografavam o local, dali se retirando sem serem atingidos, registrando ocorrência, iniciando-se as investigações por esta Regional para elucidação.

Ressalte-se que recentemente a fazenda em tela fora palco de invasão do grupo dos "Sem Terra".

Atenciosamente,

Dr. Célio Gomes Nogueira
Autoridade Policial
Delegado Classe II
Masp. 274.876-2.

Ao
Exmº Sr.
DD. CHEFE DA COSEG
Belo Horizonte/MG.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
DELEGACIA ADJUNTA DO PLANTÃO
8ª D.R.P.C. – MG.

Fls. 04

CERTIDÃO

Roziane Pereira Zuba Rocha, Escrivã de Polícia Classe I, Masp : 340.937-2, prestando serviços na Delegacia de Plantão da 8ª DRSP/MG, no uso de suas atribuições e na forma da lei, etc,

.....

CERTIFICA para os devidos fins, que nesta data, ás 20:00 horas, fora enviado o Fax a COSEG "0313132363707" do oficio de nr. 324/DAP/2004, e do BOPM nr. 25715/04, datado de 07/06/2004 .

O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ. DADO E PASSADO NESTA CIDADE AOS SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E QUATRO.

Roziane Pereira Zuba Rocha
Escrivã de Polícia Classe I
Masp 340.937-2

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

BOLETIM DE OCORRÊNCIA | BO Nº 25715/04

LIBERTAS QUAE SERA TAMEN

UNIDADE: 10ºBPm - 67ª CIA PM | MUNICÍPIO: MONTES CLAROS - MG
DESTINATÁRIO: DELEGADO DE POLÍCIA | DATA DE EMISSÃO: 07/06/04

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

HORA DA COMUNICAÇÃO: 15:38 | COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA: 1- [X] VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES 2- [ ] DIRETAMENTE AO ÓRGÃO POLICIAL 3- [ ] DENÚNCIA ANÔNIMA 4- [ ] DIRETAMENTE AO POLICIAL 5- [ ] O POLICIAL DEPAROU COM A OCORRÊNCIA (INICIATIVA) | 6-DECORRENTE OPERAÇÃO POLICIAL (CÓD. OPERAÇÃO)

DADOS DA OCORRÊNCIA

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL: OUTRAS - CONTRA PESSOA | COD. PRINCIPAL TAB 1: B99000 | Tentado [ ] Consumado [X] | COMPL NAT TAB 2
LOCAL (AV., RUA, ETC): ESTRADA DA PRODUÇÃO | TIPO LOCAL TAB 3 | COMPL DE LOCAL MEDIATO TAB 2 | COMPL DE LOCAL IMEDIATO TAB 2
NÚMERO: KM 04 | COMPLEMENTO: ZONA RURAL | BAIRRO / VILA: ZONA RURAL | MUNICÍPIO: MONTES CLAROS | UF: MG
PONTO DE REFERÊNCIA (COORDENADAS GEOGRÁFICAS): PRÓXIMO A FAZENDA CANOAS | LATITUDE | LONGITUDE
DATA DO FATO: 07/06/04 | HORÁRIO DO FATO: 14:20 | HORÁRIO NO LOCAL: 15:58 | HORÁRIO FINAL: 17:23 | PREFIXO DA VIATURA: 4763 | MEIO UTILIZADO - TAB 4 | CAUSA PRESUMIDA - TAB 5

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 01 — SOLICITANTE

COD. NATUREZA - TAB 1: B99000 | TIPO ENVOLV. TAB 6: 1000 | GRAU DA LESÃO TAB 7: 04 | REL. VIT / AUTOR TAB 8: 98 | CÚTIS TAB 9: 05 | SEXO: [X] M [ ] F | ESTADO CIVIL TAB 10: 02 | NACIONALIDADE TAB 11: 01 | NATURALIDADE / UF: SÃO JOÃO DEL REI - MG
NOME COMPLETO: PAULO ROBERTO FACCION | APELIDO | IDADE APAR.
DATA NASCIMENTO: 02/05/57 | MÃE: HELENA DE SOUZA FACCION
PAI: CELSO LECY FACCION | OCUPAÇÃO ATUAL: ASSESSOR PASTORAL TERRA
Nº DOC. DE IDENTIDADE: MG-2.262.965 | ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP | UF: MG | ESCOLARIDADE - TAB 12 | CPF / CNPJ: 334305356-20
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): IDEU PRATES ATHAIDE | NÚMERO: 82 | COMPLEMENTO: CASA
BAIRRO: MORADA DO PARQUE | MUNICÍPIO: MONTES CLAROS | UF: MG | TEL. RESIDENCIAL: 32212982 | TEL. COMERCIAL: 99557615
PESO ESTIM. | ALTURA ESTIM. | COR OLHOS TAB 13 | ESTRABISMO ( ) | CABELO TAB 14 | COR CABELO TAB 15 | CALVÍCIE ( ) | TAB 16 | CICATRIZ | DEF. FÍSICA | DEF. AUD. VISUAL | AMPUTAÇÃO | DEFORMIDADE | TATUAGEM | TIPO TATUAGEM TAB 17
PRISÃO / APR TAB 24 | SINTOMA DE ( ) EMBRIAGUEZ ( ) USO SUB. TÓXICAS | POLICIAL [ ] MILITAR [ ] | MATRÍCULA | CARGO | ÓRGÃO DE LOTAÇÃO | UF | EM SERVIÇO [ ] SIM [ ] NÃO

ENVOLVIDO 02 — ESTEVÃO GEISA

COD. NATUREZA - TAB 1: B99000 | TIPO ENVOLV. TAB 6: 1202 | GRAU DA LESÃO TAB 7: 04 | REL. VIT / AUTOR TAB 8: 98 | CÚTIS TAB 9: 05 | SEXO: [X] M [ ] F | ESTADO CIVIL TAB 10: 02 | NACIONALIDADE TAB 11: 01 | NATURALIDADE / UF: GUAIBA - RS
NOME COMPLETO: CRISTIANO MEIRELLES DA SILVA | APELIDO | IDADE APAR.
DATA NASCIMENTO: 05/09/79 | MÃE: VERA LEONICE MEIRELLES DA SILVA
PAI: OLI DA SILVA | OCUPAÇÃO ATUAL
Nº DOC. DE IDENTIDADE: 7090875977 | ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP | UF | ESCOLARIDADE - TAB 12 | CPF / CNPJ
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): FAZENDA JENHARO | NÚMERO: KM 14 | COMPLEMENTO
BAIRRO: ZONA RURAL | MUNICÍPIO: MONTES CLAROS | UF: MG | TEL. RESIDENCIAL | TEL. COMERCIAL
PESO ESTIM. | ALTURA ESTIM. | COR OLHOS TAB 13 | ESTRABISMO ( ) | CABELO TAB 14 | COR CABELO TAB 15 | CALVÍCIE ( ) | TAB 16 | CICATRIZ | DEF. FÍSICA | DEF. AUD. VISUAL | AMPUTAÇÃO | DEFORMIDADE | TATUAGEM | TIPO TATUAGEM TAB 17
PRISÃO / APR TAB 24 | SINTOMA DE ( ) EMBRIAGUEZ ( ) USO SUB. TÓXICAS | POLICIAL [ ] MILITAR [ ] | MATRÍCULA | CARGO | ÓRGÃO DE LOTAÇÃO | UF | EM SERVIÇO [ ] SIM [ ] NÃO

ENVOLVIDO 03 — ESTEFANIA GEISA

COD. NATUREZA - TAB 1: B99000 | TIPO ENVOLV. TAB 6: 99 | GRAU DA LESÃO TAB 7: 04 | REL. VIT / AUTOR TAB 8: 98 | CÚTIS TAB 9: 05 | SEXO: [ ] M [X] F | ESTADO CIVIL TAB 10: 02 | NACIONALIDADE TAB 11: 02 | NATURALIDADE / UF: SUÉCIA
NOME COMPLETO: ANNA JENNIE SOFIA | APELIDO | IDADE APAR.
DATA NASCIMENTO: 30/07/76 | MÃE: ANILA JARSÉU
PAI: RUNAN JARSÉU | OCUPAÇÃO ATUAL: REPRESENTANTE FIAN
Nº DOC. DE IDENTIDADE | ÓRGÃO EXPEDIDOR | UF | ESCOLARIDADE - TAB 12 | CPF / CNPJ
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC): NÃO FOI POSSÍVEL COLHER MAIS DADOS | NÚMERO | COMPLEMENTO
BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | TEL. RESIDENCIAL | TEL. COMERCIAL
PESO ESTIM. | ALTURA ESTIM. | COR OLHOS TAB 13 | ESTRABISMO ( ) | CABELO TAB 14 | COR CABELO TAB 15 | CALVÍCIE ( ) | TAB 16 | CICATRIZ | DEF. FÍSICA | DEF. AUD. VISUAL | AMPUTAÇÃO | DEFORMIDADE | TATUAGEM | TIPO TATUAGEM TAB 17
PRISÃO / APR TAB 24 | SINTOMA DE ( ) EMBRIAGUEZ ( ) USO SUB. TÓXICAS | POLICIAL [ ] MILITAR [ ] | MATRÍCULA | CARGO | ÓRGÃO DE LOTAÇÃO | UF | EM SERVIÇO [ ] SIM [ ] NÃO

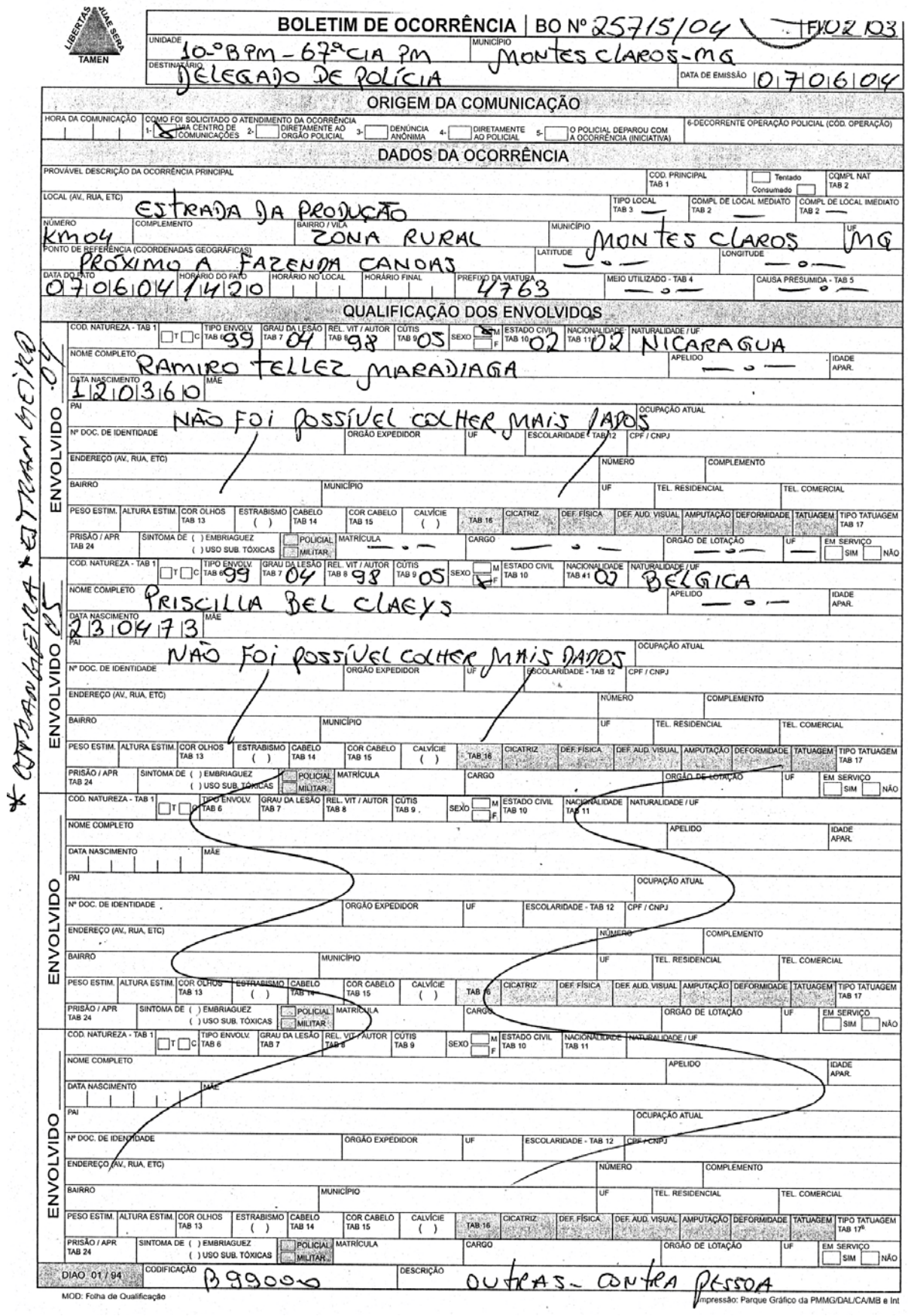
ENVOLVIDO 04 — ESTEFANIA GEISA

COD. NATUREZA - TAB 1: B99000 | TIPO ENVOLV. TAB 6: 99 | GRAU DA LESÃO TAB 7: 04 | REL. VIT / AUTOR TAB 8: 98 | CÚTIS TAB 9: 05 | SEXO: [ ] M [X] F | ESTADO CIVIL TAB 10: 02 | NACIONALIDADE TAB 11: 02 | NATURALIDADE / UF: GUATEMALA
NOME COMPLETO: ROSA MARIA TZUL TAX | APELIDO | IDADE APAR.
DATA NASCIMENTO: 08/11/65 | MÃE: ROSA MARGARITA TAX
PAI: SECUNDINO TZUL | OCUPAÇÃO ATUAL: REPRESENTANTE FIAN
Nº DOC. DE IDENTIDADE | ÓRGÃO EXPEDIDOR | UF | ESCOLARIDADE - TAB 12 | CPF / CNPJ
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) | NÚMERO | COMPLEMENTO
BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | TEL. RESIDENCIAL | TEL. COMERCIAL
PESO ESTIM. | ALTURA ESTIM. | COR OLHOS TAB 13 | ESTRABISMO ( ) | CABELO TAB 14 | COR CABELO TAB 15 | CALVÍCIE ( ) | TAB 16 | CICATRIZ | DEF. FÍSICA | DEF. AUD. VISUAL | AMPUTAÇÃO | DEFORMIDADE | TATUAGEM | TIPO TATUAGEM TAB 17
PRISÃO / APR TAB 24 | SINTOMA DE ( ) EMBRIAGUEZ ( ) USO SUB. TÓXICAS | POLICIAL [ ] MILITAR [ ] | MATRÍCULA | CARGO | ÓRGÃO DE LOTAÇÃO | UF | EM SERVIÇO [ ] SIM [ ] NÃO

DIAO 01 / 94 | CODIFICAÇÃO: B99000 | DESCRIÇÃO: OUTRAS - CONTRA PESSOA

MOD: Folha de Qualificação

Impressão: Parque Gráfico da PMMG/DAL/CA/MB e In



LIBERTAS QUAE SERA TAMEN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA | BO Nº 25715/04 | FLS 02 03

UNIDADE: 10ºBPM - 67ª CIA PM | MUNICÍPIO: MONTES CLAROS - MG

DESTINATÁRIO: DELEGADO DE POLÍCIA | DATA DE EMISSÃO: 07/06/04

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

HORA DA COMUNICAÇÃO | COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA: 1- [X] VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES 2- [ ] DIRETAMENTE AO ÓRGÃO POLICIAL 3- [ ] DENÚNCIA ANÔNIMA 4- [ ] DIRETAMENTE AO POLICIAL 5- [ ] O POLICIAL DEPAROU COM A OCORRÊNCIA (INICIATIVA) | 6-DECORRENTE OPERAÇÃO POLICIAL (CÓD. OPERAÇÃO)

DADOS DA OCORRÊNCIA

PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL | COD. PRINCIPAL TAB 1 | [ ] Tentado [ ] Consumado | COMPL NAT TAB 2

LOCAL (AV., RUA, ETC): ESTRADA DA PRODUÇÃO | TIPO LOCAL TAB 3 | COMPL DE LOCAL MEDIATO TAB 2 | COMPL DE LOCAL IMEDIATO TAB 2

NÚMERO: KM 04 | COMPLEMENTO | BAIRRO / VILA: ZONA RURAL | MUNICÍPIO: MONTES CLAROS | UF: MG

PONTO DE REFERÊNCIA (COORDENADAS GEOGRÁFICAS): PROXIMO A FAZENDA CANOAS | LATITUDE | LONGITUDE

DATA DO FATO: 07/06/04 | HORÁRIO DO FATO: 14:20 | HORÁRIO NO LOCAL | HORÁRIO FINAL | PREFIXO DA VIATURA: 4763 | MEIO UTILIZADO - TAB 4 | CAUSA PRESUMIDA - TAB 5

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 04

COD. NATUREZA - TAB 1 | [ ] T [ ] C | TIPO ENVOLV. TAB 6: 99 | GRAU DA LESÃO TAB 7: 04 | REL. VIT / AUTOR TAB 8: 98 | CÚTIS TAB 9: 05 | SEXO: [ ] M [ ] F | ESTADO CIVIL TAB 10: 02 | NACIONALIDADE TAB 11: 02 | NATURALIDADE / UF: NICARAGUA

NOME COMPLETO: RAMIRO TELLEZ MARADIAGA | APELIDO | IDADE APAR.

DATA NASCIMENTO: 12/03/60 | MÃE

PAI: NÃO FOI POSSÍVEL COLHER MAIS DADOS | OCUPAÇÃO ATUAL

Nº DOC. DE IDENTIDADE | ÓRGÃO EXPEDIDOR | UF | ESCOLARIDADE - TAB 12 | CPF / CNPJ

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) | NÚMERO | COMPLEMENTO

BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | TEL. RESIDENCIAL | TEL. COMERCIAL

PESO ESTIM. | ALTURA ESTIM. | COR OLHOS TAB 13 | ESTRABISMO ( ) | CABELO TAB 14 | COR CABELO TAB 15 | CALVÍCIE ( ) | TAB 16 | CICATRIZ | DEF. FÍSICA | DEF. AUD. VISUAL | AMPUTAÇÃO | DEFORMIDADE | TATUAGEM | TIPO TATUAGEM TAB 17

PRISÃO / APR TAB 24 | SINTOMA DE ( ) EMBRIAGUEZ ( ) USO SUB. TÓXICAS | [ ] POLICIAL [ ] MILITAR | MATRÍCULA | CARGO | ÓRGÃO DE LOTAÇÃO | UF | EM SERVIÇO [ ] SIM [ ] NÃO

ENVOLVIDO 05

COD. NATUREZA - TAB 1 | [ ] T [ ] C | TIPO ENVOLV. TAB 6: 99 | GRAU DA LESÃO TAB 7: 04 | REL. VIT / AUTOR TAB 8: 98 | CÚTIS TAB 9: 05 | SEXO: [ ] M [ ] F | ESTADO CIVIL TAB 10 | NACIONALIDADE TAB 41: 02 | NATURALIDADE / UF: BELGICA

NOME COMPLETO: PRISCILLA BEL CLAEYS | APELIDO | IDADE APAR.

DATA NASCIMENTO: 23/04/73 | MÃE

PAI: NÃO FOI POSSÍVEL COLHER MAIS DADOS | OCUPAÇÃO ATUAL

Nº DOC. DE IDENTIDADE | ÓRGÃO EXPEDIDOR | UF | ESCOLARIDADE - TAB 12 | CPF / CNPJ

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) | NÚMERO | COMPLEMENTO

BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | TEL. RESIDENCIAL | TEL. COMERCIAL

PESO ESTIM. | ALTURA ESTIM. | COR OLHOS TAB 13 | ESTRABISMO ( ) | CABELO TAB 14 | COR CABELO TAB 15 | CALVÍCIE ( ) | TAB 16 | CICATRIZ | DEF. FÍSICA | DEF. AUD. VISUAL | AMPUTAÇÃO | DEFORMIDADE | TATUAGEM | TIPO TATUAGEM TAB 17

PRISÃO / APR TAB 24 | SINTOMA DE ( ) EMBRIAGUEZ ( ) USO SUB. TÓXICAS | [ ] POLICIAL [ ] MILITAR | MATRÍCULA | CARGO | ÓRGÃO DE LOTAÇÃO | UF | EM SERVIÇO [ ] SIM [ ] NÃO

ENVOLVIDO

COD. NATUREZA - TAB 1 | [ ] T [ ] C | TIPO ENVOLV. TAB 6 | GRAU DA LESÃO TAB 7 | REL. VIT / AUTOR TAB 8 | CÚTIS TAB 9 | SEXO: [ ] M [ ] F | ESTADO CIVIL TAB 10 | NACIONALIDADE TAB 11 | NATURALIDADE / UF

NOME COMPLETO | APELIDO | IDADE APAR.

DATA NASCIMENTO | MÃE

PAI | OCUPAÇÃO ATUAL

Nº DOC. DE IDENTIDADE | ÓRGÃO EXPEDIDOR | UF | ESCOLARIDADE - TAB 12 | CPF / CNPJ

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) | NÚMERO | COMPLEMENTO

BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | TEL. RESIDENCIAL | TEL. COMERCIAL

PESO ESTIM. | ALTURA ESTIM. | COR OLHOS TAB 13 | ESTRABISMO ( ) | CABELO TAB 14 | COR CABELO TAB 15 | CALVÍCIE ( ) | TAB 16 | CICATRIZ | DEF. FÍSICA | DEF. AUD. VISUAL | AMPUTAÇÃO | DEFORMIDADE | TATUAGEM | TIPO TATUAGEM TAB 17

PRISÃO / APR TAB 24 | SINTOMA DE ( ) EMBRIAGUEZ ( ) USO SUB. TÓXICAS | [ ] POLICIAL [ ] MILITAR | MATRÍCULA | CARGO | ÓRGÃO DE LOTAÇÃO | UF | EM SERVIÇO [ ] SIM [ ] NÃO

ENVOLVIDO

COD. NATUREZA - TAB 1 | [ ] T [ ] C | TIPO ENVOLV. TAB 6 | GRAU DA LESÃO TAB 7 | REL. VIT / AUTOR TAB 8 | CÚTIS TAB 9 | SEXO: [ ] M [ ] F | ESTADO CIVIL TAB 10 | NACIONALIDADE TAB 11 | NATURALIDADE / UF

NOME COMPLETO | APELIDO | IDADE APAR.

DATA NASCIMENTO | MÃE

PAI | OCUPAÇÃO ATUAL

Nº DOC. DE IDENTIDADE | ÓRGÃO EXPEDIDOR | UF | ESCOLARIDADE - TAB 12 | CPF / CNPJ

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) | NÚMERO | COMPLEMENTO

BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | TEL. RESIDENCIAL | TEL. COMERCIAL

PESO ESTIM. | ALTURA ESTIM. | COR OLHOS TAB 13 | ESTRABISMO ( ) | CABELO TAB 14 | COR CABELO TAB 15 | CALVÍCIE ( ) | TAB 16 | CICATRIZ | DEF. FÍSICA | DEF. AUD. VISUAL | AMPUTAÇÃO | DEFORMIDADE | TATUAGEM | TIPO TATUAGEM TAB 17

PRISÃO / APR TAB 24 | SINTOMA DE ( ) EMBRIAGUEZ ( ) USO SUB. TÓXICAS | [ ] POLICIAL [ ] MILITAR | MATRÍCULA | CARGO | ÓRGÃO DE LOTAÇÃO | UF | EM SERVIÇO [ ] SIM [ ] NÃO

DIAO. 01 / 94 | CODIFICAÇÃO: B9900-0 | DESCRIÇÃO: OUTRAS - CONTRA PESSOA

MOD: Folha de Qualificação

Impressão: Parque Gráfico da PMMG/DAL/CA/MB e Int

* OUTRAS LESÕES + EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO

DELEGADO DE PLANTÃO: CONFORME VERSÃO DO SOLICITANTE PAULO ROBERTO PACHON E OUTRAS VÍTIMAS ESTRANGEIROS, RELATARAM QUE ESTAVAM RETORNANDO DA FAZENDA SANTIAGO ONDE ESTAVAM FAZENDO VISITAS DE INVESTIGAÇÕES DAS SITUAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS, QUESTÕES AGRÁRIAS E ALIMENTAÇÃO; ONDE IRIA ENTREGA-LOS UM RELATÓRIO A ONU GOVERNO FEDERAL E BANCO MUNDIAL, MOMENTO QUE PAROU E ESTACIONOU O VEÍCULO NUMA PLACA QFN 9282 DA COR PRATA NA MARGEM DA RODOVIA ESTRADA DA PRODUÇÃO PRÓXIMO O KM 05 FAZENDA CANOAS DA PROPRIEDADE DO SR ATALIBA NOGUEIRA; E OS ESTRANGEIROS ESTAVAM FAZENDO ALGUMAS FOTOS COM UMA MÁQUINA FOTOGRÁFICA E PRÓXIMO A SEDE DA FAZENDA HAVIAM 03 VEÍCULOS QUE FAZEM A SEGURANÇA DA FAZENDA, ESTAVAM TODOS ARMADOS COM ARMAS DE GROSSO CALIBRE UM DELES FEZ ATO OBSCENO E GRITOU E O QUANTO FOMOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA COM UMA ARMA EM PUNHO E DISPARO [redacted] DOS TIROS CONTRA O SOLICITANTE E OS ESTRANGEIROS, OS MESMOS ENTRARAM PARA DENTRO DO VEÍCULO E SAIRAM DO LOCAL. REGISTRADO OS FATOS PARA AS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES. ✓

POLICIAIS INTEGRANTES DA GUARNIÇÃO / EQUIPE

CARGO	MATRÍCULA	NOME COMPLETO (LEGÍVEL)
3Sgt	915660	Raul Francisco Cattani
Cb	1277171	Erlon Eleson R. Vieira
CARGO	MATRÍCULA	NOME COMPLETO (LEGÍVEL)
CARGO	MATRÍCULA	NOME COMPLETO (LEGÍVEL)

RESPONSÁVEL PELA APREENSÃO / PRISÃO / CONDUÇÃO

UNIDADE / SETOR	CARGO	MATRÍCULA	O(S) PRESO(S) APREENDIDO(S) FOI(RAM) INFORMADO(S) DO(S) SEU(S) DIREITO(S)
10.67º	Raul Francisco Cattani Sargento de Polícia - Nº. 091566-0	915660	
NOME COMPLETO (LEGÍVEL)		ASSINATURA	

DADOS PARA CONTROLE INTERNO / RELATORIA DA OCORRÊNCIA

UNIDADE / SETOR	CARGO	MATRÍCULA
NOME COMPLETO (LEGÍVEL)		ASSINATURA

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL

Recebi as pessoas e os materiais conforme especificações contidas na(s) folha(s) _____ deste boletim de ocorrência

DATA	HORA	UNIDADE / SETOR
CARGO		MATRÍCULA
NOME COMPLETO (LEGÍVEL)		
ASSINATURA		PROVIDÊNCIA A SER ADOTADA PELA AUTORIDADE - TAB 25

Victor Pereira dos Anjos
ESCRIVÃO DE POLÍCIA DE CLASSE ESPECIAL
Mat. 275.749-1

07/06/04

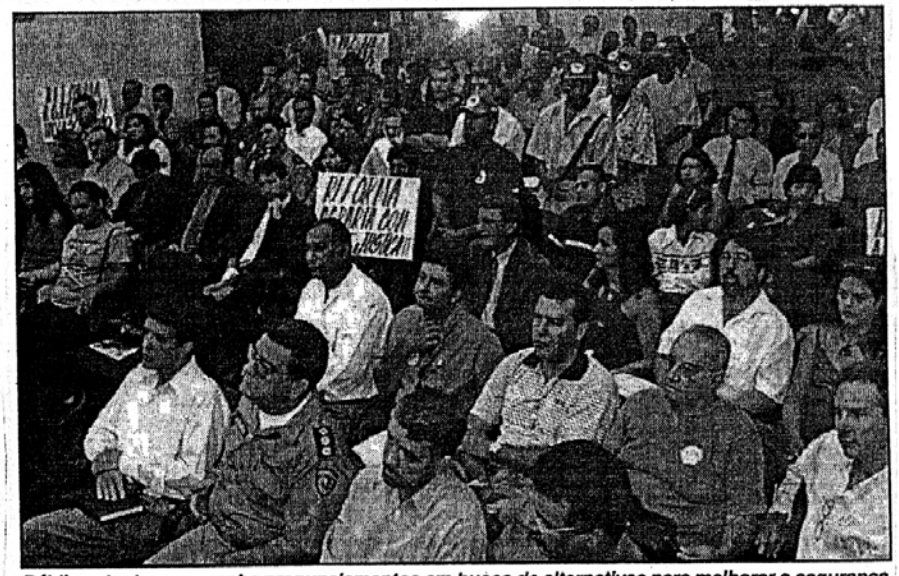
MOD: Folha de Histórico da Ocorrência

Impressão: Parque Gráfico da PMMG/DAL/CA/MB e Int

ANEXO D – REPORTAGENS DA IMPRENSA DO NORTE DE MINAS SOBRE A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST

Sem terra e ruralistas buscam apoio político

JORNAL DE NOTÍCIAS 3593
27/05/2003
PÁG 3



Público atento acompanha pronunciamentos em busca de alternativas para melhorar a segurança

Além da segurança pública em si, a questão fundiária no Norte de Minas, marcada nos últimos meses pelas invasões de terras, também teve espaço na audiência pública. Produtores rurais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), participaram e saíram em busca de apoio político, visando resolver o problema sem maiores transtornos. Representantes dos dois setores usaram a palavra, cada um, é claro, em defesa de seus interesses. Com faixas e cartazes, pediam respaldo para que a situação agrária seja resolvida, o quanto antes. Ruralistas alertaram para que as autoridades tomem providências, pois, do contrário, a região pode se transformar num barril de pólvora, em função do que chamam de invasões e os sem terra preferem denominar de ocupações. Contudo, não se registrou qualquer incidente. As colocações foram feitas de forma pacífica, às vezes com um ou outro pronunciamento mais contundente.

Presidente da Sociedade Rural, o pecuarista Alexandre Vianna disse que a classe produtora norte-mineira está sendo ultrajada com as invasões de suas propriedades e o mais grave é que o quadro não é revertido pela Justiça. Segundo ele, há caso de uma propriedade invadida há mais de um ano e um acordo foi firmado na Vara Agrária em Minas, mas venceu o prazo e não se cumpriu o mandado de reintegração de posse. Enquanto isso, a fazenda vem sendo depredada pelos invasores, com a retirada de madeira e venda de animais. O líder classista fez um discurso em tom pacificador, ao frisar que não se pensa em conflito armado, mas espera-se uma posição mais efetiva da Justiça para reverter a situação. "Não vamos defender com bala. Não pretendemos pegar em armas", avisa. Disse que não se pode aceitar que se implante no Norte de Minas a ideologia espúria que não deu certo em países como a antiga União Soviética e Cuba. Alexandre Vianna afirmou que a Faemg vai cobrar do governo do Estado providências para se promover a imediata reintegração de posse das áreas invadidas na região. Eles usavam adesivos com a seguinte inscrição: "reforma agrária sim, invasão, não".

Líder do MST, Jorge Augusto de Figueiredo comentou sobre a ocupação da Fazenda Sanharó, nas proximidades de Montes Claros, considerada improdutiva através de levantamento do Incra, vendida para particular, apesar das pendências financeiras com os Bancos do Brasil e Banrisul. Denuncia a existência de homens fazendo segurança ou pistolagem na Fazenda Canoas e que nesse domingo um transeunte, confundido com um serra terra, foi baleado por um dos "seguranças" da propriedade. Presidente da Cordam, Júlio César Arruda denuncia a infiltração de "desocupados" no movimento dos sem terra. Vereadores Aldair Fagundes e Sued Botelho também pediram ao governo para se resolver o problema através do diálogo, visando a busca da inclusão social dos excluídos.

Presidente do Sindicato Rural de Montes Claros, o pecuarista Júlio Gonçalves Pereira deixou claro que a classe vive intranquilidade absoluta com as invasões e que não se sabe o que acontecerá amanhã. Lembra que os ruralistas estão sendo pressionados para irem para a marginalidade, mas resistem, porque não é este o objetivo e não aceitam esta situação. Fez apelo à Justiça para que não deixe que o Norte de Minas seja transformado em barril de pólvora, que possa explodir a qualquer momento.

MST faz marcha pela cidade e quer cumprimento da pauta

QUINTA-FEIRA

Norte de Minas/Vale do Jequitinhonha
Quinta-feira 12 Junho de 2003 - Ano IV - Nº 1072

GAZETA NORTE MINEIRA

Valdemar Soares/GNM



Aproximadamente mil integrantes do Movimento dos Sem Terras saíram das fazendas onde estavam acampados para participar de uma Audiência Pública que contou com a presença do desembargador, Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional, com o diretor do INCRA, e de outros órgãos ligados a terra.

O MST exige a oficialização dos assentamentos nas fazendas invadidas

Gazeta Norte Mineira

03

Norte de Minas/Vale do Jequitinhonha
quinta-feira, 12 de junho de 2003

Gazeta Norte Mineira

Ano IV - Edição 1072ª

POLÍTICA

MST faz marcha pela cidade e quer cumprimento da pauta

Valdemar Soares

Aproximadamente mil integrantes do Movimento dos Sem Terras saíram das fazendas onde estavam acampados para participar de uma Audiência Pública que contou com a presença do desembargador, Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional, com o diretor do INCRA, e de outros órgãos ligados a terra.

Segundo o coordenador do movimento no Norte de Minas, Jairo Amorin, eles esperam que dessa vez o assentamento das famílias na fazenda Sanharó e Caatinga sejam oficializados, pois a morosidade da justiça pode causar um problema bem maior.

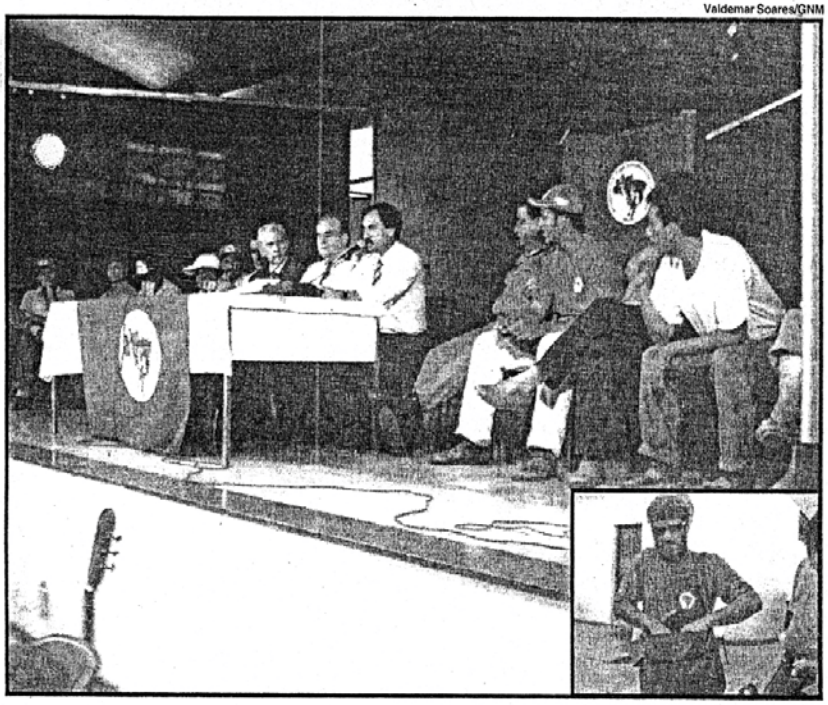
Durante a Audiência Pública, o líder dos acampados na fazenda Sanharó, Luiz Chaves denunciou que na fazenda Canoas existem cerca de 10 pistoleiros e quando os integrantes do MST passavam pelo local em direção a Montes Claros, eles deram cerca de 10 tiros para o alto, numa clara demonstração de força e intimidação.

Ele pediu ao comandante do 10º Batalhão de Policia Militar, Tenente Coronel Nogueira, que envie homens para certificar as denúncias. "São homens fortemente armados, com armas de grosso calibre, e que estão próximo à cerca da fazenda Canoas", disse.

A denúncia foi confirmada pelo representante da pastoral da terra, Paulo Barbinha, "daqui a fazenda Canoas são 20 minutos de carro, se a polícia quiser ir verificar, vai encontrar esses homens com armamento pesado, e que tem postura de jagunço, e que somente servem para intimidação", disse.

O coordenador do MST no Norte de Minas, Jairo Amorin disse que se a pauta de reivindicação não for atendida, eles estão preparados para uma ruidosa manifestação, pois estão esperando há muito tempo, e a justiça tem que ser mais ágil do que foi no governo passado, quando dezenas de famílias ficaram acampados do lado de fora, e sofreram atentados a tiro e os barracos foram quase todos queimados com todos os pertences dos integrantes do MST, "chega, agora queremos ações praticas e menos conversa, pois a parte burocrática está emperrando o assentamento dessas famílias", finalizou o coordenador.

Valdemar Soares/GNM



O COORDENADOR DO MST NO NORTE DE MINAS (DESTAQUE), juntamente com os demais assentados se encontraram com representantes do Governo Federal na Audiência que aconteceu no plenário da Câmara Municipal na tarde de ontem

Norte de Minas
Montes Claros • 30 de outubro de 2003
Jornal de Notícias

Governo traça estratégia para prevenir crimes no campo



Membros do MST continuam acampados na Fazenda Sanharó

O governo do Estado, através da Polícia Militar, vai montar uma estratégia para a prevenção de invasões de terras e outros crimes no campo. Este foi o resultado da audiência do presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg, Gilman Viana Rodrigues e outros líderes ruralistas com o governador Aécio Neves, no Palácio da Liberdade.

Do Norte de Minas também participaram do encontro com o governador os presidentes da Sociedade Rural e do Sindicato Rural de Montes Claros, Alexandre Vianna e Júlio Gonçalves Pereira. Também participaram da reunião o chefe do Estado Maior da PM, coronel José Ascânio Ferreira; o secretário de Estado da Defesa Social, Lúcio Urbano Silva Martins; e o chefe da Casa Civil, deputado Danilo de Castro.

"*Com a adoção de medidas preventivas, poderemos evitar a angústia gerada pelas invasões de propriedades rurais, além de coibir a ação criminosa no campo*", diz Gilman Viana. Ficou acertado que a Faemg comunicará ao Comando da Polícia Militar a ocorrência de qualquer movimentação que indique invasões ou outros crimes. O presidente da Federação pede a colaboração dos produtores rurais para que avisem os seus sindicatos a ocorrência de qualquer problema se perceberem articulações do Movimento dos Sem-Terra (MST) em seus municípios.

PAZ E JUSTIÇA

Os produtores rurais pedem apenas a manutenção da ordem no campo. "*Só queremos justiça e paz na terra*", reforça o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Buritis, Délio Prado Lopes, que há pouco tempo teve uma fazenda invadida e 20 animais mortos. Segundo ele, os integrantes do MST já invadiram por três vezes a agência do Banco do Brasil (BB) no município, a agência do Bradesco e a Prefeitura, além de outras fazendas. "*Os produtores de Buritis estão muito intranqüilos*", informa Délio Prado Lopes.

Os produtores rurais do Triângulo Mineiro também vivem em clima de intranqüilidade. Presente à audiência com o governador Aécio Neves, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberlândia, Paulo Roberto Andrade Cunha, informa que há pelo menos seis assentamentos na região e cinco fazendas invadidas, além de vários acampamentos às margens de rodovias que cortam o município, o que aumenta a tensão. "*Até hoje não conseguiram fazer o assentamento na Fazenda Tangará, comprada pelo Incra já há dois anos*", diz.

Para Paulo Roberto, falta no país uma política agrícola que dê sustentação ao pequeno produtor, para que ele possa se manter no campo com sua família. Outras medidas necessárias para minimizar os conflitos agrários, segundo ele, são a revogação da atual lei que trata das reintegrações de posse, pois ela dificulta o processo; e que os juízes das comarcas voltem a atuar na área agrária. Atualmente, todas as questões são tratadas apenas pela Vara Agrária, instalada em Belo Horizonte, o que tem emperrado vários processos.

Jornal de Notícias
Montes Claros - Ano XIV - Nº 3624
quinta-feira, 30 de outubro de 2003

Juiz determina reintegração da Sanharó

O juiz da Vara Agrária de Minas Gerais, Cássio Salome, determinou a reintegração de posse da Fazenda Sanharó, situada no município de Montes Claros. A notícia não foi bem aceita pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do estado, que esteve em Montes Claros na última segunda-feira.

Segundo o presidente da Comissão, deputado Durval Ângelo, trata-se de uma fazenda com 'produtividade zero, já objeto de procedimento administrativo de desapropriação'. Ele disse ontem a tarde que esta atitude 'promove tensão no campo'. A fazenda, segundo o deputado, apresenta gravíssimas irregularidades na cadeia dominial, tendo, inclusive, sido negociada com fraude à execução, conforme reconhecido judicialmente. Vale ressaltar que tais considerações foram confirmadas pela Comissão, que na última segunda-feira esteve no município de Montes Claros e visitou o local'.

No último dia 27 foi realizada audiência pública em Montes Claros. Durval Ângelo disse que ele e o deputado Roberto Ramos, 'juntamente com membros do Ministério Público Estadual, estivemos pessoalmente no local e constatamos a presença de indivíduo portando arma de alto potencial na Fazenda Canoas, vizinha a Sanharó, cuja suposta posse também seria atribuída à família Proença, o que veio a confirmar as alegações dos trabalhadores rurais no sentido de que estão sendo frequentemente constrangidos e ameaçados por jagunços', frisou.

Ontem, o deputado Durval Ângelo soltou manifesto em Belo Horizonte contra a decisão do juiz da Vara Agrária do Estado de Minas, Cássio Salome.



O juiz da Vara Agrária de Minas Gerais, Cássio Salomé, determinou a reintegração de posse da Fazenda Sanharó. A notícia não foi bem aceita pela Comissão de Direitos Humanos da AL; nem o MST (foto). **PÁGINA 6**

Jornal de Notícias

Norte de Minas

Montes Claros • 10 de setembro de 2004

FAZENDA SANHARÓ

Desocupação pode acontecer nesta sexta

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) solicitou ontem, à Justiça Federal, autorização para emitir a posse da Fazenda Sanharó, localizada em Montes Claros, aos sem-terra que a invadiram em abril de 2002. Essa seria uma forma de tentar evitar conflitos, já que amanhã termina o prazo para que os sem-terra desocupem a propriedade do engenheiro Alceu Proença. Ele garante que vai exigir o cumprimento da data limite negociada entre o Incra e a Polícia Militar.

O superintendente do Incra, Marcos Helênio Pena, ressalta que recebeu R$ 666 mil em Títulos de Dívida Agrária (TDAs) e R$ 286 mil em dinheiro, para comprar a fazenda, que está hipotecada no Banco do Brasil, mas sob domínio do engenheiro. A desocupação da Fazenda Sanharó foi determinada pela Vara de Conflitos Agrários, em decisão mantida pelo Tribunal de Alçada. O fazendeiro afirmou que espera o cumprimento do prazo e que, amanhã, reassume a propriedade.



Sem-terra ocuparam a Fazendas Sanharó no mês de abril de 2002

Na manhã de ontem, o superintendente do Incra, Marcos Helênio, explicou que o futuro da Fazenda Sanharó estará nas mãos do juiz Wellington Militão, da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, que poderá acatar ou negar a ação impetrada pelo Incra para emissão da posse. "Tem uma decisão da Vara de Conflitos Agrários concedendo a reintegração. Porém, em março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desapropriou a fazenda. O Incra emitiu os TDAs e o pagamento. Se o juiz federal aceitar a ação judicial que vamos impetrar, os sem-terra continuarão na fazenda. Se ele indeferir, tem de ser cumprida a ordem da Justiça Estadual e desocupar a área. O Incra fez seu papel em todos aspectos", explica Marcos Helênio.

A Fazenda Sanharó é o maior e mais polêmico conflito agrário do Norte de Minas, pois desde julho de 2001 vem gerando confronto entre sem-terras e o fazendeiro.

Na manhã de ontem, a assessoria jurídica do MST no Norte de Minas anunciou que espera a decisão da Justiça Federal para emissão da posse. Basta o juiz aceitar que seja feito o depósito em juízo. Ontem de manhã a Comissão da Pastoral da Terra do Norte de Minas se reuniu com os membros do MST para definir estratégias, diante de qualquer parecer que vier a ser tomado pela Justiça Federal.

O fazendeiro Alceu Proença alega que o prazo do dia 10 de setembro foi negociado pelo Incra e o MST com a PM e que não existe nenhuma outra alternativa jurídica para impedir a reintegração de posse. "Entramos com mandado de segurança contra a desapropriação e até hoje ele não foi julgado, pois o juiz solicitou uma perícia. Com isto, não adianta o Incra impetrar qualquer ação, que o juiz não concederá liminar, já que está sub-judice. Queremos a fazenda desocupada e a PM não pode conceder mais prazo", explica o fazendeiro. ***(Girleno Alencar - HED)***

RETROCESSO Tribunal Federal acata recurso do fazendeiro Alceu Proença e suspende concessão de Lula

Desapropriação da Sanharó é cancelada

GIRLENO ALENCAR
DA SUCURSAL

MONTES CLAROS- O Tribunal Regional Federal, em Brasília, cancelou a desapropriação, aprovada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004, da Fazenda Sanharó, localizada nesta cidade do Norte de Minas. O desembargador Cândido Ribeiro, da 3ª Turma, acatou o agravo de instrumento impetrado pelo fazendeiro Alceu Proença, concedendo efeito suspensivo para o ato de desapropriação. A ocupação da Fazenda Sanharó pelos sem-terra é considerada o maior conflito agrário da região.

Na manhã de ontem, a assessoria do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Norte de Minas afirmou que desconhece a revogação da desapropriação, mas antecipou que não haverá devolução da fazenda, que é considerada emblemática para a reforma agrária na região. Eles não descartaram a possibilidade de defender a propriedade a[illegible] com o uso de armas.

A decisão do desembargador Cândido Ribeiro saiu no dia 12 de agosto, depois que ele analisou o recurso impetrado pelo fazendeiro Alceu Proença contra a sentença da Justiça Federal de Minas Gerais, que deu ganho de causa ao Governo na desapropriação da fazenda. No dia 18 de agosto foi publicado, no Diário Oficial da União, o acórdão com a decisão do TRF-1ª Secção, que determina a devolução da fazenda, acatando o argumento de que a propriedade era produtiva e que, por estar invadida, não poderia ser usada para reforma agrária pelo prazo de dois anos.

O advogado Antônio Proença disse, ontem, que estava aguardando apenas a publicação do acórdão para exigir a imediata desocupação da área. Segundo ele, todo o processo de desapropriação da fazenda foi marcado pelo desrespeito à lei, pois o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desconsiderou a exigência legal que suspende por dois anos a desapropriação de fazendas invadidas.

A Fazenda Sanharó fica a 20 quilômetros de Montes Claros, às margens da Estrada da Produção. Porém, em junho de 2002 começaram a surgir os conflitos entre os sem-terra e fazendeiros, com o grupo comandado pela Associação dos Produtores Sem-Terras de Montes Claros invadindo a área para exigir vistoria. Em dezembro de 2003, o sem-terra Agnelo Rocha foi ferido depois de discutir com o fazendeiro Alceu Proença. Em janeiro, as barracas de lona preta montadas pelos sem-terra às margens da Estrada da Produção foram queimadas.

Em abril de 2003, o MST assumiu a luta pela Fazenda Sanharó e, no dia 21 do mesmo mês, invadiu a área juntamente com cem famílias. Surgiram, a partir daí, denúncias de que tanto o fazendeiro como os invasores portavam armas. Os sem-terra também exigiram a Fazenda Canoas, pertencente a Ataliba Proença, irmão de Alceu Proença. A propriedade fica próxima à outra.

BENILDO MENDES - 6/4/2004



A FAZENDA SANHARÓ é considerada o maior conflito agrário da Região Norte de Minas